

**PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA
HABILITAÇÃO LICENCIATURA
(ÁREA BÁSICA DE INGRESSO)**

Florianópolis - SC
Setembro de 2022

Reitor

Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza

Vice-ReitoraProf^a Dr^a Joana Célia dos Passos**Pró-Reitor de Graduação**Prof. Dr^a. Dilceane Carraro**Diretor do Departamento de Ensino**Prof^a Dr. Antonio Alberto Brunetta**Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**Prof^a Dr^a Miriam Furtado Hartung**Chefe do Departamento de Geociências**Prof^a Dr^a Michele Monguilhott**Subchefe do Departamento de Geociências**

Prof. Dr. Everton da Silva

Coordenadora do Curso de Graduação em Geografia

Prof. Dr. Lindberg Nascimento Júnior

Sub-Coordenadora do Curso de Graduação em GeografiaProf^a Dr^a Maria Helena Lenzi**Coordenadoria do Curso de Graduação em Geografia**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco E, 3º Andar,
Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n - Trindade, Florianópolis – SC,
CEP: 88040-900.

Telefones: (48) 3721-4124, (48) 3721-9256

<https://geografia.ufsc.br><https://ndegeografia.paginas.ufsc.br/>

E-mail: geografia@contato.ufsc.br

Membros do Núcleo Docente Estruturante e docentes que contribuirão diretamente para este documento

Prof. Dr. Aloysio Marthins De Araujo Junior (MEN/CED)

Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva (GCN/CFH)

Prof^a Dr^a Janete Josina de Abreu (GCN/CFH)Prof^a Dr^a Kalina Salaib Springer (MEN/CED)

Prof. Dr. Lindberg Nascimento Júnior (GCN/CFH)

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (GCN/CFH)

Prof^a. Dra. Maria Helena Lenzi (GCN/CFH)Prof^a Dr^a Michele Monguilhot (GCN/CFH)

Prof. Dr. Orlando Ferretti (GCN/CFH)

Prof^a Dr^a Rosemy da Silva Nascimento (GCN/CFH)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PARTE I – IDENTIFICAÇÃO	8
1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	9
1.1 BREVE HISTÓRICO E BASE LEGAL	9
1.2 VISÃO E VALORES	11
1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	12
1.3.1 Ensino	12
1.3.2 Pesquisa	13
1.3.3 Extensão	14
2. O CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA DA UFSC	15
2.1 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	15
2.2 BREVE HISTÓRICO	15
2.3 O DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS	16
2.4 PERFIL DO ESTUDANTE	17
2.5 INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO CURSO E O ENADE	20
2.6 INSERÇÃO SOCIAL DO CURSO	21
PARTE II – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	23
3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	24
3.1 TIPO DO CURSO	24
3.2 MODALIDADE	24
3.3 FORMA DE INGRESSO	24
3.4 DENOMINAÇÃO DO CURSO	24

	4
3.5 TITULAÇÃO	24
3.6 LOCAL DE OFERTA	24
3.7 NÚMERO DE VAGAS	24
3.8 TURNO DE OFERTA	24
3.9 REGIME ACADÊMICO	24
3.10 CARGA HORÁRIA TOTAL	24
3.11 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	24
3.12 CARGA HORÁRIA POR SEMESTRE	24
3.13 CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA NO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA.	25
3.14 OBJETIVOS DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA	25
3.15 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA	26
3.15.1 Campo de atuação do egresso do curso de Geografia Licenciatura	30
3.16 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	31
3.17 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCÂMBIO	33
3.18 MOBILIDADE ACADÊMICA	34
3.19 POLÍTICA DE PRÉ-REQUISITOS	34
4. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	35
4.1 PERCURSO FORMATIVO	35
4.1.1 Resumo integralização do currículo	36
4.2 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE DISCIPLINAS POR FASE	36
4.3 POLÍTICA DE MIGRAÇÃO CURRICULAR	41
4.4 UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS	43
4.5 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	44

	5
4.6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	77
4.7 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	90
4.8. POLÍTICA DE ESTÁGIOS DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA	91
4.8.1 Regulamento de estágios do curso de geografia licenciatura	93
4.9. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	98
4.10. A EXTENSÃO E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	99
4.10.1 Política do Programa de Extensão do Curso de Graduação em Geografia	100
4.10.1.1 Metodologia do Programa de Extensão.....	101
4.10.1.2 Regulamento de Extensão dos Cursos de Graduação em Geografia.....	102
4.11 Trabalho de Conclusão de Curso	107
4.11.1 Política de Trabalho de Conclusão de Curso	108
4.12 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA	113
4.13 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM DIREITOS HUMANOS	114
4.14 EDUCAÇÃO ACADÊMICA GEOGRÁFICA PARA TODOS	115
PARTE III – ENSINO E APRENDIZAGEM	118
5. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	121
5.1 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA	121
5.2 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	122
5.3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	124
5.4 ATENDIMENTO E APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	125
PARTE IV– ESTRUTURA E CORPO DOCENTE	127
6. ORGANIZAÇÃO DO CURSO E CORPO DOCENTE	128

	6
6.1. COORDENAÇÃO DE CURSO	128
6.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	129
6.3. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO	130
6.4. CORPO DE SERVIDORES DOCENTES	131
6.5. CORPO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (STAE)	132
7. INFRAESTRUTURA	133
7.1 INFRAESTRUTURA DAS INSTALAÇÕES	133
7.2 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS GERAIS	135
7.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS	136
7.4 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	137
REFERÊNCIAS	138

APRESENTAÇÃO

Este documento trata do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia (Área Básica de Ingresso) Habilitação Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Catarina, campus de Florianópolis.

O documento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é resultado do trabalho coletivo iniciado no ano de 2015, pelo Núcleo do Docente Estruturante (NDE) e pela Coordenadoria de Graduação do Curso de Geografia. Em 2015, o NDE estava sob a presidência da Profª Drª. Angela da Veiga Beltrame, seguida pelo Prof. Dr. Marcelo Accioly Teixeira de Oliveira, entre 2016 e 2019, desde então, sendo presidido pelo Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti.

O NDE é responsável pela formulação, implementação, avaliação e desenvolvimento do PPC, para cumprir a normativa da Portaria PROGRAD n.º 233, de 25 de agosto de 2010 (UFSC, 2010) e encaminhar os documentos para aprovação no Colegiado de Curso e outras instâncias, a fim de que seja aprovado junto a Direção de Ensino da Pró-reitoria de Graduação (DEN/PROGRAD) e atualizadas as informações sobre o currículo e funcionamento do curso junto ao Sistema de Regulação do Ensino Superior – e-MEC (BRASIL, 2022), construído com base nas legislações vigentes, resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial na Portaria N° 21, de 21 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017).

Fazem parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Geografia, conforme a Portaria n° 144/2021/CFH, de 19 de novembro de 2021 (UFSC, 2021a), os seguintes docentes: Orlando Ednei Ferretti (GCN); Lindberg Nascimento Júnior - coordenador do curso de Graduação em Geografia (GCN); Maria Helena Lenzi (GCN) – subcoordenadora do curso de Graduação em Geografia; Harrysson Luiz da Silva (GCN); Michele Monguillott (GCN); Kalina Salaib Springer (MEN/CED); Rosemy da Silva Nascimento (GCN) e Janete Josina de Abreu (GCN).

Em 2021, a presidência do NDE criou uma página oficial (<https://ndegeografia.paginas.ufsc.br/>) para divulgar a proposta curricular e explicar a estudantes, docentes e técnicos em educação a reforma curricular e sua importância para o curso de Geografia. Com isso, abriu espaço para apresentação e discussões do documento, de forma remota, em função da pandemia de Covid-19.

Este PPC cumpre a Resolução do MEC, CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Bem como, vem acatar a Resolução do MEC n° 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018a), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014 (BRASIL, 2014a), regulamentada na UFSC pela Resolução Normativa n° 01/2020/CGRAD/CEX, de 03 de março de 2020 (UFSC, 2020a) e orientações do Ofício Circular N° 2/2020/DEN/PROGRAD, de 13 de março de 2020 (UFSC, 2020b).

O Curso de Graduação em Geografia possui ingresso pelo modelo Área Básica de Ingresso (ABI), tendo uma base comum para ambas as habilitações, Bacharelado e Licenciatura, até a quarta fase do curso.

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO

1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

1.1 BREVE HISTÓRICO E BASE LEGAL

A então Universidade de Santa Catarina (USC) foi criada pela Lei Federal nº 3.849 (BRASIL, 1960), sancionada pelo presidente da república Juscelino Kubitschek em 18 de dezembro de 1960:

Art. 2º É criada a Universidade de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, e integrada no Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior, incluída na categoria constante do item I, do art. 3º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

A USC recebeu, em 20 de agosto de 1965, a denominação de Universidade Federal pela Lei Federal nº 4.759 (BRASIL, 1965), sancionada pelo presidente Castelo Branco, passando a ser denominada Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): “Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”.

A partir de então, a UFSC, com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, teve como primeiro reitor o Prof. João David Ferreira Lima, escolhido por lista tríplice e empossado em 25 de outubro de 1961. A criação e a infraestrutura física da Universidade tiveram a participação de dois pioneiros na história da instituição: os professores Henrique da Silva Fontes (1885-1966) e João David Ferreira Lima (1910-2001).

É importante salientar que da década de 1960 até os dias atuais, a UFSC tem estado presente em todos os momentos importantes do desenvolvimento educacional e social do país, principalmente na luta pelo processo de redemocratização do Estado brasileiro nos anos 1980 e, mais recentemente, na incorporação de políticas de democratização do ensino superior, especialmente a partir de ações afirmativas para atendimento de populações historicamente excluídas, como negros, indígenas, quilombolas, deficientes e LGBTQIA+¹.

Em 2001, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, o Governo Brasileiro elaborou com a sociedade o Plano Nacional de Educação – PNE (2001- 2010) (BRASIL, 2001a), que indicou ao Executivo a necessidade de aumento de investimentos na educação superior e ampliação de estudantes. A UFSC passou a ampliar seus cursos com os novos investimentos nas Universidades Federais e, em 2007, aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI).

Em 2008, o REUNI contribuiu para uma ampliação de vagas gratuitas no ensino superior, por meio da oferta de novos cursos presenciais e ampliando vagas em cursos já implantados. Ademais, os novos recursos advindos permitiram, desde 2009, o desenvolvimento de uma importante estratégia para o ensino superior público em Santa Catarina: a interiorização da UFSC com a instalação dos novos campi nas cidades de Araranguá, Curitiba, Joinville e Blumenau.

¹LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Cada letra representa um grupo de pessoas (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e o “+” que representa outras identidades (FUNDO BRASIL, 2022).

A estrutura da UFSC conta com Campi, Centros de Ensino, Departamentos e Coordenadorias Especiais.

Atualmente, a UFSC possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville e Florianópolis. Em Araranguá há um centro de ensino com três departamentos e duas coordenadorias especiais; em Blumenau há três departamentos; em Curitibanos, duas coordenadorias especiais e dois departamentos; em Joinville, um departamento; em Florianópolis são 12 centros com 59 departamentos e duas coordenadorias especiais, além do Colégio de Aplicação (CA) e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI).

O Campus Reitor João David Ferreira Lima, também chamado Campus Trindade, da UFSC, está situado no chamado Distrito Sede de Florianópolis no bairro Trindade, ocupando uma área de mais de 1 (um) milhão de metros quadrados. Nele estão alocados 10 centros: Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Desportos (CDS), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro Tecnológico (CTC) e Centro Socioeconômico (CSE).

O Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, integrantes do CED, foram criados, respectivamente, em 1961 e 1980, para atender a educação infantil, ensino fundamental e médio. Além do ensino, constituem-se como campo de estágio supervisionado para os cursos de licenciatura e para a pesquisa, consolidando-se como espaços de formação, produção e socialização de conhecimento.

Na modalidade de ensino a distância, a UFSC iniciou sua atuação em 1995 com o Laboratório de Ensino à Distância (LED), privilegiando pesquisa e capacitação, via projetos de extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, formatados em videoaulas. Diversos grupos envolveram-se em ações de educação a distância na UFSC, dentro do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitando o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em diversos polos do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição.

Atualmente, a UFSC é uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente e promove ensino, pesquisa e extensão de excelência. Cerca de 60 mil pessoas circulam diariamente nos Campi da UFSC, entre professores, técnico-administrativos em educação, estudantes de todos os níveis de ensino, trabalhadores terceirizados e comunidade externa. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024 (UFSC, 2022a), são ao todo 5.624 servidores federais, divididos em 2.495 docentes e 3.129 técnico-administrativos em educação. Há ao todo 1.190 alunos da educação básica, com cerca de 30 mil estudantes matriculados em 120 cursos de graduação (107 presenciais e 13 a distância).

Além da expansão no próprio país, a UFSC tem se internacionalizado por meio da cooperação com instituições de ensino de todo o mundo. Há, atualmente, 349 convênios com 38 países em todos os continentes.

A universidade, como um todo, desenvolve a capacitação de profissionais para atender às demandas da sociedade e do aperfeiçoamento do conhecimento científico através da pesquisa, além de atuar diretamente no(s) território(s) por meio das ações de extensão, tendo como missão:

- Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a

reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

O papel social da UFSC, como universidade pública brasileira, é garantido também nos rankings nacionais e internacionais de formação profissional e produção do conhecimento. A título de exemplo, em 2022, o *Times Higher Education Impact Rankings* (THE, 2022) classificou a UFSC como a sexta melhor universidade da América Latina e Caribe, no universo de 197 universidades de 13 países. Neste índice, a UFSC pontua de forma significativa em 13 indicadores que medem o desempenho da instituição em quatro áreas de atuação: ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectivas internacionais, atrás apenas de três universidades públicas brasileiras, sendo a segunda entre as universidades federais.

O Ranking Universitário Folha (RUF, 2019) indica a UFSC como a quarta melhor universidade federal do país, foram avaliadas 197 instituições do país, entre públicas e privadas. Neste cenário, no índice geral, a UFSC também desponta como a 7ª melhor do país e a 2ª da Região Sul. No mesmo ranking, o Curso de Geografia aparece como 11º no país.

No ano de 2019, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, a UFSC aparece como a quarta melhor universidade federal do país e a quinta no ranking geral entre universidades públicas e privadas (UFSC, 2021b).

1.2 VISÃO E VALORES

A UFSC tem por visão ser uma universidade de excelência e inclusiva, afirmando-se como um centro de excelência acadêmica nos cenários regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e para a defesa da qualidade da vida, com base nos valores da instituição:

- Acadêmica e de qualidade - uma instituição com busca contínua de patamares de excelência acadêmica, em todas as suas áreas de atuação, em especial no ensino, na pesquisa e na extensão;
- Inovadora - uma instituição capaz de identificar e optar por novos caminhos e de criar oportunidades, carreiras e práticas em conformidade com uma visão inovadora;
- Atuante - uma instituição capaz de opinar, influenciar e propor soluções para grandes temas, tais como acesso ao conhecimento e à cidadania, desenvolvimento científico e tecnológico, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento humano e social;
- Inclusiva - uma instituição compromissada com a democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, e com o intuito de superar as desigualdades regionais do estado de Santa Catarina, mantendo a concepção de uma universidade verdadeiramente pública e compromissada com a sociedade catarinense e brasileira;
- Internacionalizada - uma instituição capaz de intensificar parcerias e convênios com instituições internacionais, contribuindo para o seu desenvolvimento, o do Brasil e o de outras nações;
- Livre e Responsável - uma instituição com servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes livres e responsáveis para desenvolver suas convicções e suas vocações no ensino, na pesquisa e na extensão;

- Autônoma - uma instituição capaz de decidir sobre seus próprios rumos, dentro de suas competências;
- Democrática e Plural - uma instituição que assegura o reconhecimento pleno de sua diversidade acadêmica;
- Bem Administrada e Planejada - uma instituição com estratégias eficientes e efetivas de gestão e de busca dos recursos para a realização de suas metas;
- Transparente - uma instituição que presta contas de suas ações e decisões à comunidade;
- Ética - uma instituição orientada para a responsabilidade ética, social e ambiental.

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UFSC, conforme determina sua missão, atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão, na produção, sistematização e socialização do saber filosófico, científico, artístico e tecnológico. Atua em todas as grandes áreas do conhecimento e em todos os níveis de formação acadêmica assim como na área cultural e artística.

1.3.1 Ensino

A comunidade da UFSC é constituída por cerca de 60 mil pessoas, entre docentes, técnico-administrativos em educação e estudantes de graduação, pós-graduação, ensino médio, fundamental e infantil. Os níveis de formação da UFSC vão desde o ensino básico, passando pela graduação até a pós-graduação.

Atualmente, há cerca de 30 mil estudantes regularmente matriculados nas modalidades presencial e à distância, em 120 cursos de diferentes modalidades (107 presenciais e 13 EaD), com habilitações nas licenciaturas e bacharelados.

Nos programas de pós-graduação há 65 mestrados acadêmicos e 21 profissionais, e 56 doutorados, com mais de 8 mil estudantes (nos cursos *stricto sensu*), e há cerca de 2 mil nos cursos de especialização (*lato sensu*).

Na última avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduações (2019), realizada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram conceituados com notas 6 e 7 – as mais altas – 17 dos 56 programas avaliados e 62,5% dos programas da UFSC obtiveram nota igual ou superior a 5, entre estes, está o Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Quanto à gestão, a UFSC conta com Gabinete da Reitoria, com reitor e vice-reitor eleitos a cada 4 (quatro) anos, com consulta realizada a servidores e estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabelece que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”. De acordo com o disposto na Lei, a estrutura organizacional da UFSC está disposta em seu Estatuto e Regimento Geral, os quais foram aprovados em sessão especial do órgão deliberativo superior e posteriormente homologados pela Câmara de Educação Superior – Órgão do Conselho Nacional de Educação. O Estatuto da UFSC (UFSC, 2020c) determina que a Administração Superior da instituição efetivar-se-á por intermédio de Órgãos Deliberativos

Centrais e Órgãos Executivos Centrais. Os Órgãos Deliberativos Centrais (ODC) da UFSC estruturam-se em: Conselho Universitário (CUn), Conselho de Curadores (CC), Câmara de Graduação (CGRAD), Câmara de Pós-Graduação (CPG), Câmara de Pesquisa (CPES) e Câmara de Extensão (CEX).

A Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD (UFSC, 2022b) é a unidade de gestão integrante da Administração Superior criada com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na promoção da educação básica e da graduação, assegurando aos alunos condições amplas para o exercício da cidadania e das atividades profissionais, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Projeto Pedagógico Institucional.

A PROGRAD é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, com nomeação homologada pelo Conselho Universitário, sendo orientada para garantir a conformidade com os princípios do pluralismo de ideias e respeito às diferenças acadêmicas e culturais, da liberdade de criação e decisão, das relações humanas saudáveis, articuladas aos valores do ensino democrático e de qualidade, ensino presencial e a distância, atualização dos projetos pedagógicos, adoção de mecanismos de inclusão e consolidação da educação básica e superior de qualidade.

1.3.2 Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ (UFSC, 2022c) é um órgão executivo central, integrante da Administração Superior, criada com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área da pesquisa, de inovação, de propriedade intelectual, de empreendedorismo e de incubação de empresas. É dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor e homologado pelo Conselho Universitário (CUn).

Como instituição de pesquisa, a UFSC destaca-se sempre entre as dez melhores universidades do país em todas as avaliações realizadas, num universo de aproximadamente cem universidades e de mil instituições de ensino superior brasileiras. Essa posição é sustentada pela boa titulação de seu corpo docente, pelo volume de sua produção científica, pelo forte relacionamento com empresas e arranjos produtivos da região e do país, pela qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação e pela qualificação dos docentes e dos Técnico-Administrativo em Educação de apoio à pesquisa. Esse trabalho conjunto reflete-se no número de publicações em revistas internacionais indexadas no *International Scientific Indexing* (ISI) e no *Thomson Reuters*, evidenciando uma produção científica altamente qualificada.

Todas as áreas do conhecimento estão representadas nas atividades de pesquisa realizadas na instituição e se encontram oficialmente cadastradas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A UFSC tem forte tradição investigativa em várias áreas do conhecimento, o que vem se expandindo com a instalação dos campi em Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

Essa excelência é materializada na qualidade dos seus grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, através de projetos de grande vulto obtidos por esses grupos, tais como: Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (PRONEX), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAÉ). Outro aspecto importante que qualifica a pesquisa na UFSC é a participação de seus pesquisadores em instâncias decisórias no país, como nos comitês assessores do CNPq, da CAPES, da FINEP, da Fundação de Amparo à

Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e das demais agências de apoio à pesquisa, assim como no exterior.

A PROPESQ busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica por meio de políticas institucionais, do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade.

A pesquisa na UFSC é desenvolvida por servidores docentes, técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como pesquisadores independentes e voluntários. A todos estes, a PROPESQ fornece apoio, suporte e orientação, através de suas coordenadorias específicas: Coordenadoria de Projetos Institucionais, e Coordenadoria de Apoio ao Pesquisador, Coordenadoria de Fomento e Apoio à Pesquisa, Coordenadoria do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica. Adicionalmente, a PROPESQ congrega os Laboratórios Centrais Multiusuário, Comitês de Ética e Comitês Assessores.

A UFSC possui mais de 620 grupos de pesquisa, reunindo professores, técnicos e estudantes, que desenvolvem aproximadamente de 2,7 mil projetos e milhares de publicações em revistas científicas.

1.3.3 Extensão

A extensão universitária, indissociável das atividades de ensino e pesquisa, conforme a Constituição Federal, exerce um papel fundamental na integração entre universidade e sociedade. Desse modo, as atividades de extensão promovem o desenvolvimento das comunidades a que atendem enquanto contribuem para que a Universidade se mantenha apta a corresponder às necessidades externas por meio do conhecimento adquirido com as interações proporcionadas por essas atividades. Além disso, consolidam a formação de novos profissionais dotados de consciência social.

No ano de 2012, a partir do desmembramento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE), foi criada a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX (UFSC, 2022d). A PROEX dedicou-se, nos últimos anos, ao objetivo de intensificar as relações interinstitucionais por meio da participação em grandes eventos da área, bem como de relevantes parcerias firmadas com diversas instituições. A PROEX mantém os seguintes programas de apoio financeiro aos projetos de extensão desenvolvidos na UFSC: O Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSAS); o Programa de Apoio a viagens para trabalho, evento ou missão; edital para apoio a equipes de competição e edital para apoio às empresas juniores.

Vale destacar a participação da UFSC no Programa Novos Talentos – CAPES, o qual visa amparar propostas de atividades extracurriculares voltadas a professores e alunos da educação básica, com a aprovação de vários subprojetos assim como no Projeto Rondon sob a coordenação do Ministério de Defesa do Governo Federal, cujo escopo é a implementação de projetos sociais por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários em regiões com elevados índices de pobreza. Sublinha-se que a UFSC é a única universidade a participar de todas as edições realizadas pelo projeto.

A PROEX também atua na disseminação dos trabalhos desenvolvidos na UFSC à comunidade acadêmica e externa. Nesse sentido, destaca-se a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão - SEPEX organizada anualmente. Considerada um dos maiores eventos de divulgação

científica do estado, a SEPEX reúne um público de milhares de pessoas. Ademais, a PROEX publica semestralmente a Revista Eletrônica de Extensão. Atualmente, a UFSC realiza 21,8 mil iniciativas com impacto direto na sociedade.

A partir da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), regulamentada na UFSC pela Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX, de 03 de março de 2020 (UFSC, 2020a) e orientações do Ofício Circular Nº 2/2020/DEN/PROGRAD, de 13 de março de 2020 (UFSC, 2020b), os cursos de Graduação da UFSC passaram a discutir e modificar seus PPCs a fim de implementar a curricularização da extensão.

2. O CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA DA UFSC

2.1 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Atualmente, no estado de Santa Catarina, há formação de graduação Geografia licenciatura na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde são oferecidas aproximadamente 40 vagas anuais; na Universidade Federal da Fronteira Sul, com 40 vagas; e na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), também com 40 vagas anuais.

Há um déficit de profissionais formados na licenciatura em Geografia, especialmente pelo fechamento, nos últimos 20 anos, de cursos nas universidades comunitárias e particulares mais tradicionais no estado. Ao mesmo tempo, há aumento do oferecimento de cursos na modalidade EAD, de formação aligeirada, mas que não suprem a demanda.

2.2 BREVE HISTÓRICO

Inicialmente em Santa Catarina, o Curso de Geografia foi concebido junto com o curso de História, em um único curso chamado Estudos Sociais. Tiveram origem comum, na extinta Faculdade Catarinense de Filosofia em 1954, localizada na rua Esteves Júnior, no centro de Florianópolis, a partir do Decreto Federal 36.658, de 24 de dezembro de 1954 (BRASIL, 1954).

Em janeiro de 1955, foram abertas as inscrições para candidatos através de “concurso de habilitação”, o que permitiu as primeiras matrículas no Curso de Geografia e História, juntamente para outros cursos da Faculdade, dentre eles o curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais. Os cursos de geografia e história foram desmembrados somente em 1957, tornando-se então dois cursos distintos embora houvesse uma coordenadoria para gestão de ambos.

Com o desmembramento do curso de história, a Geografia, organiza-se em ciclos anuais e passa a oferecer duas habilitações – bacharelado e licenciatura. O regime de formação era desenvolvido da seguinte maneira: ao completarem os três primeiros anos, os estudantes obtinham o título de Bacharel em Geografia, e com mais um ano de curso, concluíam a habilitação em Licenciatura.

Quando da constituição da Universidade Federal de Santa Catarina e a construção do Campus Universitário da Trindade no início da década de 1960, houve a incorporação da Faculdade Catarinense de Filosofia e conseqüentemente do Curso de Geografia, com suas duas habilitações.

Com a Reforma Universitária MEC/USAID de 1969, extinguíram-se as faculdades e criaram-se os centros de ensino. E logo no ano seguinte, os cursos de Geografia, História, Ciências Sociais, Filosofia e Psicologia passaram a funcionar em um centro específico, o Centro de Ciências Humanas, atualmente denominado Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH. Em 1978, as coordenadorias dos cursos de Geografia e História passaram a funcionar de forma individualizada.

Durante sua trajetória, o curso de Geografia passou por três reformas curriculares, sendo as últimas nos anos de 1991 e 2006. Este PPC mantém o Curso de Graduação em Geografia com Área Básica de Ingresso (ABI), com a escolha a partir da 4a (quarta fase) do curso para uma das duas habilitações, Licenciatura ou Bacharelado. Ao mesmo tempo, o novo PPC propõe ajustes e adaptações no currículo do curso, em especial para a licenciatura.

Em especial, as últimas décadas, têm promovido grandes transformações sociais, que impactam diretamente no desenvolvimento da Geografia como ciência e também na geografia produzida em âmbito escolar. Estas transformações demandam profissionais altamente qualificados no que tange ao debate espacial e também educacional. E, assim como a sociedade, o campo da educação, e em especial da educação geográfica, na contemporaneidade é dotado de grande complexidade, o que traz novos desafios para a formação docente.

2.3 O DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

O Curso de Graduação em Geografia tem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas ao Departamento de Geociências (GCN), este foi criado em 21 de janeiro de 1970, vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) no Campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina.

O GCN tem por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão em Geociências, sobre questões da sociedade e natureza, e para isso, desenvolve uma série de atividades vinculadas ao campo e subcampos da ciência geográfica, a partir das múltiplas dimensões do espaço geográfico. Com este enfoque, o departamento busca aprimorar a formação profissional e o desenvolvimento da reflexão crítica e cidadã de discentes, técnicos e docentes, visando a melhoria da qualidade de vida e ambiental, assumindo para isso valores e princípios éticos e sociais no escopo da missão e visão da universidade.

O GCN conta com o Curso de Graduação em Geografia (ABI) com as habilitações de Bacharelado e Licenciatura, e dois programas de pós-graduação: o Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG – com mestrado e doutorado (UFSC, 2022f) e o Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais – PPGDN – mestrado profissional (UFSC, 2022g); além de oferecer também disciplinas para outros cursos de graduação e pós-graduação da UFSC.

A pós-graduação em Geografia na UFSC iniciou no ano de 1980, com dois cursos de especialização em Geografia: Utilização e Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Regional e Urbano. E em 1985 iniciou-se o curso de mestrado, sendo o de

doutorado de 1998, sempre com as duas áreas de concentração, Utilização e Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Regional e Urbano.

O PPGDN é o programa mais recente, e desenvolve o curso de mestrado profissional, e abrange estudos dos processos geológicos, meteorológicos e hidrológicos, incluindo processos costeiros, que definem a suscetibilidade ambiental aos eventos causadores de desastres naturais e os estudos relacionados à vulnerabilidade social, na perspectiva de gestão de risco e de desastres naturais.

Os docentes do GCN possuem alta qualificação, todos com título de doutorado, com experiência nacional e internacional significativa, e ministram a quase totalidade das disciplinas curriculares (em média 35 disciplinas por semestre) para o curso de Geografia, nas duas habilitações, bacharelado e licenciatura.

A partir das atividades de pesquisa e extensão, o GCN atende à comunidade em geral, sempre que solicitado, na forma de elaboração de atividades como: realização de planos diretores, análises ambientais de municípios, pareceres técnicos ligados a problemas de meio ambiente, censos demográficos, atendimentos de estudantes e professores da Educação Básica, dentre outras atividades que contribuem para intensificação das relações de ensino e pesquisa a partir da extensão.

Além disso, salienta-se o importante papel dos periódicos Revista Geosul² e a Revista Pesquisar³ (Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia), além das publicações dos Cadernos Geográficos e livros digitais junto a Editora do Bosque/CFH. Essas publicações têm tido papel reconhecido no âmbito nacional e estadual em relação à produção e disseminação do conhecimento científico e de divulgação de pesquisas realizadas pelos docentes da UFSC e de outras instituições, auxiliando também em processos para ampliar as ações de extensão do GCN e do curso de geografia.

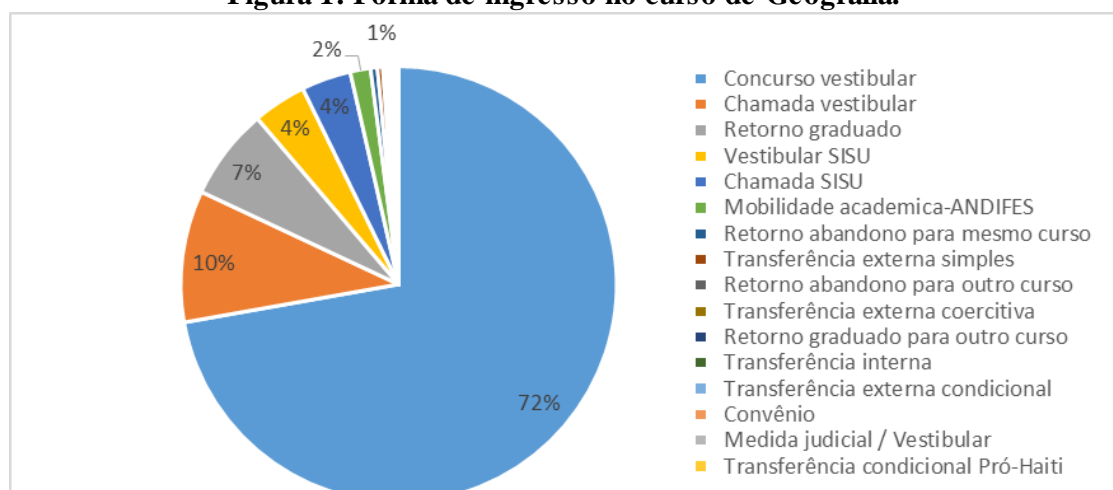
2.4 PERFIL DO ESTUDANTE

A admissão no curso de Graduação em Geografia da UFSC é por Área Básica de Ingresso (ABI), sendo a entrada garantida pelos processos seletivos desenvolvidos pela UFSC. Com base no banco de dados disponibilizados pelo Sistema de Controle Acadêmico da Graduação – CAGR, do universo de 1986 estudantes cadastrados, predominam como as principais formas de ingresso os processos seletivos vestibular. Essa modalidade é majoritária a razão das primeiras chamadas (72%) e das chamadas subsequentes (10%), seguidas dos processos de retorno graduado (7%) e dos Sistema de Seleção Unificada (SISU) (4% para o vestibular e 4% pelas chamadas subsequentes) (Figura 1).

Observa-se também que o curso tem apresentado nos últimos 15 anos mudanças discretas quanto à categoria de ingresso, sobretudo, devido as implicações diretas das políticas de ações afirmativas instituídas pela universidade a partir do ano de 2007 a partir da reserva de vagas para estudantes negros, pardos e indígenas oriundos de escola públicas.

² <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/index>

³ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar>

Figura 1: Forma de ingresso no curso de Geografia.**Fonte: CAGR.**

Obs: Universo total considerado válido e sem informações não declaradas é de 1.986 estudantes no período de 2000 a 2021; e de 1.134 no período de 2007 a 2021.

Essa condição está representada inicialmente pelos valores das categorias “entrada convencional” e “classificação geral” (Figura 2a), que juntas somam 85% das principais categorias de ingresso, equivalente ao período anterior à implementação das ações afirmativas, enquanto após 2007, a categoria equivalente de “classificação geral” soma 73% (Figura 2b).

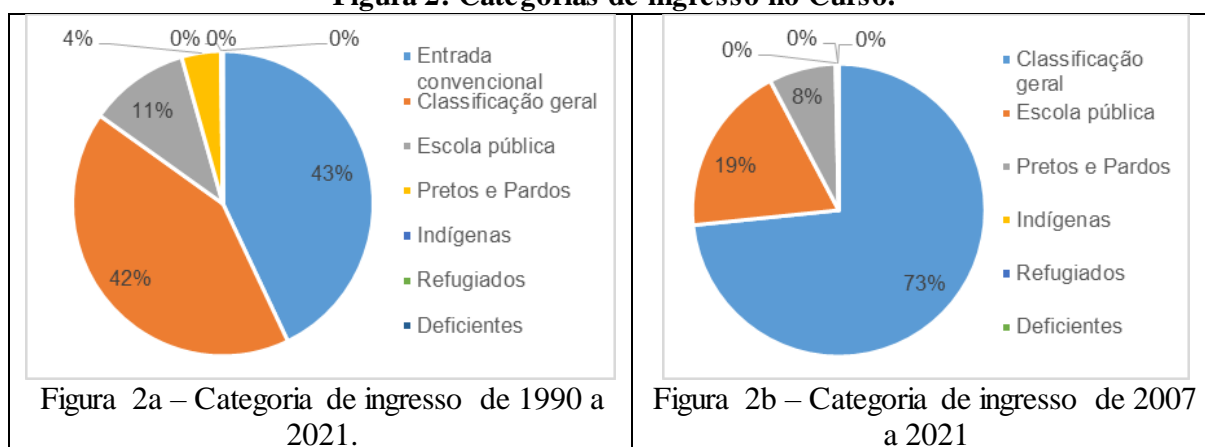
Figura 2: Categorias de ingresso no Curso.

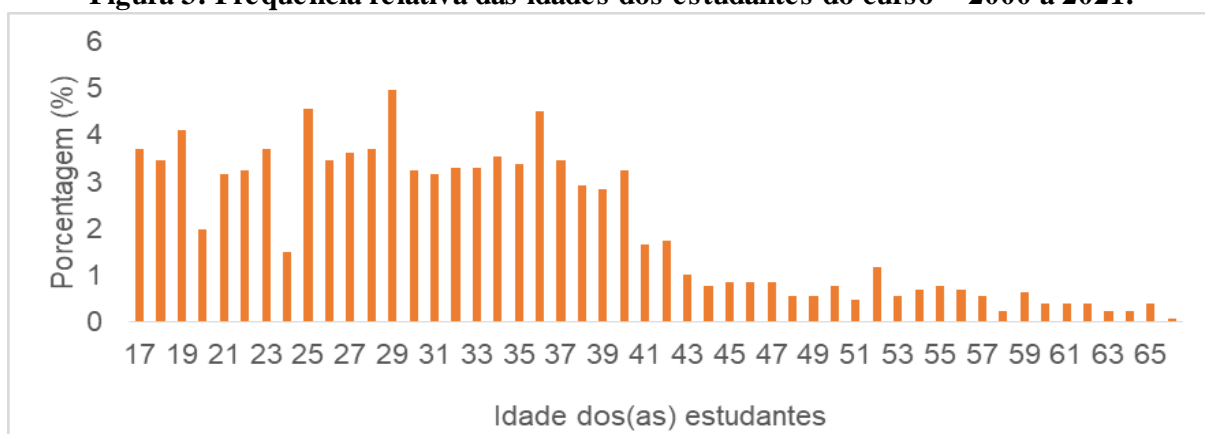
Figura 2a – Categoria de ingresso de 1990 a 2021.

Figura 2b – Categoria de ingresso de 2007 a 2021

Fonte: CAGR.

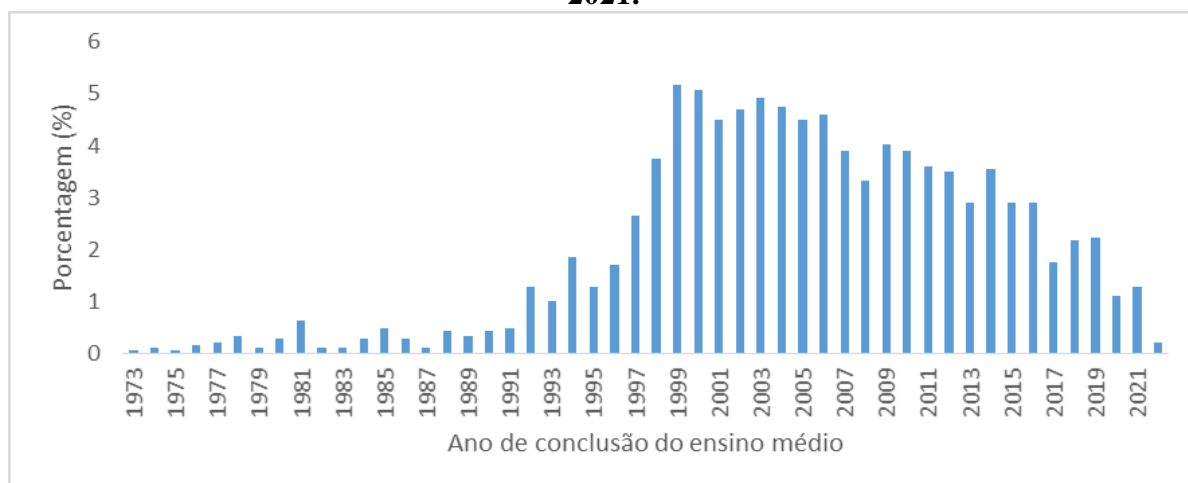
Obs: Universo total considerado válido e sem informações não declaradas é de 1.986 estudantes no período de 2000 a 2021; e de 1.134 no período de 2007 a 2021.

E em seguida, os impactos das ações afirmativas também são bem observados no aumento de 11% para 19% de estudantes oriundos de escola pública, e no crescimento dobrado de 4% para 8% de estudantes pretos e pardos. Estudantes indígenas, deficientes e refugiados somam 2, 1 e 1 respectivamente, por isso, não passam de 0% em termos relativos (Figura 3)

Figura 3: Frequência relativa das idades dos estudantes do curso – 2000 a 2021.

Fonte: CAGR.

No que se refere ao perfil estudantil, do universo total considerado válidos e sem informações não declaradas (1265 estudantes) 79% dos entrevistados possuem idade entre 18 e 39 anos, concluíram o ensino médio entre os anos 1999 e 2015, com maior concentração nos anos de 1999 a 2007 (Figura 4).

Figura 4: Frequência relativa dos anos de conclusão do ensino médio dos estudantes – 2000 a 2021.

Fonte: CAGR.

No que tange às declarações de sexo, cor e raça, observa-se que o curso é majoritariamente composto de estudantes autodeclarados brancos, seguida de estudantes pardos, pretos, amarelos e indígenas, respectivamente (Tabela 1). Os grupos femininos diferem-se positivamente dos masculinos somente nos grupos pertencentes à raça/cor branca e indígena, nas demais, os grupos masculinos apresentam percentuais um pouco acima.

Tabela 1: Percentual de estudantes por sexo e cor/raça.

Raça/Cor	Feminino	Masculino
Branca	87,5	83,3
Parda	8,2	11,5
Preta	4,3	5,2
Amarela	0,2	0,6
Indígena	0,9	0,4

Fonte: CAGR.

Obs: Universo total considerado sem informações não declaradas 648 para grupo do sexo feminino e 1115 para grupo do sexo masculino no período de 2000 a 2021.

Em sua maioria os estudantes são oriundos ou possuem naturalidade nos estados de Santa Catarina (32%), Rio Grande do Sul (18%), São Paulo (16%), Paraná (10%), Minas Gerais (6%) e Rio de Janeiro (3%).

2.5 INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO CURSO E O ENADE

Desde o ano 2000 até 2021, conforme dados disponíveis no Sistema de Controle Acadêmico de Graduação – CAGR/UFSC, o curso de geografia apresentou um período de crescimento nas matrículas, até o ano 2017. Essa tendência é observada de forma geral em outros cursos da UFSC, e obedece também ao que tem sido observado no âmbito das universidades públicas brasileiras.

Nesse período (2000 a 2021) o curso formou cerca de 1039 pessoas, sendo que a entrada anual é de 80 estudantes (40 por semestre). De forma geral, o número de estudantes formados varia anualmente. A taxa de egressos do curso (razão entre ingressantes e egressos) é de 19 para uma turma de 40 estudantes matriculados, o que mostra bom desempenho dos estudantes durante o desenvolvimento do curso.

Neste contexto, o curso também participa do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), inicialmente desenvolvido em 2005 e 2008 com formato único para bacharéis e licenciados, e a partir de 2011 separados em provas para a licenciatura e para o bacharelado.

Em 2005, participaram do ENADE 51 concluintes e 25 ingressantes (76 estudantes no total), os estudantes atingiram conceito ENADE 1 (notas finais até 0,9). Já em 2008 participaram do ENADE 108 estudantes, sendo 77 concluintes e 31 ingressantes, o conceito ENADE foi 3 (valor contínuo entre 2,0 e 2,9).

A partir de 2011 foram realizadas provas do ENADE separadas para bacharéis e licenciados. A prova do ENADE Geografia – Bacharelado foi realizada para as 115 estudantes concluintes, onde o conceito ENADE ficou em 1 (notas finais de 0,0 a 0,94). Na prova ENADE Geografia – Licenciatura participaram 40 estudantes concluintes com conceito ENADE também em 1 (notas finais de 0,0 a 0,94).

Em 2014, na prova ENADE Geografia – Bacharelado, foi realizada por 111 estudantes concluintes, onde conceito ENADE ficou em 2 (notas finais de 0,95 a 1,94). Já no ENADE Geografia – Licenciatura foi realizada por 53 estudantes concluintes, com conceito ENADE em 3 (notas finais de 1,95 a 2,94).

Historicamente os estudantes de Geografia da UFSC tem protestado contra o ENADE e sua aplicação, isso explica as notas (em especial até 2014). Os próprios estudantes indicavam sua presença nos locais de prova, contudo sem fazerem a mesma. Considerando que não houve motivos acadêmicos para estes fatos, acredita-se que este se deva a uma falta de comprometimento dos estudantes que realizaram a prova, tendo por base uma articulação estudantil contra a mesma.

Após o ano de 2014, o MEC enviou uma comissão para realizar a análise do curso, que comprovou a qualidade do curso, referendando nota 5 para o curso de bacharelado e nota 4 para o curso de licenciatura.

No ano de 2017, participaram 44 estudantes concluintes da prova ENADE Geografia – Bacharelado, sendo que o conceito ENADE foi 3 (notas finais de 1,95 a 2,94). E no ENADE Geografia – Licenciatura, participaram 51 estudantes concluintes, obtendo o conceito ENADE 4 (notas finais 2,95 a 3,94).

A partir de 2017 há nítida evolução no conceito ENADE do curso, que está em parte ligada aos diálogos da coordenação com os estudantes incentivando-os a prestar corretamente a prova e destacando a importância do mesmo. Nessa última avaliação o desempenho dos estudantes foi melhor que o esperado.

Para o ENADE de 2021 várias ações foram tomadas junto aos estudantes, para que o conceito atingido reflita a verdadeira qualidade do curso. Consulta aos resultados prévios do Sistema e-MEC indicam notas importantes. Participaram 42 estudantes concluintes da prova ENADE Geografia – Bacharelado, sendo que as médias das notas (brutas) foram de 4,5. E no ENADE Geografia – Licenciatura, participaram 52 estudantes concluintes, com médias das notas (brutas) de 4,6.

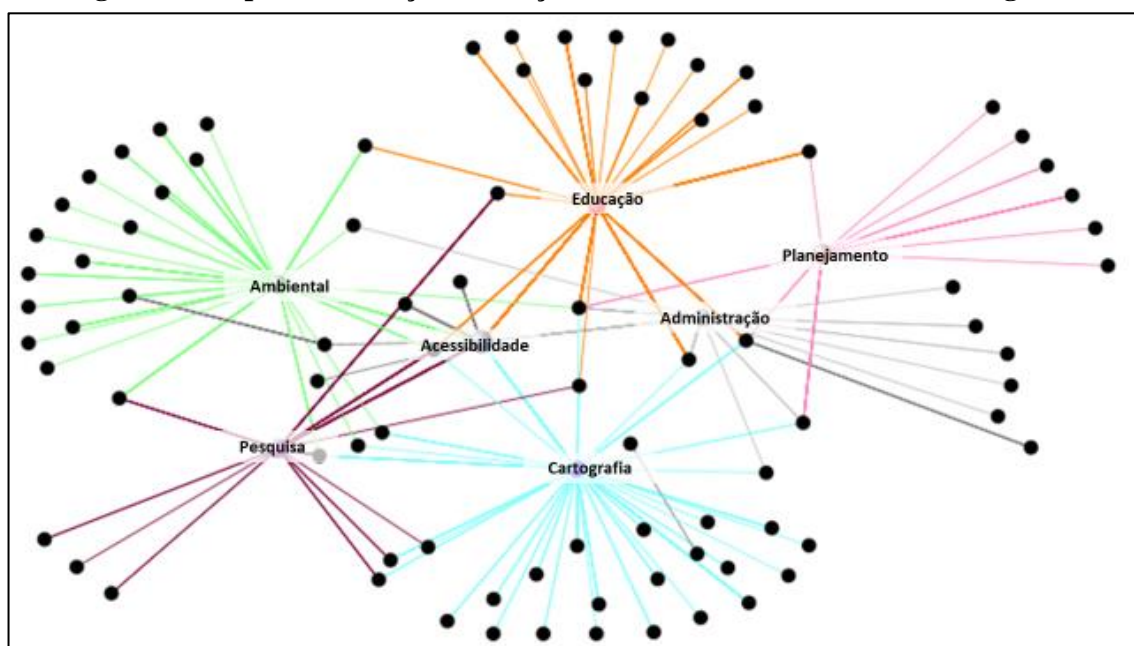
2.6 INSERÇÃO SOCIAL DO CURSO

A inserção social do curso de Geografia da UFSC pode ser avaliada em, pelo menos, dois sentidos. O primeiro é a partir do conjunto de campos de atuação de estagiários que são recrutados por instituições, organizações e empresas, e secretarias de estado e de municípios ligados à saúde, educação e planejamento urbano.

Conforme apresentado na Figura 5, os grupos de campos de atuação mais destacados são relativos a atividades que envolvem a gestão ambiental, o planejamento, a pesquisa, a cartografia e o mapeamento, a administração, a educação e a acessibilidade.

Vale destacar que os campos da educação e da acessibilidade estão contemplados com as políticas de permanência e inclusão da própria UFSC, sendo essa a primeira instituição de recrutamento em número de alunos do curso.

Figura 5: Grupos de inserção e atuação dos estudantes do curso de Geografia.



Fonte: Campos de recrutamento e atuação de estagiários, conforme Coordenação de Estágios do Curso de Geografia.

Com relação aos egressos com habilitação em Licenciatura, estes se direcionam à docência na educação básica e ensino superior, atuando nas esferas municipais, estaduais e federais, e ainda em trabalhos que envolvem consultorias educacionais, tais como desenvolvimento de materiais didático pedagógicos e afins.

PARTE II – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

3.1 TIPO DO CURSO

Graduação

3.2 MODALIDADE

Presencial.

3.3 FORMA DE INGRESSO

Área Básica de Ingresso (ABI). O candidato se inscreve no Curso de Graduação em Geografia (Habilitações Licenciatura e Bacharelado), fazendo sua opção pela habilitação Licenciatura somente na matrícula da quarta fase do curso.

Em conformidade com os critérios estabelecidos pela UFSC, à seleção dos candidatos poderá ocorrer via vestibular da UFSC; via Sistema de Seleção Unificada (SISU)/Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), e das ofertas em caráter especial e eventuais vagas ociosas, que se dão por meio de diferentes formas de ingresso, via edital de transferências e retornos de graduados, e mediante disponibilidade de vagas, de acordo com o disposto no art. 87 da Resolução no 17/Cun/1997 (UFSC, 1997).

3.4 DENOMINAÇÃO DO CURSO

Geografia Licenciatura

3.5 TITULAÇÃO

Licenciado em Geografia

3.6 LOCAL DE OFERTA

Campus Florianópolis

3.7 NÚMERO DE VAGAS

40 (entrada semestral)

3.8 TURNO DE OFERTA

Diurno e Noturno

3.9 REGIME ACADÊMICO

Semestral

3.10 CARGA HORÁRIA TOTAL

O curso tem uma carga horária total de **4.284 h/a** (3.570 horas). Sendo 1 hora/aula igual a 50 minutos, de acordo com o disposto no art. 24 da Resolução número 17/Cun/1997 (UFSC, 1997).

3.11 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

Tempo mínimo para conclusão do curso: 7 semestres

Tempo máximo para conclusão do curso: 16 semestres

3.12 CARGA HORÁRIA POR SEMESTRE

Carga horária máxima por semestre letivo: 28 créditos

Carga horária mínima por semestre letivo: 8 créditos

3.13 CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA NO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA.

A concepção de docência que estrutura a proposta curricular do curso de Geografia Licenciatura da UFSC se fundamenta na Resolução CNE/CP nº 2 de 01 de julho de 2015 (BRASIL, 2015a) que compreende a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Entende-se assim, que, no exercício da docência, a ação do docente é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional

No curso de Geografia Licenciatura da UFSC a educação é entendida como processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

3.14 OBJETIVOS DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

A licenciatura em Geografia visa formar profissionais para atuarem de forma crítica e socialmente referenciada no ensino formal e informal, na educação básica e no ensino superior. Assim, o curso de Graduação em Geografia Licenciatura tem os seguintes objetivos:

- Proporcionar uma formação epistemológica, teórica e metodológica sólida e aprofundada de modo a capacitar o futuro professor a valorizar o debate espacial se utilizando dos conceitos próprios à ciência geográfica para a compreensão dos processos socioespaciais, socioambientais e socioculturais;
- Proporcionar uma formação acadêmica a partir de princípios, métodos e técnicas da ciência geográfica, que possibilite sua atuação na educação básica e no ensino superior, nas variadas modalidades e níveis de ensino formal e informal;
- Formar profissional capacitado a desenvolver pesquisa, ensino e extensão relacionados à geografia e a educação;
- Nortear e substanciar teoricamente práticas de ensino em geografia comprometidas com uma proposta de educação inclusiva, plural, crítica, socialmente referenciada e transformadora da realidade social vivenciada;
- Possibilitar uma formação que articule o conhecimento geográfico acadêmico à

Geografia escolar garantindo, ao estudante da educação básica, o acesso ao conhecimento geográfico historicamente acumulado e cientificamente referendado;

- Possibilitar uma formação que articule a educação geográfica ao reconhecimento das questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade e justiça social.
- Formar profissional apto a refletir sobre políticas educacionais e curriculares compreendendo o papel destas políticas para o ensino de Geografia e para a educação como um todo, nas variadas escalas
- Formar para o exercício crítico e qualificado da docência e da gestão de processos educativos em situações de ensino formal e informal, na educação básica e no Ensino Superior;
- Compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão dos conhecimentos geográficos;
- Participação na elaboração e implementação de projeto político-pedagógico na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

3.15 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

Na obra de teoria e método da Geografia lançada por Milton Santos (2008) no final dos anos setenta – intitulada *Por uma Geografia Nova* –, ainda hoje referência para muitos cursos de Geografia no Brasil dado seu forte caráter inovativo, o grande geógrafo brasileiro se concentrou em propor uma ciência geográfica presidida pelo interesse social, sendo esta capaz de revalorizar em seus estudos “o próprio homem” de modo a reconhecer todo e qualquer esforço teórico-metodológico como um problema, sim, do “conhecimento”, mas ao mesmo tempo “um problema moral”.

É uma perspectiva que remete a Geografia inteiramente ao berço da filosofia clássica alemã, que com Kant e Hegel puseram a questão moral como aquilo que é válido para todos os homens e mulheres, vale dizer, aquilo que é capaz de se estender universalmente de modo cumprir as exigências da construção do conceito universal de humanidade.

A base filosófica a qual estamos nos referindo constitui-se como uma concomitância das grandes transformações sociais ocorridas na virada do século XVIII para o século XIX, com forte impulso a partir da França e a marcar a marcha da história da qual emerge o cidadão moderno e o conceito de liberdade. Um processo diretamente associado à emergência, não sem dificuldades e a partir de muitas contradições, dos direitos inalienáveis do homem, entre os quais se reconhece a centralidade dos direitos econômicos e sociais.

Contradições mesmas que nos convidam a pensar que este é o processo da edificação de uma *polis* rigorosamente *terrena*, a abrigar o difícil problema do empenho humano para a construção da satisfação social e do reconhecimento recíproco. São as mesmas dificuldades e contradições que impõem pensar a questão moral de uma maneira não abstrata, acolhendo antes

no seu seio as muitas particularidades e facetas da vida social.

É a partir daqui, das contradições internas aos campos da ciência, que emergem muitas questões antigas, próprias do saber geográfico, como as problemáticas que envolvem as assimetrias de poder e da concentração desigual da riqueza produzida entre os países e blocos de países, entre diferentes regiões no interior de um mesmo país e até de uma mesma cidade. E para além destas, outras questões mais atuais e novas que oferecem maior complexidade já que integram os processos oriundos das discriminações de gênero e raça, das migrações contemporâneas, e da crise ambiental e civilizatória hoje em debate no mundo.

Essas mesmas contradições, também possibilitam que a geografia possa ser utilizada para construir reflexões críticas, já que essas orientadas podem ser operacionalizadas para melhoria da qualidade e das condições de vida de todos os seres e de uma sociedade mais inclusiva, equitativa, diversa, democrática e justa. Essa opção implica na formação de profissionais que atuem na construção dessa sociedade, oferecendo inclusive projetos para sua transformação.

Neste sentido, avaliamos que esse profissional-cidadão em geografia, Geógrafo, assim denominado, deve dominar os fundamentos da ciência geográfica em termos epistemológicos, e isso significa afirmar que além de conhecer as abordagens e métodos pertinentes a partir da história do pensamento geográfico, ele também sabe analisar, interpretar e problematizar a realidade a partir de seu campo de atuação, utilizando para isso conceitos e categorias próprios.

Esse domínio requer uma consistência: a) crítica, para atender os princípios de transformação social com participação ativa nos espaços públicos e do mundo do trabalho; b) cidadã, porque está socialmente referenciada e compromissada a partir dos princípios universais do ser humano em sua totalidade e diversidade; c) analítica, já que em termos de operacionalização teórica, metodológica e instrumental, sua atuação subjaz o domínio de métodos, lógicas para interpretação etc.

Com estes saberes, o geógrafo, formado pelo curso de Geografia, deverá contribuir primeiramente ao desenvolvimento humano como um todo, seja elaborando propostas para intervenções a partir do espaço geográfico, seja considerando as múltiplas concepções de Natureza-Sociedade, seus conflitos, projetos, narrativas e formas de realização.

Trata-se então de uma formação profissional que fundamentalmente está comprometida com a pesquisa científica, enquanto prática social e de trabalho. Isso quer dizer que o Geógrafo do curso de Geografia deve saber construir problemas partindo da realidade concreta, e trazendo para si a responsabilidade social e técnica para dialogar com as subjetividades e objetividades atinentes ao que de fato existe.

Por isso, enquanto estudantes de geografia, esse profissional-cidadão será estimulado a refletir sobre sua atuação futura por meio de práticas com pesquisa científica, com o intuito garantir sua autonomia na construção de projetos individuais e ou em equipes multidisciplinares, com a participação no espaço público e privado. Não à toa, esse profissional-cidadão saberá também delinear processos metodológicos consistentes, articulando meios de investigação apropriados para cada problema em sua especificidade, associando autores/as e teorias coerentes de acordo com suas opções políticas (morais), o caráter da ciência geográfica em termos de suas questões, linguagens, conceitos e categorias.

Neste sentido, o curso de Geografia entende que este profissional-cidadão é um futuro trabalhador, que integra questões abrangentes e gerais relacionando com suas realizações específicas e particulares, com propostas de representações textuais, gráficas e cartográficas interessantes e coerentes. E é um intelectual que desenvolve questões, que problematiza a

realidade posta, e que cria projetos alternativos para a transformação do futuro da humanidade, considerando a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e equitativa, em termos sociais, ambientais e produtivos.

Esse caráter oferece tanto a possibilidade de que os licenciados estarão qualificados para ingresso em qualquer campo de trabalho, como também de continuar sua trajetória e formação em modalidades de cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, do Brasil e do mundo.

E, para que esse profissional, geógrafo, possa também atuar na educação, o curso de Geografia oferecerá a habilitação em Licenciatura, qualificando-o para o exercício da docência, e demais atividades administrativas e didático pedagógicas que permeiam os processos de ensino e aprendizagem. Assim, espera-se que o licenciado em geografia formado pelo curso de Geografia da UFSC tenha domínio em, pelo menos, quatro grupos:

I – Domínio das abordagens científicas relativas à **produção do conhecimento** no escopo da ciência geográfica:

- Distinguir as teorias, conceitos e categorias da ciência geográfica, identificando e compreendendo as relações entre elas e as possibilidades de explicação e interpretação dos fenômenos concretos, contemporâneos e pretéritos;
- Explicar a produção do espaço a partir do desenvolvimento das relações sociedade-natureza – fundamentalmente um processo histórico estruturado por processos espaço/temporais, articulado pelas escalas geográficas da formação socioespacial;
- Valorizar o diálogo entre saberes e entre agentes sociais distintos compreendendo a diferença e a diversidade como ponto de partida para construção do conhecimento geográfico;
- Dominar os conteúdos básicos da disciplina de Geografia e correlatas que serão objeto de aprendizagem na educação básica, conhecendo a linguagem científica utilizada e a adequação aos níveis e às múltiplas realidades vivenciadas;
- Reconhecer os limites, as possibilidades e os variados e multifacetados contextos de produção do conhecimento geográfico considerando a diversidade de questões, problemáticas e dilemas da sociedade atual, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e ideológicas.
- Buscar a ampliação das experiências extracurriculares através de trabalhos de pesquisa e extensão, em especial na Escola, visando o domínio do conhecimento teórico-metodológico para o exercício da profissão.

II – Domínio das abordagens científicas relativas à **educação**, aos **processos pedagógicos** e em especial à **educação geográfica**:

- Compreender teorias educacionais e sua relação com o desenvolvimento da Geografia em âmbito escolar;
- Selecionar teorias, conceitos e categorias a partir dos temas, conteúdos, atividades, questões e problemas pertinentes ao perfil dos estudantes, associando os diferentes processos de produção do espaço geográfico, e suas implicações no corpo, no cotidiano, e no mundo dos estudantes;

- Valorizar a linguagem textual, imagética, tátil, gráfica e cartográfica para ampliar processos cognitivos, de raciocínio geográfico e de pensamento espacial,
- Reconhecer a multiplicidade de metodologias de ensino e recursos didáticos direcionados ao ensino de Geografia nas diferentes modalidades de ensino, na educação básica e no ensino superior;
- Desenvolver materiais e recursos didáticos apropriados aos diferentes sujeitos presentes no âmbito escolar, principalmente para atender processos de inclusão social e diminuição das desigualdades estruturais em Escolas;
- Trabalhar em equipes multidisciplinares, integrando a escola à comunidade e contribuindo, por meio da dimensão geográfica presente em diversos eventos e processos, com a solução de problemas pertinentes à produção do espaço.

III – Domínio da legislação brasileira para a educação, documentos normativos, diretrizes educacionais e similares:

- Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 (BRASIL, 2015a). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE);
- Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), que altera partes da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
- Lei Federal nº 11.645, de 10 março de 2008 (BRASIL, 2008a). Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003). Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. 2003.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Além de ter conhecimento dos programas nacionais e fundos de educação:

- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009a).
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

IV – Promoção para formação profissional a partir da **continuidade das práticas** de ensino, pesquisa e extensão para comunicação e disseminação do conhecimento:

- Desenvolvimento de análises, divulgação técnica e acadêmica e intervenção socioespacial para ampliação de processos de educação, conscientização e sensibilização ambiental, acesso à direitos humanos e justiça social e ambiental, redução das desigualdades e das vulnerabilidades socioespaciais;
- Participação, organização, supervisão, coordenação e orientação técnica voltadas às atividades de ensino e de educação em suas diversas modalidades e níveis; avaliação e produção de material didático, tais como jogos, brinquedos, livros, mapas; etc.
- Qualificação e aprofundamento do conhecimento por meio da participação em eventos, seminários e colóquios promovidos pelo curso de Geografia e/ou por outras entidades; disposição para o aprendizado contínuo nos níveis de ensino *lato sensu* e *stricto sensu*, bem como por outras formas de formação continuada.

3.15.1 Campo de atuação do egresso do curso de Geografia Licenciatura

O licenciado em Geografia formado pela UFSC tem a sua disposição recursos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia para compreender os processos socioespaciais desenvolvidos considerando as relações sociedade e natureza na contemporaneidade. O conhecimento de abordagens científicas pertinentes à produção do espaço, bem como o domínio técnico, instrumental e legislativo para a análise geográfica, são as qualidades que aliadas ao conhecimento didático pedagógico possibilitam o exercício qualificado em pelos menos três frentes de atuação:

I – Docência

- a) Docência na educação básica e no ensino superior
- b) Docência em instituições de educação formal e informal;
- c) Docência em cursos de formação continuada

II – Gestão e Administração

- a) Produzir ou participar da produção e construção de normativas, orientações e diretrizes educacionais em nível federal, estadual, municipal, e ou de unidades escolares;
- b) Elaborar Projetos Políticos Pedagógicos;
- c) Gerir ou auxiliar a gestão administrativa e pedagógica de unidade escolares
- d) Elaborar e executar planos e projetos pedagógicos e educacionais;
- e) Criar, analisar e implementar políticas públicas, projetos curriculares e educacionais.

III – Assessorias e ou consultorias

- a) Elaboração e criação de materiais didáticos e educacionais voltados ao ensino de Geografia ou áreas correlatas, de domínio do professor;
- b) Desenvolver pesquisas e projetos relacionados a temas que envolvem educação e ou ensino de Geografia ou áreas correlatas;
- c) Desenvolver bancos de dados geográficos utilizando ambientes de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) para produção, com integração com dados oficiais ou provenientes de coleta secundária ou primária, fotografias aéreas, imagens de satélite e trabalhos de campo em temas relacionados à educação e ou ao ensino de Geografia;
- d) Desenvolver serviços de análise espacial, como elaboração de índices qualitativos e quantitativos que fundamentam políticas públicas
- e) Elaboração de produtos cartográficos (plantas, cartas, mapas) considerando as convenções internacionais para os critérios de representação espacial (topográfica, temática e de síntese), o conjunto das geotecnologias e outros objetos gráficos associados (croquis, esquemas, esboços, infográficos) voltados à educação e ou ao ensino de Geografia,
- d) Serviços diversos de assessoria e consultoria educacional, avaliações e pareceres.

3.16 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

No curso de Geografia Licenciatura, a formação continuada é compreendida como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente. Sua materialização decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional que leva em conta: a) os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; b) a necessidade de acompanhar o desenvolvimento e a transformação do conhecimento geográfico, metodologias de ensino e recursos didático pedagógicos ao longo do tempo.

A formação continuada no curso de Geografia Licenciatura compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores geográficos e educacionais. Envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos de extensão, eventos e seminários, oficinas pedagógicas, programas de ensino e demais ações que têm como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional geógrafo docente, e a formação de mestres e doutores no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFSC).

Atividades que, em sua dinâmica e estrutura contemplam a articulação entre ensino e pesquisa, garantindo o padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância

com o plano institucional, e o projeto pedagógico do curso de formação continuada do curso de Geografia.

Trata-se, portanto, de processos que articulam e mantêm conexões entre o departamento e egresso, universidade e comunidade externa. É importante destacar e valorizar a viabilização institucional que a formação continuada oferece, já que o curso de Geografia há tempos tem tecido um trabalho que integra docentes, laboratórios e núcleos de diferentes áreas da Geografia, do Brasil e do mundo, sobretudo a partir da organização de cursos e eventos nacionais e internacionais.

Neste sentido, a proposta de formação continuada é pensada como uma estratégia de ampliação dos impactos do curso na comunidade externa, sendo inicialmente interpretada aqui em duas perspectivas. Primeiro, ela aproxima ações de ensino, pesquisa e extensão organizando-as de forma paralelas e complementares no curso de graduação, e segundo, porque neste processo ela amplia os espaços formativos dentro e fora da UFSC.

Operacionalmente a formação continuada será garantida por meio de momentos de formação no conjunto dos docentes e seus núcleos e grupos de pesquisa, dos cursos de pós-graduação associados ao Departamento de Geociências e por eventos científicos, acadêmicos e culturais.

No primeiro caso, pode-se considerar os cursos, minicursos e oficinas oferecidos por docentes e seus núcleos e grupos de pesquisa que totalizam 41 ações, conforme banco de dados o Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão - SIGPEX (UFSC, 2022h), na série histórica de 2017 a 2020. Em geral, esses momentos contemplam desde manipulação de softwares de geoprocessamento, confecção de material didático, treinamento com propostas analíticas voltadas à pesquisa, como também, cursos de ordem teórico, metodológica e filosófica.

Os eventos científicos, acadêmicos também sintetizam a terceira possibilidade de formação continuada. Dentre os 79 eventos realizados nos últimos 4 anos, destacam-se a Semana de Geografia da UFSC (SEMAGEO), que em 2020 completou 41 edições ininterruptas entre as atividades realizadas anualmente destacam-se palestras, conferências, debates, minicursos, trabalhos de campo, oficinas, atividades culturais e espaços de diálogo e práticas, rodas de conversa e apresentação oral e em painéis de resumos e artigos submetidos ao evento, bem como sua publicação em anais.

A partir de 2019, o curso de Licenciatura realiza o Seminário de Licenciatura em Geografia - SELIGeo, que atualmente encontra-se em sua terceira edição. O evento estrutura-se a partir de uma concepção dinâmica que articula ensino e pesquisa e estabelece um espaço de debate, reflexão e compartilhamento de conhecimento teórico e de experiências pedagógicas. Fortalecendo a identidade da formação docente em Geografia, o evento ainda aproxima a universidade e o futuro professor de seu campo profissional, por meio de participação dos professores que atuam nas redes públicas de ensino.

Essa diversidade é ampliada também pelo oferecimento dos dois programas de pós-graduação. Por contarem com um quadro de docentes especializados, esse nível de formação continuada deve auxiliar um espaço altamente qualificado, associados às possibilidades de obtenção de títulos de mestrado e doutorado em Geografia (*stricto sensu*) ou em desastres naturais (mestrado profissional), mas também da participação como estudante especial em disciplinas isoladas.

Neste sentido, o curso de Geografia oferece ao egresso da Licenciatura espaços de qualidade, que são colaborativos, diversificados, interdisciplinares, e ao mesmo tempo que podem ser nacionais e internacionais.

Entre estes espaços, destaca-se o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (NEPEGeo), núcleo interdepartamental entre o Departamento de Geociências (CFH) e o Departamento de Metodologia de Ensino (CED). O espaço desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para os processos de formação inicial e continuada em articulação com a atuação dos profissionais de Geografia no Ensino Básico e Superior.

Assim, o NEPEGeo realiza e promover estudos, levantamentos e socialização dos conhecimentos acerca da Ciência Geográfica e sua relação com a Educação Básica, através da difusão em reuniões, simpósios, congressos e periódicos (boletins, revistas, coletânea de livros, etc.), como também, intercambiar com entidades congêneres de ensino dos diversos níveis.

O núcleo também promove articulação entre CFH/CED, Colégio de Aplicação/CED e outras instituições, predominantemente de caráter público, visando estabelecer relações pedagógicas com professores do Ensino Básico.

O Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar (LabTATE) desenvolve desde 2001, atividades de ensino, pesquisa e extensão, onde, procura atender às demandas pedagógicas da cartografia escolar e tátil no âmbito da Ciência Geográfica, possuindo equipamentos e instrumental para pesquisa e desenvolvimento de recursos didáticos cartográficos e táteis.

3.17 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCÂMBIO

O processo de internacionalização e os programas de intercâmbio do curso de Geografia está vinculada às políticas implementadas pela UFSC, sendo regulamentados pela Resolução N.º 007/CUn/99, de 30 de março de 1999 (UFSC, 1999), e desenvolvido pela Secretaria de Relações Internacionais – SINTER (UFSC, 2022i) que é o órgão responsável pela coordenação de todas as atividades de cooperação internacional e interinstitucional através do intercâmbio.

Em linhas gerais, todos os anos, a UFSC recebe e envia centenas de estudantes intercambistas para as universidades parceiras ao redor do mundo. Neste sentido, o sistema de seleção ocorre de duas maneiras. A primeira ocorre quando a UFSC recebe estudantes oriundos das universidades parceiras no exterior, e a segunda acontece quando as universidades parceiras no exterior oferecem a abertura de vagas em seus cursos para estudantes brasileiros.

O segundo caso tem sido a maneira mais comum de promover a internacionalização e o intercâmbio de estudantes do curso de Geografia. Neste caso, o estudante regularmente matriculado, pode se candidatar a vagas em universidades parceiras no exterior, e ao serem selecionados recebem instruções para completar os procedimentos para realização do intercâmbio no país de destino.

A internacionalização do curso também é garantida em atendimento à carreira docente e às práticas de pesquisa e extensão de professores do curso, sobretudo pela articulação com o Departamento de Geociências e os programas de pós-graduação. Neste caso, a partir de projetos, missões, programas e editais específicos de cooperação internacional ou como forma de qualificação profissional, parte dos docentes desenvolvem suas atividades no exterior,

ampliando seu campo de atuação no âmbito internacional, através da consolidação de parcerias, redes de pesquisadores, intercâmbio de conhecimento e participação de eventos.

Ainda com relação a internacionalização do curso, destaca-se o II SELIGEO - II Seminário de Licenciatura em Geografia⁴, realizado em 2021 em parceria com duas universidades internacionais, a Universidade de Lisboa, em Portugal, e a Universidade de Barcelona, na Espanha. O evento, na modalidade virtual, teve alcance internacional envolvendo estudantes e professores de universidades parceiras.

Em outro sentido, ou seja, de recebimento de pesquisadores e docentes de universidades no exterior, também acontece. Neste caso, o mais comum é que esses pesquisadores participem de atividades junto aos programas de pós-graduação, e de alguma maneira contempla também a participação de estudantes da graduação.

3.18 MOBILIDADE ACADÊMICA

A Mobilidade Acadêmica está pautada no Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil instituído em 29 de abril de 2003, conforme Ofício nº 51/GD/DAE/2004/UFSC. A política é destinada a permitir que estudantes de graduação matriculados em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFE) cursarem disciplinas curriculares em outras IFES signatárias, sendo essas atividades creditadas em seus Históricos Escolares.

No curso de Geografia, a política contempla alunos regularmente matriculados de Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro ano (ou 1º e 2º semestres letivos do curso) na Instituição de origem (remetente), e possuam, no máximo, uma (01) reprovação por período Letivo (ano ou semestre).

A título de reconhecimento, parte dos nossos estudantes que utilizaram esse programa já cursaram (e estão cursando) disciplinas em várias Universidades brasileiras.

3.19 POLÍTICA DE PRÉ-REQUISITOS

O currículo é elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovado pelo Colegiado do Curso, pelos Departamentos envolvidos e pelo Conselho de Unidade do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, sendo analisado e aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação. Portanto, os pré-requisitos são considerados fundamentais em diversas disciplinas ao longo do curso, de forma a propiciar ao estudante a compreensão de conteúdos e conhecimentos específicos que se relacionam e se desenvolvem de forma evolutiva, em especial entre disciplinas de fases diferentes.

Na sequência de disciplinas ordenadas por meio de pré-requisitos não é possível matrícula em disciplina cujo pré-requisito não foi cumprido, conforme o Art 14 Resolução

⁴ <https://www.youtube.com/c/NEPEGEOUFSC>

017/Cun/97 (UFSC, 1997). O Colegiado do Curso somente poderá autorizar a quebra de pré-requisitos em caso excepcional, conforme o Art 44 da Resolução 017/Cun/97 (UFSC, 1997).

4. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 PERCURSO FORMATIVO

A Carga horária total do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura é de **4.284 h/a (3.570 horas)**.

As disciplinas obrigatórias do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura somam um total de **2.718 h/a (2.265 horas)** que são realizadas ao longo de 9 (nove) fases – 9 (nove) semestres.

O estudante precisa realizar ao longo do curso de Graduação **180 h/a (150 horas)** de disciplinas optativas, que são orientadas no PCC para uma sequência de conhecimentos necessários à formação do licenciado em Geografia.

Como Prática como Componente Curricular (PCC) o estudante realizará um total de **492 h/a (410 horas)**, que estão articuladas em disciplinas obrigatórias na articulação com a curricularização da extensão.

O Curso de Graduação possui entrada em Área Base de Ingresso (ABI), o estudante faz sua escolha por uma das habilitações somente na quarta fase do curso. Os dois PPCs, de Licenciatura e de Bacharelado trazem nas três primeiras fases do Curso, **54 h/a** de PCC em disciplinas da Geografia Humana, Geografia Física e Cartografia. A partir da quarta fase, na Licenciatura, há as disciplinas de Práticas Integrativas que foram pensadas para articular os conhecimentos das disciplinas em práticas que possam ser realizadas na Universidade e na Escola, pois, conforme Parecer CNE/CP nº 28/2001 (BRASIL, 2001c), a PCC trata de práticas que produzem algo no âmbito do ensino, sendo a prática um trabalho consciente de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica.

O Estágio Supervisionado de Licenciatura em Geografia é elemento curricular de caráter pedagógico, científico e, especialmente, profissional. O Art. 2.º da Resolução Normativa nº 73/2016/Cun, de 7 de junho de 2016 (UFSC, 2016), estabelece “Para os fins do disposto nesta Resolução Normativa considera-se estágio o ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho, previsto no Projeto Pedagógico do Curso como parte integrante do itinerário formativo do aluno”, sendo que, deve ser supervisionado, e regulamentado em consonância com a definição do perfil do profissional egresso, bem como com os objetivos para a sua formação. O objetivo do estágio é viabilizar ao estudante o aprimoramento técnico-científico na formação profissional, conforme suas atribuições legais como docente de Geografia para a Educação Básica. O Estágio Supervisionado de Licenciatura em Geografia está dividido em duas disciplinas no Currículo, ocorre a partir da 8ª fase do curso (conforme pré-requisitos na matriz curricular), quando o estudante deve realizar 504 h/a (420 horas) de carga horária.

A curricularização da extensão está organizada com um total de **390 h/a (325 horas)**, com uma disciplina (72 h/a) que apresenta e instruí sobre a extensão em Geografia, além de

desenvolver já algumas atividades; outras 318 horas/aula (265 horas) podem ser realizadas pelo estudante em qualquer momento do curso, junto aos Programas de Extensão ofertados pela Geografia, ou ainda por outros cursos, desde que aprovados pela Coordenação de Curso de Geografia.

Ao finalizar as disciplinas obrigatórias o estudante deve realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual desenvolve pesquisa preferencialmente com uma temática da educação geográfica.

4.1.1 Resumo integralização do currículo

Tabela 1 – Resumo com número de horas e percentagem para integralização do currículo

Componente Curricular	Carga Horária Horas-aula	Carga Horária Horas	Percentagem em relação à carga horária total do currículo (%)
Disciplinas obrigatórias (subtraídas as cargas horárias de PCC, extensão, estágio supervisionado, e de disciplinas optativas)	2.718	2.265	69,8
Estágio Supervisionado em Licenciatura	504	420	13
Disciplinas Optativas	180	150	4,6
PCC	492	410	12,6
Total de carga horária	3.894	3.245	100
Curricularização da Extensão	390	325	+ 10 (sobre subtotal carga horária)
Carga Horária Total do Curso	4.284	3.570	

4.2 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE DISCIPLINAS POR FASE

Quadro 1 – Apresentação da matriz curricular com quadro de disciplinas

PRIMEIRA FASE							
Componente Curricular		Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária			
Código	Nome da Disciplina			T	P	Ext	PCC
GCNXXXX	Geografia Econômica e Social	Não há	4	72	0	0	0
GCNXXXX	História do Pensamento	Não há	4	72	0	0	0

	Geográfico						
GCNXXXX	Geologia I	Não há	5	60	30	0	18
INE5127	Estatística Aplicada a Ciências Sociais	Não há	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Cartografia Básica	Não há	4	36	36	0	0
Total			21	312	66	0	18
Carga Horária Total				396			
SEGUNDA FASE							
Componente Curricular			Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária		
Código	Nome da Disciplina				T	P	Ext
GCNXXXX	Geografia da População	Não há	4	72	0	0	18
GCNXXXX	Geografia Rural	Não há	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Geologia II	Geologia I	5	60	30	0	0
GCNXXXX	Climatologia Geográfica	Geologia I INE5127	4	36	36	0	0
GCNXXXX	Sistema de Informação Geográfica	Cartografia Básica INE5127	4	36	36	0	0
Total			21	276	102	0	18
Carga Horária Total				396			
TERCEIRA FASE							
Componente Curricular			Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária		
Código	Nome da Disciplina				T	P	Ext
GCNXXXX	Geografia do Desenvolvimento Histórico	Não há	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Geografia Urbana	Geografia Rural	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Geomorfologia Estrutural	Climatologia Geologia II	5	60	30	0	0
GCNXXXX	Cartografia Temática	Sistema de Informação Geográfica.	4	36	36	0	18
GCNXXXX	Extensão em Geografia I	Não há	4	0	0	72	0
Total			21	240	66	72	18
Carga Horária Total				396			
QUARTA FASE							
Componente Curricular			Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária		
Código	Nome da Disciplina				T	P	Ext
GCNXXXX	Introdução à Pesquisa	História do Pensamento Geográfico Cartografia Temática INE5127	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Teorias e Métodos da	História do	4	72	0	0	0

	Geografia	Pensamento Geográfico					
GCNXXXX	Fundamentos de Biogeografia e Geoecologia	Climatologia Geográfica	5	60	30	0	0
GCNXXXX	Processos Geomorfológicos	Geomorfologia Estrutural	5	60	30	0	0
EED5331	Teorias da Educação	Não há	4	72	0	0	0
Total			22	336	60	0	0
Carga Horária Total				396			
QUINTA FASE							
Componente Curricular			Carga Horária				
Código	Nome da Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	T	P	Ext	PCC
GCNXXXX	Geografia da Circulação, Transporte e Logística	Geografia Urbana	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Teoria Regional	Não há	4	72	0	0	0
LSB7244	Língua Brasileira de Sinais – Libras I	Não há	4	72	0	0	18
EED8005	Organização Escolar I	Não há	4	72	0	0	18
PSI5137	Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem	Não há	4	72	0	0	12
GCNXXXX	Práticas Integrativas I - PCC	Não há	5	0	0	0	90
Total			25	360	0	0	138
Carga Horária Total				498			
SEXTA FASE							
Componente Curricular			Carga Horária				
Código	Nome da Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	T	P	Ext	PCC
GCNXXXX	Organização do Espaço Mundial	Não há.	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Hidrogeografia	Cartografia Temática Geomorfologia Estrutural	4	50	22	0	0
GCNXXXX	Cartografia Escolar	Cartografia Temática	4	36	36	0	18
MEN5602	Didática B	Teorias da Educação	4	72	0	0	12
EED8006	Organização Escolar II	EED8005	4	72	0	0	18
GCNXXXX	Práticas Integrativas II - PCC	Não há	5	0	0	0	90

Total			25	302	58	0	138
Carga Horária Total				498			
SÉTIMA FASE							
Componente Curricular		Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária			
Código	Nome da Disciplina			T	P	Ext	PCC
GCNXXXX	Planejamento Urbano	Geografia da Circulação, Transporte e Logística.	4	60	12	0	0
GCNXXXX	Geografia de Santa Catarina	Não há	4	60	12	0	0
GCNXXXX	Geografia do Brasil	Teoria Regional	4	72	0	0	0
MENXXXX	Metodologia do Ensino da Geografia	Didática B Organização Escolar II Cartografia Escolar	4	72	0	0	36
GCNXXXX	Educação Ambiental	Não há	4	72	0	0	36
GCNXXXX	Práticas Integrativas III - PCC	Não há	5	0	0	0	90
Total			25	336	24	0	162
Carga Horária Total				522			
OITAVA FASE							
Componente Curricular		Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária			
Código	Nome da Disciplina			T	P	Ext	PCC
MEN7113	Comunicação e Educação	Não há.	4	72	0	0	0
MENXXXX	Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia I	Comunicação e Educação Educação Ambiental Metodologia de Ensino de Geografia Geografia de Santa Catarina Planejamento Urbano Práticas Integrativas I, II e III PCC Hidrogeografia Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem Processos	16	0	288	0	0

		Geomorfológicos Fundamentos de Biogeografia e Geoecologia Teorias e Métodos da Geografia Introdução a Pesquisa Extensão em Geografia Geografia do Desenvolvimento Histórico Geografia da População Estatística Aplicada a Ciências Sociais Geografia Econômica e Social Língua Brasileira de Sinais – Libras					
GCNXXXX	Optativa	Não há	4	72	0	0	0
GCNXXXX	Optativa	Não há	4	72	0	0	0
Total			28	216	288	0	0
Carga Horária Total				504			
NONA FASE							
Componente Curricular		Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária			
Código	Nome da Disciplina			T	P	Ext	PCC
GCNXXXX	Trabalho de Conclusão de Curso	Introdução à Pesquisa Planejamento Urbano Fundamentos de Biogeografia e Geoecologia Geografia de Santa Catarina Hidrogeografia	6	108	0	0	0
MENXXXX	Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia II	Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia I (e todas	12	0	216	0	0

		disciplinas que são pré-requisitos desta)					
GCNXXXX	Optativa	Não há.	2	36	0	0	0
Total			20	144	216	0	0
Carga Horária Total				360			

4.3 POLÍTICA DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

A reformulação do projeto pedagógico do curso não acarretará prejuízos à formação dos estudantes e à integralização do curso, assim, aos estudantes que ingressaram no período de vigência do currículo de 2007.1 será facultada a migração para o novo currículo (conforme Quadro 2). Todas as unidades curriculares cursadas pelos discentes serão aproveitadas através da relação de equivalência curricular estabelecida no quadro a seguir. Caso não seja do interesse do estudante a migração, será garantida a oferta das disciplinas do currículo 2007.1.

Quadro 2 – Matrizes curriculares com quadro de disciplinas do currículo de 2007.1 para o Novo Currículo 2024.1

Currículo Vigente (2007/1)				Novo Currículo (2024/1)			
Código	Nome da disciplina	Fase	Carga Horária (h/a)	Código (a serem criados)	Nome da disciplina	Fase	Carga Horária (h/a)
GCN7100	Astronomia	1ª	90		Astronomia	Opt.	72
GCN7101	Fundamentos de Economia Política para a Geografia	1ª	108		Geografia Econômica e Social	1ª	72
GCN7102	Geografia da População	1ª	108		Geografia da População	2ª	72
GCN7103	Geologia I	1ª	144		Geologia I	1ª	90
GCN7104	História do Pensamento Geográfico	1ª	108		História do Pensamento Geográfico	1ª	72
NOVA				INE5127	Estatística Aplicada a Ciências Sociais	1ª	72
GCN7200	Cartografia I	2ª	108		Cartografia Básica	1ª	72
GCN7201	Climatologia Dinâmica e Geográfica	2ª	108		Climatologia Geográfica	2ª	72
GCN7202	Geografia Rural	2ª	108		Geografia Rural	2ª	72
GCN7203	Geologia II	2ª	108		Geologia II	2ª	90
GCN7204	Teorias e Métodos da Geografia	2ª	108		Teorias e Métodos da Geografia	4ª	72
NOVA					Sistema de Informação Geográfica	2ª	72
GCN7300	Cartografia II	3ª	108		Cartografia Temática	3ª	72
GCN7301	Geografia Industrial	3ª	108		Geografia do Desenvolvimento Histórico	3ª	72
GCN7302	Geomorfologia Estrutural	3ª	108		Geomorfologia Estrutural	3ª	90

GCN7304	Oceanografia	3ª	108		Geografia Marinha e Costeira	Op.	72
NOVA					Extensão em Geografia	3ª	72
EED5331	Teorias da Educação	3ª	72	EED5331	Teorias da Educação	4ª	72
GCN7401	Biogeografia Básica	4ª	108		Fundamento de Biogeografia e Geoecologia	4ª	72
GCN7402	Geografia do Comércio e Serviços	4ª	108		Geografia da Circulação, Transporte e Logística	5ª	72
GCN7403	Processos Geomorfológicos	4ª	108		Processos Geomorfológicos	4ª	90
GCN7404	Teoria Regional	4ª	108		Teoria Regional	5ª	72
PSI5137	Psicologia Educacional: Desenvolvimento e Aprendizagem	4ª	72	PSI5137	Psicologia Educacional: Desenvolvimento e Aprendizagem	5ª	72
GCN7501	Geografia Urbana	5ª	108		Geografia Urbana	3ª	72
NOVA					Introdução a Pesquisa	4ª	72
GCN7502	Organização do Espaço Mundial	5ª	108		Organização do Espaço Mundial	6ª	72
GCN7503	Recursos Hídricos em Geografia	5ª	144		Hidrogeografia	6ª	72
GCN7504	Cartografia Escolar	5ª	108		Cartografia Escolar	6ª	72
NOVA					Educação Ambiental	7ª	72
NOVA					Práticas Integrativas I - PPC	5ª	90
GCN7600	Análise Ambiental	6ª	108		Análise e Planejamento Ambiental	Op.	72
GCN7601	Geografia Regional do Brasil	6ª	108		Geografia do Brasil	7ª	72
GCN7602	Planejamento Regional e Urbano	6ª	108		Planejamento Urbano	7ª	72
LSB7904	Língua Brasileira de Sinais	6ª	72	LSB7244	Língua Brasileira de Sinais – Libras I	5ª	72
EED5185	Organização Escolar I	6ª	72	EED8005	Organização Escolar I	5ª	72
NOVA					Práticas Integrativas II - PPC	6ª	90
EED5186	Organização Escolar II	7ª	72	EED8006	Organização Escolar II	6ª	72
MEN5602	Didática B	7ª	72	MEN5602	Didática B	6ª	72
MEN7025	Metodologia do Ensino da Geografia	7ª	72		Metodologia do Ensino da Geografia	7ª	72
GCN7701	Geografia de Santa Catarina	7ª	108		Geografia de Santa Catarina	7ª	72
NOVA					Práticas Integrativas III - PPC	7ª	90
MEN7026	Estágio Curricular: Supervisionado de Licenciatura em Geografia I	8ª	234		Estágio Curricular: Supervisionado de Licenciatura em Geografia I	8ª	288
NOVA				MEN7113	Comunicação e Educação	8ª	72
NOVA					Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura (TCL)	9ª	108

MEN70127	Estágio Curricular: Supervisionado de Licenciatura em Geografia II	9ª	180		Estágio Curricular: Supervisionado de Licenciatura em Geografia II	9ª	216
----------	---	----	-----	--	---	----	-----

4.4 UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS

Quadro 3 – Apresentação das disciplinas optativas

UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS					
Componente Curricular		Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária	
Código	Nome da Disciplina			T	P
GCNXXXX	Geomorfologia do Quaternário e Mudanças Climáticas Globais	Climatologia Geográfica Geomorfologia Estrutural	4	60	12
GCNXXXX	Análise Espacial de Indicadores Sociais	Geografia Econômica e Social/ Geografia da População/ Cartografia Temática	4	18	54
GCNXXXX	Biogeografia Aplicada	Fundamentos de Biogeografia e de Geoecologia	4	36	36
GCNXXXX	Cidade e Políticas Públicas	Geografia Urbana	4	60	12
GCNXXXX	Gestão Ambiental	Não há	4	60	12
GCNXXXX	Evolução morfodinâmica de ambientes costeiros	Não há	4	60	12
OCNXXXX	Gestão Costeira	Não há	4	72	0
OCNXXXX	Poluição Marinha	Não há	4	72	0
GCNXXXX	Geografia dos riscos e desastres	Não há	4	36	36
GCNXXXX	Cartografia dos riscos	Não há	4	36	36
GCNXXXX	População, riscos e políticas da espacialidade	Não há	4	36	36
GCNXXX	Climatologia urbana	Não há	4	28	44
GCNXXX	Recursos Didáticos em Geografia Escolar	Não há	4	36	36
GCNXXXX	Tópicos Especiais em Geografia Física I	Não há	4	36	36

GCNXXXX	Tópicos Especiais em Geografia Física II	Não há	2	18	18
GCNXXXX	Tópicos Especiais em Geografia Humana I	Não há	4	72	0
GCNXXXX	Tópicos Especiais em Geografia Humana II	Não há	2	36	0
GCNXXXX	Geografia da Alimentação	Não há	4	72	0
MEN5109	Educação e Mídia	Não há	4	72	0
EED7149	Educação Especial na Educação Básica	Não há	4	72	0
GCNXXXX	Astronomia	Não há	3	54	0

4.5 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As ementas e as unidades curriculares do curso de Geografia Licenciatura da UFSC foram revisadas pelo corpo docente, sob a orientação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), de maneira a assegurar a atualização dos conteúdos.

A bibliografia recomendada pelos docentes engloba os conteúdos das unidades curriculares e está disponível nos sistemas de Bibliotecas da UFSC, que incluem a Biblioteca Universitária (BU), Biblioteca Central e nas Bibliotecas Setoriais e Acervo Virtual de repositório da UFSC. Também constam livros e artigos de acesso público e gratuito de acervos virtuais de outras Universidades, *E-books* de repositórios públicos e de editoras (quando acesso gratuito), e artigos científicos publicados em na forma on-line de acesso livre, ilimitado e gratuito.

A seguir apresenta-se o ementário das Unidades Curriculares do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura (Quadro 4), apresentado de acordo com a sequência da Matriz Curricular.

Quadro 4 – Ementário das Unidades Curriculares do Curso em Geografia Licenciatura

Primeira Fase				
Código	Nome: Geografia Econômica e Social	Pré-requisito: Não há.	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
Ementa				
Conhecimento do pensamento contemporâneo em economia política utilizado nos estudos de Geografia Econômica e Social: Geografia e marxismo; Divisão Social do Trabalho; Divisão Internacional do Trabalho; Tecnologias Radicais; Ciclos de Acumulação e Organização do Espaço; Formação Socioespacial do Brasil e Regiões				
Bibliografia Básica				
MAMIGONIAN, A. Gênese e objeto da geografia: passado e presente. Geosul , n.28, v. 14,				

Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. Disponível em: <<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15322>> Acesso em: 30 jun. 2022.

PEREIRA, R. M. F. do. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, 1977, p.81-99. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

MAMIGONIAN, A. Tendências atuais da Geografia. **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. Disponível em: <<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15325>> Acesso em: 30 jun. 2022.

MAMIGONIAN, A. A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**. v.6. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, 2003.

SANTOS, M. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v.19, n.1, 2015, p.166-172. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97312>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Código	Nome: História do Pensamento Geográfico	Pré-requisito: Não há.	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Constituição do domínio científico. História das ideias na Geografia – das cosmografias e relatos de viagens aos nossos dias. Natureza e constituição da ciência. Natureza do conhecimento geográfico e antecedentes de uma Geografia Científica. A Geografia na modernidade. A Geografia no Brasil.

Bibliografia Básica

KANT, I. Introdução à geografia física. **Geographia**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, p. 121-129, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13536>> Acesso em: 30 jun. 2022.

SAHR, W-D; ARANTES, L. A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico. **Geographia**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 25, p. 106-135, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13618>> Acesso em: 30 jun. 2022.

SEEMANN, J. Friedrich Ratzel: entre tradições e traduções. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], n. 1, 2012 Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/180>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

CASTRO, I. E. de. et. al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1995.

LA BLACHE, P. V. de. O princípio da geografia geral. **GEOGRAPHIA**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, ano 3, n. 6, 2001. p. 135-147. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13415>> Acesso em: 30 jun. 2022.

LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz (orgs.) et al. **Geografias: reflexões, leituras, estudos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020, pp. 185 – 206. *E-Book*. Disponível em: <http://observadr.org.br/porta/wp->

content/uploads/2021/08/Vol1LivroPlanejamentoTerritorial.pdf Acesso em: 30 jun. 2022.				
MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política de espacialidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.				
MORAES, A. C. R. de. Geografia: pequena história crítica . São Paulo: Hucitec, 1981.				
Código	Nome: Geologia I	Pré-requisito: Não há.	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	30
			PCC	
		18		
Ementa				
Objeto e divisões da Geologia e suas interfaces com a Geografia; Conceitos fundamentais da geologia: princípios de geoquímica; estrutura da Terra e ciclo patogenético; introdução à mineralogia, processos e rochas magmáticas; intemperismo das rochas; agentes geológicos exógenos; rochas sedimentares. Aulas práticas em campo.				
Bibliografia Básica				
LEINZ, V.; AMARAL, S. E. do. Geologia geral . 14ª ed. rev. São Paulo: Nacional, 2001. 399p.				
POPP, J. H. Geologia geral . 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 309p.				
TEIXEIRA, W. (org) Decifrando a terra . 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 623p.				
Bibliografia Complementar				
GROTZINGER, J. P.; JORDAN, T. H. (org). Para entender a Terra . 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 738 p.				
GUERRA, A. T. Dicionário geológico geomorfológico . 8ª ed. Rio Janeiro: IBGE, 1993.				
SCHEIBE, L. F. Aspectos geológicos e geomorfológicos . Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. <i>Repositório institucional</i> . Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/200362/SCHEIBE-Aspectos-Geol%e3%b3gicos-e-Geomorfol%e3%b3gico.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 30 jun. 2022.				
TOMAZZOLI, E. R; PELLERIN, J. R. G. M.; HORN FILHO, N. O. Geologia da Ilha de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Geociências (São Paulo), v. 37, n. 4, p. 715-731, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/11656 Acesso em: 30 jun. 2022.				
Código INE5127	Nome: Estatística Aplicada a Ciências Sociais	Pré-requisito: Não há.	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
Ementa				
Probabilidade. Estatística descritiva. Amostragem. Estimação de parâmetros e testes de hipóteses. Testes não-paramétricos. Correlações.				
Bibliografia Básica				
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais . 9ª ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.				
LEVIN, J.; FOX, J. A. Estatística para ciências humanas . 9ª. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 497p. Repositório UFSC. Disponível em: https://ufsc.bv3.digitalpages.com.br/reader . Acesso em: 13 jun 2022.				
SIEGEL, S.; CASTELLAN JR., N. J. Estatística não-paramétrica para ciências do				

comportamento. 2ª ed. Editora: Artmed, 2006. Repositório UFSC. Disponível em: <<https://ufsc.bv3.digitalpages.com.br/reader>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

Bibliografia Complementar

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica.** 4ª.ed. São Paulo: Atual, 1987. 321p.
DEVORE, J. L. **Probabilidade e estatística: para engenharia e ciências.** São Paulo: Thomson, 2006. 692 p.

JAMES, B. R. **Probabilidade:** um curso em nível intermediário. Rio de Janeiro: IMPA, 2010. 299p.

MAGALHÃES, M. N. **Probabilidade e variáveis aleatórias.** São Paulo: Edusp, 2011. 411p.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. de. **Noções de probabilidade e estatística.** 7ª ed. atual. São Paulo (SP): EDUSP, 2010. 408p.

MAGNUSSON, W. E.; MOURÃO, G. **Estatística sem matemática:** a ligação entre as questões e as análises*. Londrina: PLANTA, 2005. 138p.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica:** probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Repositório UFSC. Disponível em: <<https://ufsc.bv3.digitalpages.com.br/reader>>. Acesso em: 13 ju 2022.

NOVAIS, D. V.; COUTINHO, C. de Q. e S. **Estatística para educação profissional.** São Paulo: Atlas, 2009. 186p.

Equivalência:

Código	Nome: Cartografia Básica	Pré-requisito: Não há.	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36

Ementa

Introdução a História da Cartografia, Importância da Cartografia para a Geografia, Movimentos da Terra e Sistemas de Coordenadas, Sistema de Referências Geodésicos, Datum, Escala, Sistemas de Projeção Cartográfica, Cartografia Sistemática, Cartometria, GNSS, Elaboração de Mapas.

Bibliografia Básica

FITZ, P. R. **Cartografia básica.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008, 143p.

IBGE. **Noções básicas de cartografia.** Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Nocoos%20basicas%20de%20cartografia.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2022.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. **Cartografia geral, digital e temática.** Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, UFPR, 2018. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

GIOTTO, E; CARDOSO, C. D. V.; SEBEM, E. **Projeto CR Campeiro:** fundamentos de Cartografia e de GPS aplicados a agricultura de precisão. Santa Maria: Laboratório de Geomática, UFSM, 2013. Disponível em: <<http://www.crcampeiro.net/Curso/cursos/basico/pdf/GNSS.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2022.

JOLY, F. **A cartografia.** 15ª Ed. Campinas: Editora Papirus, 2013.

MENEGUETTE, A. A. C. Cartografia no século 21: revisitando conceitos e definições. **Geografia e Pesquisa**, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/131>> Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, C. de. **Curso de cartografia moderna**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81158.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA, I. F. T. (Coord.). **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998. Disponível em:

< ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas_basicas_cartografia.pdf > Acesso em: 30 jun. 2022.

Segunda Fase

Código	Nome: Geografia da População	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
			PCC	
			18	

Ementa

A população como objeto de estudo geográfico. Bases teórico-metodológicas dos estudos populacionais. Dinâmica e elementos populacionais em diferentes escalas. A população brasileira e a análise de seus indicadores de desigualdade social, geracional, étnico-racial e de gênero. O fenômeno migratório e seus fundamentos teóricos. Migrações internas no Brasil. Migrações internacionais no mundo contemporâneo, fronteiras e controle territorial.

Bibliografia Básica

ALVES, J.E.D.; CORRÊA, S. Demografia e ideologia: trajetos históricos e desafios do Cairo + 10. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 20, n. 2, jul./dez. 2003, p. 129-156. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/290>> Acesso em: 30 jun. 2022.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. **Revista NECAT**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2015, p. 9-22. Disponível em: <<https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/3623>> Acesso em: 30 jun. 2022.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 8 (supl.), pp. 49-90, 1974. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500003> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, G. M. R.; CAVENAGHI, S. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.27, n. 2, p. 91-114, jul/ago, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/19>> Acesso em: 30 jun. 2022.

ASSIS, G. de O. et al. Novos imigrantes em Santa Catarina. In: BAENINGER, R. et al (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 479-501. *Repositório UFSC*. Disponível em: <<https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2022.

COSTA E SILVA, A. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos Avançados**, n. 8, v. 21, 1994, p. 21-42. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/WdWZrnBhjvVgyzrKXzrfr9w/?lang=pt>> Acesso em: 30 jun. 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Nº 30, Rio de Janeiro (2016). Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>> Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, L.A.P.; SIMÕES, C.C.S.; O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/VCdB6mfFsmm5Wjd4LmydTrD/?lang=pt>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Código	Nome: Geografia Rural	Pré-requisito: Não há.	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	12

Ementa

Delimitação do espaço rural no campo epistêmico da geografia. Revisão das conexões entre as formações sociais e a geografia rural. Análise dos processos de modernização agrícola e seus efeitos sobre a produção do espaço rural no capitalismo. Novas dinâmicas espacializantes geradas pelo desenvolvimento rural. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

BRANDT, M.; SILVA, N. A coleta de erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina: apropriação privada da terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, 26(3), p. 459-469, set-dez 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/CW6SLnhyxGXMSxKQ4LRVqrh/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 30 jun. 2022.

DE ANDRADE, M. C. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Revista Campo-Território** v. 5, n. 9, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11992>> Acesso em: 30 jun. 2022.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, número especial, n. 34, pp. 46-61, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74934>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

LUI, G. H.; MOLINA, S. M. G. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônica- Revista de Antropologia**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/156/0>> Acesso em: 30 jun. 2022.

MARX, K. **O Capital**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAZOYER, M. História das agriculturas no mundo. São Paulo: UNESP, 2010.

PIRES, M. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Documentos técnicos científicos, Vol. 40, n. 3, p. 411-424, jul-set 2009. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/367>> Acesso em: 30 jun. 2022.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 18-19, p.95-112, Jul./Dez.2002. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/160>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Código	Nome: Geologia II	Pré-requisito: Geologia I	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	30

Ementa

Rochas metamórficas; Geotectônica (teoria e movimentos); Estrutura geológica global (crátons e bacias sedimentares); Geologia histórica; Estruturas geológicas do Brasil e de Santa Catarina; Recursos geológicos: usos e gestão (política mineral brasileira). Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica				
LEINZ, V.; AMARAL, S. E. do. Geologia geral. 14ª ed. rev. São Paulo: Nacional, 2001. 399p.				
POPP, J. H. Geologia geral. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 309p.				
TEIXEIRA, W. (org) Decifrando a terra. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 623p.				
Bibliografia Complementar				
GROTZINGER, J. P.; JORDAN, T. H. (org). Para entender a Terra . 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 738 p.				
GUERRA, A. T. Dicionário geológico geomorfológico . 8ª ed. Rio Janeiro: IBGE, 1993.				
SCHEIBE, L. F. Aspectos geológicos e geomorfológicos . Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. <i>Repositório institucional</i> . Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/200362/SCHEIBE-Aspectos-Geol%20e%20Geomorfol%20e%20Geografico.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 30 jun. 2022.				
TOMAZZOLI, E. R; PELLERIN, J. R. G. M.; HORN FILHO, N. O. Geologia da Ilha de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Geociências (São Paulo), v. 37, n. 4, p. 715-731, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/11656 > Acesso em: 30 jun. 2022.				
Código	Nome: Climatologia Geográfica	Pré-requisito: Geologia I INE5127	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36
Ementa				
O estudo geográfico do clima; História da climatologia - abordagem dinâmica e da geografia do clima; Conceitos básicos: elementos, fatores, tempo, tipos de tempo e clima; Escalas do clima; Circulação geral da atmosfera e sistemas atmosféricos associados; Classificações e tipos climáticos; Climas da América do Sul, Brasil e Santa Catarina; Atividades práticas e representação em climatologia; Aulas práticas em campo.				
Bibliografia Básica				
BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. Atmosfera, tempo e clima . 9ª ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.				
CAVALCANTI, I. F. de A.; FERREIR A, N. J.; SILVA, M. G. A. J. da; DIAS, M. A. F. da S. (orgs). Tempo e clima no Brasil . São Paulo: Oficina de textos, 2009. 463p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pCxOJCYFmeCEsLWwLWwXqyhkO8bcd8vX/view?usp=sharing . Acesso: 18. Jul. 2022.				
MONTEIRO, C. A de F. O estudo geográfico do clima. Cadernos Geográficos , Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-72, 1999. Disponível em: https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/caderno-geografico-01.pdf . Acesso: 18. Jul. 2022.				
Bibliografia Complementar				
MONTEIRO, C. A. Teoria e clima urbano. Série Teses e Monografias , n.25, São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1976. Disponível em: https://www.abclima.ggf.br/arquivos/obrasclimatologia/29/TEORIA%20E%20CLIMA%20URBANO_LD_1975.pdf . Acesso: 18. Jul. 2022.				
NIMER, E. Climatologia do Brasil . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81099.pdf . Acesso: 18. Jul. 2022.				

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. **Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas**. 2002. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/285651687_Agrometeorologia_Fundamentos_e_aplicacoes_praticas. Acesso: 18. Jul. 2022.

SANT'ANNA NETO, J. L. História da climatologia no Brasil: gênese e paradigmas do clima como fenômeno geográfico. **Cadernos Geográficos**, v. 1, n. 7, p. 2004, 2004. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/completo-7.pdf>. Acesso: 18. Jul. 2022.

VAREJÃO-SILV A, M. A. **Meteorologia e Climatologia**. Brasília: INMET, Gráfica e Editora Estilo, 2000, 532p. Disponível em: https://icat.ufal.br/laboratorio/clima/data/uploads/pdf/METEOROLOGIA_E_CLIMATOLOGIA_VD2_Mar_2006.pdf. Acesso: 18. Jul. 2022.

Código	Nome: Sistema de Informação Geográfica	Pré-requisito: Cartografia Básica INE5127	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36

Ementa

Histórico, fundamentos teóricos, dados para SIG, modelos para informação geográfica, fontes de dados espaciais, bases de dados para SIG, sistemas de referência nos SIG, operações com dados matriciais e vetoriais, geoweb (webmapping), apresentação de programas de SIG, elaboração de um SIG para apoiar análises espaciais.

Bibliografia Básica

OLAYA, V.. **Sistemas de información geográfica**. Versión 1.0: revisada el 25 de noviembre de 2011. Disponível em: <http://wiki.osgeo.org/wiki/Libro_SIG> Acesso em: 30 jun. 2022.

CASANOVA, M.A., CÂMARA, G., DAVIS JR, C.A., VINHAS, L., QUEIROZ, G. R.. Banco de dados geográficos. **MundoGEO**, Curitiba, 2005, 506 p. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/livros/bdados>> Acesso em: 30 jun. 2022.

DRUCK, S.; CARVALHO, M. S. CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.. **Análise espacial de dados geográficos**. Planaltina, DF: Embrapa, 2004, 209 p. Disponível em: [http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/.](http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/)> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

ERBA, D. A. **Sistemas de información geográfica aplicados a estudios urbanos: experiencias latinoamericanas**. Lincoln Institute of Land Policy, 2006, 207 p. Disponível em: <http://www.lincolninst.edu/pubs/1174_sistemas-de-Infomaci%C3%B3n-geogr%C3%A1fica-aplicados-a-estudios-urbanos-experiencias-latinoamericanas> Acesso em: 30 jun. 2022.

IBGE. Acesso e uso de dados geoespaciais. **Manuais técnicos em geociências**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101675.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

IBGE. **Introdução ao ambiente SIG QGIS**. Diretoria de Geociências - Coordenação de Cartografia. Disponível em: <http://geofp.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/outros_documentos_tecnicos/introducao_sig_qgis/Introducao_ao_ambiente_SIG_QGIS_2edicao.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Terceira Fase

Código	Nome: Geografia do Desenvolvimento Histórico	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

A metafísica hegeliana e a ciência geográfica; a via clássica inglesa de transição ao capitalismo e a emergência do Estado Social na revolução ativa francesa: questões territoriais; as revoluções passivas do século XIX: transições pelo alto e relações espaço-tempo como expressão geográfica da luta de classes; fordismo, fascismo e socialismo: os impasses geopolíticos do desenvolvimento histórico no século XX; globalização e socialismo de mercado na nova etapa do desenvolvimento histórico.

Bibliografia Básica

CHÂTELET, F. Hegel e a Geografia. Pereira. **Geosul**, no 7, 1989. Disponível em: <<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12725/11894>> Acesso em: 30 jun. 2022.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Bibliografia Complementar

JABBOUR, E. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18012011-103155/publico/2010_EliasMarcoKhalilJabbour.pdf> Acesso em: 30 jan. 2022.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAMIGONIAN, A. Introdução ao estudo de Ignácio Rangel. **Geosul**, no 3, 1987. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12622/11783>> Acesso em: 30 jun. 2022.

MARX, K. **O Capital**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2009.

Código	Nome: Geografia Urbana	Pré-requisito: Geografia Rural	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	12

Ementa

Embasamentos históricos e conceituais sobre os fenômenos que envolvem a cidade e o urbano (estrutura, processo, função e forma); as dimensões geográficas da cidade, nas suas organizações socioespaciais intra e interurbanas; a cidade e o urbano; a origem da cidade e a evolução do conceito de urbano, de urbanização e de cidade; as cidades e o urbano nos diversos modos de produção; a cidade no modo de produção capitalista; a produção do espaço interurbano e intraurbano; o sítio, a posição, o plano, a fisionomia e as funções urbanas; os agentes modeladores do espaço urbano; o Estado e políticas habitacionais; a economias e as deseconomias de aglomeração; a mobilidade e acessibilidade urbana; os serviços públicos coletivos urbanos; a competitividade entre os territórios e o papel das cidades na guerra dos lugares; a rede urbana e a hierarquia urbana; a urbanização brasileira e de Santa Catarina. Aulas práticas de campo.

Bibliografia Básica

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 13ª ed. São Paulo; Contexto, 2002.

Bibliografia Complementar

BENÉVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CORREIA, R. L. A rede urbana . São Paulo: Ática, 1996.				
ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra . São Paulo: Global, 1986.				
GEORGE, P. Geografia urbana . São Paulo: Difel, 1983.				
GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano . São Paulo: EDUSP, 1993.				
Código	Nome: Geomorfologia Estrutural	Pré-requisito: Climatologia Geologia II	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	30
Ementa				
Introdução à geomorfologia; Pensamento, teorias e modelos da geomorfologia; Movimentos crustais e macroestrutura do relevo; Fatores litológicos e estruturais que condicionam o relevo; Morfogênese diferencial e resistência global de rochas; Evolução do relevo em diferentes escalas temporais; Principais relevos estruturais; Caracterização do relevo brasileiro, da Região Sul e de Santa Catarina. Ferramentas analíticas fundamentais (geomorfometria e estatística); Aulas práticas em campo.				
Bibliografia Básica				
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . 2ª ed e ampl. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1980.				
GROTZINGER, J; JORDAN, T. H. Para entender a Terra . 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013, 738 p.				
PENTEADO, M. Fundamentos de geomorfologia . 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.				
Bibliografia Complementar				
BIGARELLA, J.J. (org) Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, 425 p.				
FLORENZANO, T. G. Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina dos Textos, 2008, 320 p.				
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia do Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 388p.				
IBGE. Manual técnico de geomorfologia . Rio de Janeiro: IBGE, 1995, 112 p. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66620.pdf > Acesso em: 30 jan. 2022.				
TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.				
Código	Nome: Cartografia Temática	Pré-requisito: Sistema de Informação Geográfica	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36
			PCC	
18				
Ementa				
Estudo de conceitos, métodos e técnicas para uso e integração consistente de bases de dados e informações cartográficas de referência e bases temáticas, que possibilitem a compreensão do mapa como instrumento de ensino, pesquisa e extensão. Uso e integração de bases geográficas ou bases geoespaciais que retratam a distribuição espacial de variáveis ambientais e humanas para fins de representação cartográfica. Aplicação da cartografia temática em projetos integrados e em atividades didáticas.				
Bibliografia Básica				
BERTIN, Jacques. Aneográfica e o tratamento gráfico da informação . Curitiba: UFPR, 1986. 273 p				
MARTINELLI, M. Mapas da geografia e da cartografia temática . 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011. 112 p.				

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 9ª Ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. 315 p.

DUARTE, Paulo A. **Fundamentos de cartografia**. 3ª Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 208 p.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. Canoas: La Salle, 2008. 143 p.

ROBINSON, A. H., et al. **Elements of Cartography**. New York: John Wiley & Sons, 1995. 674 p.

SOUZA, J. G.; KATUTA, Â. M. **Geografia e conhecimentos cartográficos**. São Paulo, Editora da UNESP, 2001

Código	Nome: Extensão em Geografia	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Introdução à história e à legislação da extensão universitária. Conceito de extensão universitária. Importância da extensão na formação profissional e acadêmica. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apresentação dos programas e projetos de extensão do Departamento de Geociências e dos demais Departamentos da UFSC que tenham relação com a formação profissional em bacharelado e licenciatura em Geografia. Integração aos projetos de extensão da UFSC para participação em oficinas, cursos e outras ações para a comunidade externa. Proposição de projetos de extensão, eventos, oficinas e demais atividades de extensão na UFSC ou com sociedade civil organizada.

Bibliografia Básica

FORUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política nacional de extensão universitária. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Po1%C3%Adtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 17ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 93p.

UFSC. **Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX, de 03 de março de 2020**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. Disponível em: <<https://curricularizacaodaextensao.ufsc.br/files/2020/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O-DA-EXTENS%C3%83O-2-1.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

FORUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Mapeamento da Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira, 2019. Disponível em: <<https://curricularizacaodaextensao.paginas.ufsc.br/files/2019/06/RELAT%C3%93RIO-FINAL-MAPEAMENTO-INSERCAO-EXTENSAO-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

IMPERADORES, S.L.; PEDDE, V. **“Curricularização” da extensão universitária no Brasil**: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. Disponível em: <https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_E

[xtensao_Universitaria_no_Brasil.pdf](#).> Acesso em: 01 jul. 2022.
 MUSSOI, E.M.; LENZI, L.H.C. Extensão universitária: entre o continuísmo e a utopia. **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio**, v. 12, n. 20, p.103-122, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2015v12n20p103>>
 Acesso em: 01 jul. 2022.
 SILVA, K.S.; CASTELAN, D.R. “Mil nações moldaram minha cara”: o Brasil, as migrações Sul-Sul e a extensão em Relações Internacionais. **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio**, v. 16, n. 34, p.154-165, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2019v16n34p154/42165>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

Quarta Fase

Código EED 5331	Nome: Teorias da Educação	Pré-requisito: Não há	Crédito	
			Teóricos	
			72	

Ementa

Estudo das teorias da educação: referências clássicas, modernas e contemporâneas. De pedagogos das teorias da educação no ocidente e na realidade brasileira. Pensamento pedagógico

Bibliografia Básica

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
 ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
 AZEVEDO, F. de. *et al.* Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2022.
 BROCANELLI, C et al. (Org.) **Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos**. São Paulo: Avercamp, 2007.
 CASTRO, R. C. G. **Platão contra os sofistas: sobre a retórica**. Conventit Internacional, nº 12, 2013. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit12/>>. Acesso em: 8 jul. 2022.
 DEWEY, J. **Vida e educação**. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
 FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018
 KANT, I. **Textos seletos**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
 MONTAIGNE, M. de. **Ensaio**. São Paulo: Ed. 34, 2016.
 NIETZSCHE, F. **Escritos sobre educação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: PUC/RJ; São Paulo: Loyola, 2016.
 SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
 PLATÃO. **Diálogos**. Belém, Pará: UFPA, 2002.
 PLATÃO. **A República**. Texto integral. São Paulo: Escala, 2007. 373 p.
 ROUSSEAU, J. **Emílio ou da educação**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014

Bibliografia Complementar

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Paris: Editions du Seuil, 1971.
 ASSMANN, S. Sobre a política e a pedagogia em Rousseau (é possível ser homem e cidadão?). **Perspectiva**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 22-45, jul/dez., 1988. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10773>> Acesso em: 8 jul. 2022.
 FÁVERO, M. de L. de A. Durmeval Trigueiro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana (Coleção Educadores). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/>>

Acesso em: 8 jul. 2022.
 JAEGER, W. W. **Paideia**: a formação do homem grego. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
 KERFERD, G. B. **O movimento sofista**. São Paulo: Editora Loyola, 2003.
 NIETZSCHE, F. Schopenhauer como educador Tradução Adriana M. Saura Vaz. Campinas: Faculdade de Educação/ UNICAMP, 1999.
 NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. 2ª ed. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
 NUNES, C. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2022.

Código	Nome: Introdução à Pesquisa	Pré-requisito: História do Pensamento Geográfico Cartografia Temática. INE5127	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Metodologia do trabalho e da pesquisa científica. Diversidade teórico-metodológica na Geografia. A relevância do trabalho de campo na pesquisa geográfica. A comunicação científica e as modalidades de trabalhos acadêmicos. Padrões e normas técnicas da ABNT. Elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa científica.

Bibliografia Básica

BOOTH, W.; COLOMB, G.; WILLIAMS, J. **A arte da pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
 FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.
 MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016. *E-Book*. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114438>> Acesso em: 01 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cad. Pesq.** São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1992. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/990>> Acesso em: 01 jul. 2022.
 BEAUD, M. **A arte da tese**: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
 SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. **Construindo a ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. *E-Book*. Disponível em: <http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/ConstruindoCiencia.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

Código	Nome: Teorias e Métodos da Geografia	Pré-requisito: História do Pensamento Geográfico	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Desenvolvimento e evolução de conceitos, métodos e técnicas de pesquisa na ciência geográfica.

Bibliografia Básica

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. 2ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 407

p.
 MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
 LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. (orgs.) et al. **Geografias: reflexões, leituras, estudos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020, pp. 185 – 206. *E-Book*. Disponível em: <<http://observadr.org.br/portal/wp-content/uploads/2021/08/Vol1LivroPlanejamentoTerritorial.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

CASTRO, I. E. de; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352p
 HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
 SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª ed. 2010. 174 p.
 SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
 SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

Código	Nome: Fundamentos de Biogeografia e Geoecologia	Pré-requisito: Climatologia Geográfica	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	30

Ementa

Estudo da Biogeografia e da Geoecologia da Paisagem em seus conceitos fundamentais, métodos e ferramentas. Procura distinguir e aprofundar sobre fatores bióticos e abiótico na relação ecológica em suas inter-relações com a sociedade humana, que interferem na distribuição, adaptação, expansão e associação dos seres vivos. Ecologia decolonial. Aplicações atuais da Biogeografia e da Geoecologia. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

FIGUEIRÓ, A. **Biogeografia: dinâmicas e transformação da natureza**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2015.
 ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
 RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. de P. B. **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 6ª ed. ampliada. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022. 331p. *E-book*. Disponível em: <http://www.ppggeografia.ufc.br/images/documentos/043710J_MIOLO_Geoecologia.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

AB' SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. 159 p.
 CARVALHO, C. J. B. de; ALMEIDA, E. A. B. **Biogeografia da América do Sul: padrões e processos**. 2ª ed. ampl. São Paulo: Roca, 2016. 298 p.
 COX, C. B.; MOORE, P. D.; LADLE, R. J. **Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
 FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: UBU Editora, 2022.

MELO e SOUZA, R. M.; CHAVES, A. M. S. NASCIMENTO, S. P. G. do. (org.) **Geocologia e paisagem: enfoques teórico-metodológicos e abordagens aplicadas**. Aracaju: Criação, 2021. E-book. Disponível em: <<https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ebook-paisagem.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

Código	Nome: Processos Geomorfológicos	Pré-requisito: Geomorfologia Estrutural	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	30

Ementa

Conceitos básicos, teoria geral dos sistemas e processos geomorfológicos. Geomorfologia ambiental. Dinâmica morfogenética e a relação morfogênese e pedogênese. Processos e morfologia das vertentes, fluvial, eólico, costeiro e glacial. Domínios morfogenéticos e diferenciações da paisagem. Análise da ação geomorfológica antrópica e impactos associados. Processos geomorfológicos em Santa Catarina. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2ª ed. e ampl. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1980.
 PENTEADO, M. **Fundamentos de geomorfologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
 PRESS, Frank. **Para entender a Terra**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656p.

Bibliografia Complementar

BIGARELLA, J.J. (org) **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, 425 p.
 FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008, 320 p.
 GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 388p.
 IBGE. **Manual técnico de geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, 112 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66620.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2022.
 TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. **Decifrando a terra**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

Quinta Fase

Código	Nome: Geografia da Circulação, Transporte e Logística	Pré-requisito: Geografia Urbana	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Análise do sistema de circulação (comércio, transportes, logística, armazenamento e demais serviços) nos diversos estágios da economia mundial: o capital comercial e o lucro comercial, a evolução e a importância do comércio, sistemas de transportes, de armazenamento e de logística atuantes nos diversos estágios da circulação do capital e com impactos nas reestruturações econômicas e socioespaciais, nas revoluções e evoluções logísticas, nas terceirizações e terciarizações, na mobilidade e acessibilidade nos espaços regionais e urbanos, entre outros e, por conseguinte, na organização do espaço. A reestruturação das atividades de comércio e serviços (transportes, logística e armazenamento) no mundo e no Brasil contemporâneos.

Bibliografia Básica

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVEIRA, M. R.; FELIPE JUNIOR, N. F. **Circulação, transportes e logística no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2019.

ARROYO, M. M.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização.** São Paulo: Annablume, 2015.

Bibliografia Complementar

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996, p. 211-236.

ESPÍNDOLA, C. J.; BASTOS, J. M. Reestruturação agroindustrial e comercial no Brasil. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n.9, março de 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro II.

RANGEL, I. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. 1 e 2.

SILVEIRA, M. R.; COCCO, R. G. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 1, 2010, p. 63-81. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/232>> Acesso em: 01 jul. 2022.

Código	Nome: Teoria Regional	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Panorama teórico-metodológico geral das diferentes teorias regionais em Geografia; a teoria regional no marxismo e o desenvolvimento desigual; teoria regional e a geografia industrial pós-fordista.

Bibliografia Básica

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 2008.

GRAMSCI, A. **A Questão Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.). **As regiões ganhadoras.** Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: Oeiras; Celta, 1994.

Bibliografia Complementar

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DEL ROIO, M. et. al. **Gramsci: periferia e subalternidade.** São Paulo: Edusp, 2017.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HARVEY, D. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. **GeoBaires. Cuadernos de Geografía**, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

Código LSB7244	Nome: Língua Brasileira de Sinais – Libras I	Pré-requisito: Não Há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
			PCC	
			18	

Ementa

Prática de conversação em Libras habilitando o aluno a se comunicar nível básico. Mitos e Crenças relacionadas à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e aos Surdos. Noções sobre os estudos linguísticos das línguas de sinais em diferentes níveis da descrição linguística. Conceitos básicos da Língua Brasileira de Sinais como iconicidade e arbitrariedade e aspectos culturais e históricos específicos da comunidade surda brasileira. Educação de surdos, papéis dos professores e de intérpretes de libras-português em uma perspectiva inclusiva. Atividades de prática como componente curricular aplicadas à comunicação em Libras.

Bibliografia Básica

ALBRES, N. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

GESSER, A. **Libras?: Que língua é essa?** São Paulo, Editora Parábola: 2009.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4ª Ed. rev. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2016.

Bibliografia Complementar

ALBRES, N. de A; NEVES, S. L. G. (org.). **Libras em estudo: política educacional**. São Paulo: FENEIS, 2013. 170 p. (Série Pesquisas). *E-Book*. Repositório UFSC. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2013-04-ALBRES-e-NEVES-LIBRAS_Politica_educacional.pdf> Acesso em: 8 jul. 2022.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (ed.) **Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas**. 2ª ed. rev. e amp. São Paulo SP: EDUSP, 2012. 2v.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto: curso básico. Livro do estudante**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. 187 p. Disponível em: <<https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2022.

LIMA-SALLES, H. M. M. **Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais**. Goiânia: Cãnone, 2007. 190 p.

WILCOX, Sherman, WILCOX, Phyllis Perrin. **Aprender a ver**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005. (Coleção Cultura e Diversidade). *E-Book*. Disponível em: <<http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Aprender-a-Ver.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2022.

Código	Nome:	Pré-requisito:	Créditos	
			Teóricos	Práticos
EED8005	Organização Escolar I	Teorias da Educação	72	0
			PCC	
			18	

Ementa

Organização da Educação Brasileira e Legislação Educacional. Políticas Públicas Educacionais na atualidade. Gestão Democrática da Educação. A escola: sujeitos, cotidiano e trabalho docente. Objetivo social da escola: direito à educação e a produção da exclusão.

Bibliografia Básica

BRASIL, MEC. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em: 06 de agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

BRASIL. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78231-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-1&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em: 06 de agosto de 2018.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9.394/96. 20 de dezembro de 1996 (9ª edição atualizada em maio de 2014). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014; Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, mai./ago. 2008, p. 293-303.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L. (org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículo em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DUBET, François. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29-45, jul. 2003, p. 29-45.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAS, Luis Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógica na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra (Org). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2003.**

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, Eneida. MORAES, Maria Célia .M. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth (org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 196-215.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. Análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília/DF. Novembro de 2004. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859. Acesso em: 06 de agosto de 2018.
- DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da Educação Básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Cidadão, mostre-me a identidade! **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dez. 2002.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da História e o balanço da Educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011, p. 235-274.
- MARCASSA, Luciana Pedrosa. Desigualdades sociais e escolares, formação e políticas públicas: compromissos e interesses no campo da educação. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ** - Ano -16 - n. 29 vol. 02 - jul./dez. 2012. Acesso: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1445>
- MELO, Adriana Almeida Sales de. **A Mundialização da Educação**. Alagoas: Edufal, 2004.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org). **Organização do ensino no Brasil. Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2007.
- PARO, Vítor H. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Ed. Cortez. 2011.
- PASSOS, Joana Célia. As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos. **EJA em debate**, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998#.VPOnePnF9ps>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PLACCO, Vera Maria Nigro De Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan e ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2012, vol.42, n.147, pp. 754-771. ISSN 0100-1574. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000300006>>. Acesso em: 6 de agosto de 2018.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**. Curitiba/PR, n. 29, 2007, p. 29-45.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre. Ano 30, n. 3 v.63.2007. p. 489-506. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>

Código	Nome: Práticas Integrativas I	Pré-requisito: Não há	Créditos
			PCC
			90

Ementa

Pesquisa e estudo de conceitos e temas relacionados a Educação Geográfica, ao ensino de Geografia e a Geografia escolar voltados à Educação Básica em contextos educacionais formais e não formais. Criação e execução de estratégias didático-pedagógicas que viabilizem a integração e articulação entre universidade e contextos educacionais, por meio da inserção dos estudantes nesses espaços. Reflexão, problematização e a teorização individual e/ou coletiva de questões pertinentes ao campo da educação e ou da Educação Geográfica, desde que oriundas do contato direto com o espaço escolar e/ou educacional, inclusive órgão de normatização ou gestão, campo de atuação do futuro professor. Práticas extensionistas em Geografia em unidades escolares ou outros ambientes de ensino.

Bibliografia Básica

GREGO, R. (org). **Práticas de geociências na educação básica**. São Manuel, SP: Frieden, 2018.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA NETO, S. de; SILVA, V. P. da. Prática como componente curricular: questões e reflexões. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BREDA, T.V. **Jogos geográficos na sala de aula**. Curitiba: Appris, 2018

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARTINS, R. E. M. W; PREVE, A; M. H.; CHAVES, A. P. N. (Org.). **Educação geográfica em movimento 2**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021, v. 2, p. 368.

NEVES, K. F. T.V. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica**. Ilhéus-BA, Editora da UESC, 2010.

SILVA, M. S. F. ; CARVALHO, M. E. S. ; FERRETTI, O. **Paisagens em movimento: conceitos, temas e as múltiplas linguagens na educação geográfica**. Florianópolis, SC: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2022. v. 1. 306p.

SILVA, C. A. da. (org) **Educação socioambiental na escola: algumas experiências do cotidiano à luz da metodologia de ensino da cartografia da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCHAFFER, N. O. (org). **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2003.

ROCHA, A. A. da (org) **Conversas na escada: currículo, docência e disciplina escolar**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

Sexta Fase

Código	Nome: Organização do Espaço Mundial	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Análise geoeconômica do espaço geográfico mundial e suas respectivas nações de acordo com os graus de desenvolvimento das relações de produção e forças produtivas. Os sistemas econômicos vigentes. A inserção diferenciada das formações regionais na economia mundo. A escravidão negra e Ameríndia. A partilha da Ásia, da América Latina, da África. As

descolonizações. O imperialismo/globalização/financeirização e as economias regionais. Blocos regionais (UE, Mercosul, BRICS.); Conflitos Étnicos raciais, religiosos e o neodarwinismo social. A Nova geoeconomia mundial.

Bibliografia Básica

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

RANGEL, I. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Geosul** n.15. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12814>> Acesso em: 01 jul 2022.

FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea** 24(1) Rio de Janeiro, 2020. p. 1-23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/Ty77GqqpXdskFgPHN3kvCvz/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 01 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BATISTA Jr. P. N. Mitos da “globalização”. **Estudos Avançados** 12 (32), 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9045>> Acesso em: 01 jul. 2022.

LÊNIN, V. I O imperialismo, fase superior do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9412>> Acesso em: 01 jul. 2022.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. Considerações iniciais sobre a “nova economia do projetamento” **Geosul**, v. 35. n. 75 Florianópolis, p. 17-42, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p17>> Acesso em: 01 jul. 2022.

POMERANZ, L. Questões em discussão sobre a Rússia de Putin. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica** n. 7 – out./dez. 2005.

Código	Nome: Hidrogeografia	Pré-requisito: Cartografia Temática Geomorfologia Estrutural	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			50	22

Ementa

Conceitos básicos da hidrografia. O ciclo hidrológico. Águas superficiais e subterrâneas. Redes e bacias hidrográficas. Recursos hídricos: disponibilidade, distribuição, usos e gestão. Técnicas de análise em estudos hidrográficos. Representação gráfica e cartográfica em hidrografia. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília, DF: Agência Nacional de Águas (ANA), 2013. 432 p. Disponível em: <<http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>> Acesso em: 01 jul. 2022.

GANEM, R. S. (org.). **Legislação brasileira sobre meio ambiente: recursos hídricos**. Brasília, DF: Edição Câmara, 2015. 277 p. (Série Legislação; n. 144). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/16599/recursos_hidricos_vol5.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em: 01 jul. 2022.

TUCCI, C. E. M. (org.). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997. 943 p.

Bibliografia Complementar

BICUDO, C.E.DE M.; TUNDISI, J.G.; SCHEUENSTUHL, M.C.B. **Águas do Brasil: análises estratégicas**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010. 224 p. *E-Book*. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-6820.pdf>> Acesso em: 01 jul 2022.

CAP-NET. Planejamento para a gestão integrada de recursos hídricos. **Manual de Capacitação e Guia Operacional**. Planejamento de GIRH, Módulo de Capacitação. 2005, 101p. *E-Book*. Disponível em: https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/37.%20CAP-NET%20et%20al%202005%20Planejamento%20para%20a%20Gestao%20Integrada%20de%20Recursos%20Hidricos%20-%20PORTUGUESE.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **Coletânea de legislação de recursos hídricos do estado de Santa Catarina**. 2008, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS - Diretoria de Recursos Hídrico. Disponível em: http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Legislacao/COLETANEA%20LEGISLACA%20RECURSOS%20HIDRICOS_19_09_2013versao_final_IOESC.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

SILVA, LDB. **Hidrologia**. Apostila de curso. 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/it113-hidrologia.htm>> Acesso em 5 jul. 2022.

Código	Nome: Cartografia Escolar	Pré-requisito: Cartografia Temática	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36
			PCC	
		18		

Ementa

Documentos oficiais e currículos da Educação Geográfica escolar com enfoque na Cartografia; o desenvolvimento do conceito espacial e do raciocínio geográfico desde a infância; neuroeducação no processo de ensinar e aprender; recursos didáticos de Geocartografia e o uso da cartografia escolar na Educação Geográfica Escolar.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, R. D. (org). **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.
CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 9ª ed. São Paulo: Papirus, 1998.
NASCIMENTO, R. da S. Cartografia escolar na educação geográfica: necessidades cognitivas do aprendizado matemático e etimológico para compreensão do sistema de coordenadas geográficas. In: **Anais do X Colóquio de Cartografia e Escolares para Crianças e Escolares e I Encontro Internacional de Cartografia Escolar e Pensamento Espacial – As Diferentes Linguagens do Mundo Contemporâneo**, São Paulo, SP, 2018.
NOGUEIRA, R. E. (Org.). **Motivações hodiernas para ensinar geografia: representações do espaço para visuais e invisuais**. Blumenau-SC: Nova Letra, 2009.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, E. Y. **Espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989. 90p.
BRASIL. **Base nacional comum curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
COSENZA, R. M. ; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
GUERRERO, A. L. de A. **Alfabetização e letramento cartográficos na geografia escolar**.

São Paulo: Edições SM, 2012. 216 p.				
OLIVEIRA, L. de. Estudo metodológico e cognitivo do mapa . Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.				
Código MEN5602	Nome: Didática B	Pré-requisito: Teorias da Educação	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
			PCC	
		12		
Ementa				
Educação escolar como fenômeno histórico-social. Currículo e trabalho pedagógico no contexto escolar. As relações de ensino e aprendizagem no contexto escolar. Mediações pedagógicas e suas relações com o ensino da área específica do curso.				
Bibliografia Básica				
CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas . Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz & Terra, 2019.				
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 2013.				
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas – o que aprendi em cinquenta anos de vínculos com este tema . São Paulo: Cortez, 2018.				
SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática . 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2018.				
Bibliografia Complementar				
BOAS, Benigna Villas (Org.). Conversas sobre a avaliação . Campinas: Papyrus. 2019.				
CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas Interculturais. Cadernos de Pesquisa , v.46, n.161, p. 802-820, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cp/v46n161/1980-5314-cp-46-161-00802.pdf . Acesso em agosto de 2018.				
COMENIUS. Didática magna . São Paulo: Martins Fontes, 2011. Disponível em: https://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf . Acesso em: mar. 2021				
FREITAS, Luiz Carlos et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão . Petrópolis: Vozes, 2017.				
GALEFFI, Dante Augusto. Didática filosófica mínima. Ética do fazer-aprender a pensar de modo próprio e apropriado como educar transdisciplinar . Salvador: Quarteto, 2017.				
GOMES, Nilma Lopes. Diversidade e currículo . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/4052205/mod_resource/content/1/diversidade%20e%20curr%C3%ADculo.pdf . Acesso em 22 de março de 2020.				
LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa , São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf Acesso em agosto de 2020.				
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e				

cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

Código EED8006	Nome: Organização Escolar II	Pré-Requisito: EED8005	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
			PCC	
		18		

Ementa

Organização do Trabalho Escolar e sua relação com a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Concepções de currículo. A teoria curricular e os aspectos da ideologia, da cultura e do poder. A escola e as diferenças: ritos de exclusão e possibilidades de superação. O currículo estatal e não estatal. A avaliação curricular.

Bibliografia Básica

- APPLE, Michel W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- BRASIL. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78231-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-1&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 de agosto de 2018.
- BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 6 de agosto de 2018.
- CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 247-290, 2004.
- CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- DANTAS, Jéferson Silveira. Comissão de Educação do Fórum do Maciço: uma experiência em escolas de Florianópolis/SC. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n. 17, p. 461-477, jul./dez. 2015.
- FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis** – 2016. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis. Secretaria de Educação, 2016. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_06_2017_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf. Acesso em: 6 de agosto de 2018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (org). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- MOREIRA, Antonio F. e SILVA, Tomás .T. (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa**

Catarina: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2014. Disponível em < <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014>>. Acesso em 6 de agosto de 2018.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

Bibliografia Complementar

ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de A.; SILVÉRIO, Valter. **Educação como prática da diferença**. Campinas, Armazém do Ipê, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vo3iss1articles/arroyo.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Cidadão, mostre-me a identidade! **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, dez. 2002.

ESTEBAN, M.T. (Org.) **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola. Teoria e prática**. 5. ed., rev., ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

PARO. Vitor H. **Crítica da estrutura da escola**. SP: Ed. Cortez. 2011.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PASSOS, J. C.. As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos. **EJA em Debate**, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012, p.137-158. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998#.VPOnePnF9ps>> Acesso em 6 de agosto de 2018.

SILVA. Maurício Roberto da. Tópicos especiais da educação, desigualdades sociais e escolares. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ** - Ano -16 - n. 29 vol. 02 - jul./dez. 2012. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1444/833>. Acesso em 6 de agosto de 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. De geometrias, currículos e diferenças. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002, p. 163-186. Disponível em; <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10853.pdf>>

Código	Nome: Práticas Integrativas II PCC	Pré-requisitos: Práticas Integrativas II PCC	Créditos
			PCC
			90

Ementa

Pesquisa e estudo de conceitos e temas relacionados a Educação Geográfica, ao ensino de Geografia e a Geografia escolar voltados à Educação Básica em contextos educacionais formais

e não formais. Criação e execução de estratégias didático-pedagógicas que viabilizem a integração e articulação entre universidade e contextos educacionais, por meio da inserção dos estudantes nesses espaços. Reflexão, problematização e a teorização individual e/ou coletiva de questões pertinentes ao campo da educação e ou da Educação Geográfica, desde que, oriundas do contato direto com o espaço escolar e/ou educacional, inclusive órgão de normatização ou gestão, campo de atuação do futuro professor. Práticas extensionistas em Geografia em unidades escolares ou outros ambientes de ensino.

Bibliografia Básica

GREGO, R. (org). **Práticas de geociências na educação básica**. São Manuel, SP: Frieden, 2018.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA NETO, S. de; SILVA, V. P. da. Prática como componente curricular: questões e reflexões. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BREDA, T.V. **Jogos geográficos na sala de aula**. Curitiba: Appris, 2018

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARTINS, R. E. M. W; PREVE, A; M. H.; CHAVES, A. P. N. (Org.). **Educação geográfica em movimento 2**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021, v. 2, p. 368.

NEVES, K. F. T.V. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica**. Ilhéus-BA, Editora da UESC, 2010.

SILVA, M. S. F. ; CARVALHO, M. E. S. ; FERRETTI, O. **Paisagens em movimento: conceitos, temas e as múltiplas linguagens na educação geográfica**. Florianópolis, SC: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2022. v. 1. 306p.

SILVA, C. A. da. (org) **Educação socioambiental na escola: algumas experiências do cotidiano à luz da metodologia de ensino da cartografia da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCHAFFER, N. O. (org). **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2003.

ROCHA, A. A. da (org) **Conversas na escada: currículo, docência e disciplina escolar**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

Sétima Fase

Código	Nome: Planejamento Urbano	Pré-requisito: Geografia da Circulação, Transporte e Logística	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	12

Ementa

Este curso trata do estudo dos elementos teóricos para embasar as análises das organizações espaciais urbanas. Instrumentalizar tecnicamente a formação do aluno nas proposições da organização espacial urbana.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Estatuto da cidade**. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: 01 jul. 2022.

LADWIG, N. I.; CAMPOS, J. B. (Org). **Planejamento e gestão territorial o papel e os**

instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural. Criciúma, SC: UNESC, 2019. Repositório UFSC. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/7017>> Acesso em: 01 jul. 2022.
LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, 145 p.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, E. 50 anos de política habitacional no Brasil (1964 a 2014): passos e descompassos de uma trajetória. **Revista de Administração Municipal – RAM**. 2015, pp 4-21. Disponível em <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-913315>> Acesso em: 01 jul. 2022.

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 192 p.

HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 362 p.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 510p.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 556 p.

Código	Nome: Geografia de Santa Catarina	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	12

Ementa

Estudo da formação socioespacial catarinense; e dos diferentes aspectos de sua economia, sociedade, cultura, natureza; observados também em sua configuração regional, caracterizados no tempo e espaço; e considerando-se as articulações com o espaço nacional e mundial. Aula prática de campo.

Bibliografia Básica

BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2ª ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CAMPOS, N. J. de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3ª ed. rev. Florianópolis: Cidade Futura, 2016. 431 p.

Bibliografia Complementar

LEITE, I. B. (Org). **Negros no Sul do Brasil**. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, Ed. Unicamp, 2004. 397p.

MAMIGONIAN, A. (Org). **Santa Catarina**. Estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: Livros Geográfico IV, GCN/CFH/UFSC, 2011.

PELUSO JUNIOR. V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/FCC, 1991.

SILVA, C. M. e. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: UFSC/FCC, 1992.

Código	Nome: Geografia do Brasil	Pré-requisito: Teoria Regional	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa				
Geografia e Planejamento Regional. A Formação Socioespacial das Redes Urbanas Regionais, da Malha Urbana Nacional como Vetores para Planejamento Regional. Métodos e Técnicas de Planejamento Regional (1913 – 2017). Planejamento Regional, Regionalismo e Divisões Regionais. Globalização, Desenvolvimento Tecnológico e Planejamento Regional. – Estudo de Caso de Planejamento Regional.				
Bibliografia Básica				
BUARQUE, S. C. Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. Texto para Discussão n. 993. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003, 75p.				
MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira. Revista Brasileira de Geografia , Rio de Janeiro, 57(4): 67-94, 1995. Disponível em: < https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/295 > Acesso em: 01 jul 2022.				
SIMÕES, R. F. Método de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. Disponível em: < https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf > Acesso em: 01 jul. 2022.				
Bibliografia Complementar				
AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e Políticas Públicas. SP. n.14, 1996. Disponível em: < http://www.ric.ufc.br/biblioteca/jair_f.pdf > Acesso em: 01 jul. 2022.				
BRASIL. Avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2011, 296p. Vol. 1.				
MOTTA, D. M. (org.) Configuração atual e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, IBGE, UNICAMP, 2002, 404p. Vol. 1. E-Book. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v01.pdf > Acesso em: 01. jul. 2022.				
PACÍFICO, A. G. et al. Teoria da região. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2017, 314p. E-Book. Disponível em: < https://canal.cecierj.edu.br/082018/50fd63e54c25b25cd5ae84c0b76198af.pdf > Acesso em: 01 jul. 2022.				
Código	Nome: Metodologia do Ensino da Geografia	Pré-requisito: Didática B	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
			PCC	
		36		
Ementa				
A Ciência Geográfica e suas bases epistemológicas na relação com o ensino. Abordagens metodológicas e pressupostos teóricos no Ensino de Geografia. Objetivo e objeto do ensino de Geografia em contextos educativos. Seleção, organização e sistematização de conteúdos do ensino de Geografia. Aprendizagem e conceitos básicos do ensino de geografia. Contatos com projetos de ensino, dinâmicas pedagógicas e experiências educativas. A pesquisa na práxis do professor.				
Bibliografia Básica				
CALLAI, H. C. (org.) Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí, RS: Unijuí, 2011.				

CAVALCANTI, L. de S. **Temas da geografia na escola básica**. São Paulo: Papirus, 2014.
GIORDINI, A. C.; TONINI, I. M.; COSTELLA, R. Z.; CASTROGIOVANNI, A. C. (orgs.).
Aprender a ensinar geografia: a vivência como metodologia. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

Bibliografia Complementar

MORAIS, E. M. B.; MORAES, L. B. (orgs.). **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: Ed. Vieira, 2010. *E-Book*. Repositório UFG. Disponível em: <<http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2014/04/LIVRO-FORMA%C3%87%C3%83O-DE-PROFESSORES-CONTE%C3%9ADOS-E-METODOLOGIAS-NO-ENSINO-DE-GEOGRAFIA-2010.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2022.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.
PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

Código	Nome: Educação Ambiental	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
			PCC	
			36	

Ementa

Ser humano e natureza: concepções e conceitos. As ciências contemporâneas e a trajetória histórica da educação ambiental. Geografia e a educação ambiental. Diferentes concepções de educação ambiental. Educação ambiental nos espaços formal e não formal de educação. Educação ambiental no ensino da Geografia escolar. Conceitos, concepções e modismos ligados a educação ambiental. Sociedade de consumo e a educação ambiental. Vulnerabilidade socioambiental. Áreas protegidas e educação ambiental.

Bibliografia Básica

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008. Repositório USP. Disponível em: <<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SATO, M.; SILVA, R.; JABER, M. **Educação ambiental: tessituras de esperança**. Cuiabá: Ed. Sustentável, EduFMT, 2018. *E-Book*. Disponível em: <https://editorasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2018/05/EDUCACAO_AMBIENTAL_Tessituras-de-Esperancas_ebook.pdf> Acesso em: 10 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, R. L. de. Ensino de geografia e educação ambiental: uma discussão teórica. **REDE** - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 52-60, ago. 2021. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/684>> Acesso em: 10 jul. 2022.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897>> Acesso em: 10 jul. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ROUANET, L. P.; CARVALHO, M. C. M. (orgs.). **Ética e direitos dos animais**. 1ª ed. 1ª reimpressão. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. 223 p.

Código	Nome:	Pré-requisitos:	Créditos
	Práticas Integrativas III	Práticas Integrativas II	PCC
	- PCC	- PCC	90

Ementa

Pesquisa e estudo de conceitos e temas relacionados a Educação Geográfica, ao ensino de Geografia e a Geografia escolar voltados à Educação Básica em contextos educacionais formais e não formais. Criação e execução de estratégias didático-pedagógicas que viabilizem a integração e articulação entre universidade e contextos educacionais, por meio da inserção dos estudantes nesses espaços. Reflexão, problematização e a teorização individual e/ou coletiva de questões pertinentes ao campo da educação e ou da Educação Geográfica, desde de que, oriundas do contato direto com o espaço escolar e/ou educacional, inclusive órgão de normatização ou gestão, campo de atuação do futuro professor. Práticas extensionistas em Geografia em unidades escolares ou outros ambientes de ensino.

Bibliografia Básica

GREGO, R. (org). **Práticas de geociências na educação básica**. São Manuel, SP: Frieden, 2018.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA NETO, S. de; SILVA, V. P. da. Prática como componente curricular: questões e reflexões. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BREDA, T.V. **Jogos geográficos na sala de aula**. Curitiba: Appris, 2018

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARTINS, R. E. M. W; PREVE, A; M. H.; CHAVES, A. P. N. (Org.). **Educação geográfica em movimento 2**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021, v. 2, p. 368.

NEVES, K. F. T.V. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica**. Ilhéus-BA, Editora da UESC, 2010.

SILVA, M. S. F. ; CARVALHO, M. E. S. ; FERRETTI, O. **Paisagens em movimento: conceitos, temas e as múltiplas linguagens na educação geográfica**. Florianópolis, SC: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2022. v. 1. 306p.

SILVA, C. A. da. (org) **Educação socioambiental na escola: algumas experiências do cotidiano à luz da metodologia de ensino da cartografia da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCHAFFER, N. O. (org). **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2003.

ROCHA, A. A. da (org) **Conversas na escada: currículo, docência e disciplina escolar**. Rio de

Janeiro: Consequência, 2011.

OITAVA FASE				
Código MEN7113	Nome: Comunicação e Educação	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
Ementa				
Educação, comunicação e cultura digital. As mídias, suas linguagens e letramentos. As mídias na produção de conhecimento e na formação de professores. Crianças e jovens e suas interações com as mídias. As tecnologias na escola, na família e na cultura. Mediações culturais e formas de apropriação da cultura das mídias: apreciação, crítica, autoria e produção em contextos educativos.				
Bibliografia Básica				
BUCKINGHAM, D. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. Educação & Realidade , v. 35, n. 3, 2010. Disponível em https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077/10270 .				
FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. (org.). Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores . Campinas, Papirus, 2012.				
KELLNER, Douglas; SHARE, J. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. Educ. Soc., Campinas , v.29, n.104, 2008, p. 687-715. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/873/87314209004.pdf .				
LEMKE, J. L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. Revista Trabalhos em Linguística Aplicada , Campinas, v. 49, n. 2, p. 455-479, jul./dez., 2010. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf .				
QUARTIERO, E.; GIRARDELLO, G.; FANTIN, M. (Org.). Educação, comunicação e tecnologia. Revista Perspectiva , v. 27, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/1303/showToc .				
RIVOLTELLA, P.C. Formar a competência midiática. Revista Comunicar, n.25, 2005. Disponível em: http://www.revistacomunicar.com/verpdf.php?numero=25&articulo=25-2005-167.				
Bibliografia Complementar				
BELLONI, E.; BÉVORT, M. L. Mídia-Educação: conceito, história e perspectivas. Educ. Soc. Campinas , v. 30, p. 109, 2019. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf .				
CERNY, R. Z.; ALMEIDA, J. N. de; RAMOS, E. M. F. Formação continuada de professores para cultura digital. Revista e-Curriculum , São Paulo, v. 2, n. 12, p. 1331-1347, maio/out. 2014 a. Disponível em https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/20425/15384 .				
CRUZ, D. M.; RAMOS, D. Games e formação docente. In: SAMPAIO, F. F.; PIMENTEL, M. SANTOS, E. O. (Org.). Informática na educação: pensamento computacional, robótica e coisas inteligentes . Porto Alegre: SBC, 2020. (Série Informática na Educação).				
FANTIN, M. Mídia - educação no ensino e o currículo como prática cultural. Currículo sem Fronteiras , v. 12, n. 2, p. 437-452, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss2articles/fantin.pdf .				
LAPA, A.; LACERDA, A. (org.). Formação de sujeitos em espaços sociais virtuais . Rio de Janeiro : Letra Capital, 2018.				
Código	Nome: Estágio Curricular	Pré-requisito: Comunicação e	Créditos	
			Teóricos	Práticos

	Supervisionado de Licenciatura em Geografia I	Educação Educação Ambiental Metodologia de Ensino de Geografia Geografia de Santa Catarina Planejamento Urbano Práticas Integrativas I, II e III PCC Hidrogeografia Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem Processos Geomorfológicos Fundamentos de Biogeografia e Geoecologia Teorias e Métodos da Geografia Introdução a Pesquisa Extensão em Geografia Geografia do Desenvolvimento Histórico Geografia da População Estatística Aplicada a Ciências Sociais Geografia Econômica e Social Língua Brasileira de Sinais – Libras	0	288
Ementa				
Observação e acompanhamento de práticas de ensino e formação docente em contextos educativos. Apreensão, problematização da realidade escolar e articulação crítica e reflexiva sobre os processos de ensino e de aprendizagem. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos de ensino, dinâmicas pedagógicas e experiências educativas. A pesquisa em educação. Introdução à prática de estágio em contextos educativos.				
Bibliografia Básica				
GHEDIN, E.; OLIVEIRA, E. S. de; ALMEIDA, W. Estágio com pesquisa . São Paulo: Cortez, 2015. NÓVOA, A. et al. (Orgs.). Profissão Professor . Porto (Portugal): Ed. Porto, 2014. ZABALZA, A. Miguel. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária . São Paulo: Cortez, 2014.				

Bibliografia Complementar				
CASTELLAR, S. (Org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes . São Paulo: Contexto, 2007.				
KAERCHER, N. A.; CASTROGIOVANNI, A. C.; REGO, N. (Org.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio . Porto Alegre: Penso, 2011. V. 2.				
PASSINI, E. Y. (Org.). Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado . São Paulo: Contexto, 2013.				
SCHAEFFER, N. O. et al. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.				
TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.				
NONA FASE				
Código	Nome: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Pré-requisito: Introdução à Pesquisa Planejamento Urbano Fundamentos de Biogeografia e Geoeologia Geografia de Santa Catarina Hidrogeografia	Crédito	
			Teórico	Prático
			108	0
Ementa				
Capacitar o aluno para a elaboração de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura conforme os padrões técnicos, científicos e metodológicos. Suporte pedagógico e administrativo aos estudantes e orientadores quanto ao processo de produção.				
Bibliografia Básica				
BOOTH, W.; COLOMB, G.; WILLIAMS, J. A arte da pesquisa . 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.				
FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes . Porto Alegre: Penso, 2013.				
MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas . Rio de Janeiro: Eduerj, 2016. E-Book. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114438 > Acesso em: 01 jul. 2022.				
Bibliografia Complementar				
ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. Cad. Pesq. São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1992. Disponível em: < https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/990 > Acesso em: 01 jul. 2022.				
BEAUD, M. A arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário . 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.				
SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa . Curitiba: Pós-Escrito, 2009. E-Book. Disponível em: < http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/ConstruindoCiencia.pdf > Acesso em: 01 jul. 2022.				
Código	Nome: Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia II	Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia	Crédito	
			Teórico	Prático
			0	216

		I (e todas disciplinas que são pré-requisitos desta)		
Ementa				
O objetivo do estágio é viabilizar ao estudante o aprimoramento técnico-científico na formação profissional, conforme suas atribuições legais da profissão de Geógrafo.				
Bibliografia Básica				
BRASIL. Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6664.htm > Acesso em: 04 jul. 2022.				
BRASIL. Lei Federal nº 11.788/2008. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm > Acesso em: 04 jul. 2022.				
UFSC. Resolução Normativa nº 73/2016/CUn , de 7 de junho de 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < http://portal.estagios.ufsc.br/files/2016/06/RN-73_Cun_2016.pdf > Acesso em: 04 jul. 2022.				

4.6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Quadro 5 – Ementário das Disciplinas Optativas

Código	Nome: Geomorfologia do Quaternário e Mudanças Climáticas Globais	Pré-requisito:	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	12
Ementa				
Estudo dos impactos das mudanças climáticas globais do Quaternário sobre o relevo terrestre e no Sul do Brasil. Coleta de dados de campo. Práticas de laboratório. Análise, representação e interpretação de dados primários. Aulas práticas em campo.				
Bibliografia Básica				
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 11ª Ed: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 458 p.				
SALGADO-LABOURIAU, M., L. História ecológica da Terra. São Paulo: Edgard Blücher, 2001 307 p.				
SUGUIO, K. Geologia do quaternário e mudanças ambientais. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2010. 366 p.				
Bibliografia Complementar				
BIGARELLA, J. J. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, 425 p.				
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 388 p.				
LIMA, G. L. Estratigrafia e palinologia de depósitos turfosos e colúvio-aluviais quaternários no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e no planalto de São Bento do Sul, SC. UFSC. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.				
OLIVEIRA, M. A. T.; SANTOS, J. C. Estratigrafia GPR e morfogênese quaternária no semiárido brasileiro. <i>Mercator</i> , v.18, 2019. Disponível em:				

https://www.scielo.br/j/mercator/a/RYyJDX7nZTGgFzgzgkHJTp8BP/abstract/?lang=pt .				
Acesso em: 01 jul. 2022.				
TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra . São Paulo: Oficina de Textos, 2000, 557 p.				
Código	Nome: Análise Espacial de Indicadores Sociais	Pré-requisito: Geografia Econômica e Social Geografia da População Cartografia Temática	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			18	54
Ementa				
Estudo de ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas de análise, revelam significados mais amplos sobre indicadores sociais nas diferentes escalas geográficas				
Bibliografia Básica				
ARREGUI, C. C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de quantificação. Serv. Soc. Soc. [online]. 2012, n.111, pp.529-554. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300008&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 01. jul. 2022.				
IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 317 p. E-Book. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf . Acesso em: 01 jul. 2022.				
JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil : conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004. 141 p.				
Bibliografia Complementar				
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais . 9ª Ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. 315 p.				
DRUCK, S.; CARVALHO, M. S. CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.. Análise espacial de dados geográficos . Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004, 209 p. <i>E-Book</i> . Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/ Acesso em: 01 jul. 2022.				
GALLARDO FERNÁNDEZ, M. del C. El modelo particular de Estado de Bienestar en España, y las nuevas necesidades que hoy lo demandan. Trabajo Social , [S. l.], v. 22, n. 2, p. 123-146. 2020. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/82030 . Acesso em: 01 jul. 2022.				
MARTINELLI, M. Mapas da geografia e da cartografia temática . 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006. 112 p.				
Código	Nome: Cidade e Políticas Públicas	Pré-requisito: Geografia Urbana	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			68	4
Ementa				
Este curso trata do estudo dos elementos teóricos para embasar os processos de elaboração de Políticas Públicas Urbanas, principalmente àquelas ligadas à Habitação, Mobilidade e Saneamento Ambiental. Busca igualmente apresentar os principais componentes de uma política Pública e seu processo de elaboração.				
Bibliografia Básica				
BRASIL. Estatuto da cidade . 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm Acesso em: 01 jul. 2022.				

LOPES, B. CALDAS, R. W.; AMARAL, J. N.. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

PEREIRA, E. M. Qual política urbana para as cidades brasileiras? In: LADWIG, N. I.; CAMPOS J. B. (Org). **Planejamento e gestão territorial o papel e os instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural**. Criciúma, SC: UNESC, 2019. *E-Book*. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7017>

Bibliografia Complementar

ANDRADE, E. 50 anos de política habitacional no Brasil (1964 a 2014): passos e descompassos de uma trajetória. **Revista de Administração Municipal – RAM**. 2015, pp 4-21. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-913315>> Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. **Política nacional de mobilidade urbana**. Ministério das Cidades. 2013. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf.

BRASIL. **Lei N° 11.445, de 5 de janeiro de 2007**, Política Nacional de Saneamento Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm.

PEREIRA, E. M. A política urbana brasileira e o ideário crítico da reforma urbana introduzido na constituição de 1988. **Confluências**, Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 20, nº 2, 2018. pp. 73-87. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34560>

ROLNIK, R; PINHEIRO, O. M. **Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília, DF: CONFEA, [200-]. 158 p. Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Plano-Diretor-Participativo-1.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2022.

Código	Nome: Gestão Ambiental	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			60	12

Ementa

Esta disciplina trata dos conceitos, métodos e técnicas de gestão ambiental, com vistas a avaliar as implicações das dimensões da sustentabilidade sobre a vida em todas as formas no planeta terra. Analisar impactos/desastres naturais e verificar a capacidade suporte de gestão ambiental para resolução dos conflitos via políticas públicas, dentre elas, aplicadas à conservação e preservação do meio ambiente, face aos conflitos existentes relativos ao uso e ocupação do espaço e apropriação dos recursos naturais.

Bibliografia Básica

ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. de. **Gestão ambiental**. Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2ª ed. ampli. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002. 232p.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 248p.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

Bibliografia Complementar

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª ed. Editora FGV, 2006. 253p.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Geomorfologia e meio ambiente**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 250p.

RODRIGUES, E. Ecologia da restauração . Londrina, PR: Planta, 2013. 299p.				
TAUK, S. M. (Org.) Análise ambiental: uma visão multidisciplinar . 2ª. Ed., São Paulo: Editora da UNESP, 1995. 206p.				
ROSSATO, M. S.; SUERTEGARAY, D. RIMA - relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados. Boletim Gaúcho de Geografia , v. 28, n. 1 (2002). Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/40060 >. Acesso em: 01 jul. 2022.				
Código MEN5109	Nome: Educação e Mídias	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
Ementa				
Educação, cultura digital e práticas sociais midiáticas. As mídias na educação: mediação pedagógica, mídia-educação e formação de professores. Mídias e suas linguagens. Práticas sociais de letramentos e ludoletramento: apreciação, crítica, autoria e produção midiática em contextos educativos.				
Bibliografia Básica				
BUCKINGHAM, D. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. Educação & Realidade , v. 35, n. 3, 2010. Disponível em https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077/10270 .				
CRUZ, D. M.; RAMOS, D. Games e formação docente. In: SAMPAIO, F. F.; PIMENTEL, M. SANTOS, E. O. (Org.). Informática na educação: pensamento computacional, robótica e coisas inteligentes . Porto Alegre: SBC, 2020. (Série Informática na Educação, no prelo).				
FANTIN, M. Mídia - Educação no Ensino e o currículo como prática cultural. Currículo sem Fronteiras , v. 12, n. 2, p. 437-452, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/voll2iss2articles/fantin.pdf .				
RIVOLTELLA, P.; FANTIN, M. Crianças na era digital: desafios da comunicação e da educação. REU - Revista de Estudos Universitários , v. 36, n. 1, 23 ago. 2010. Disponível em http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/464/465				
LEMKE, Jay L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. Revista Trabalhos em Linguística Aplicada , Campinas, v. 49, n. 2, p. 455-479, jul./dez., 2010. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf				
Bibliografia Complementar				
BELLONI, E.; BÉVORT, M. L. Mídia-Educação: conceito, história e perspectivas. Educ. Soc. M Campinas , v. 30, p. 109, 2019. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf				
CRUZ, D. M. Letramento midiático na educação a distância. In: FIDALGO, F. S. R.; CORRADI, W. J.C.; LIMA, R. N. de S.; FAVACHO, A.; ARRUDA, E. P. (Orgs.). Educação a distância: meios, atores e processos . Belo Horizonte: CAED UFMG, 2013, v. 1, p. 1362.				
FANTIN, M. Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos . Florianópolis: Cidade Futura, 2006, p.68-88.				
GEE, J. P. Bons videogames e boas aprendizagens http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2009_01/James.pdf				
RIVOLTELLA, P. C. Formar a competência midiática. Novas formas de consumo e perspectivas educativas. Comunicar , 2005.				
Código MEN5911	Nome: Introdução ao Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
Ementa				
Educação e Comunicação. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Mídia educação. As modalidades de educação (presencial, semi-presencial e a distância): conceitos, histórico, características, regulamentação. Formação de professores e as TIC. A mediação pedagógica no ensino-aprendizagem através das TIC.				

Bibliografia Básica

- ARETIO, L. G. Para uma definição de educação a distância. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: v.16 (78-79), set/dez., 1987.
- BARRETO, R. G. (Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- GUTIERREZ, F.; PRIETO, D. **A mediação pedagógica: educação à distância alternativa**. Campinas-SP: Papirus, 1994.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas – SP: Papirus, 2003.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.
- MORAES, M.C. (org.) **Educação a distância: fundamentos e práticas**. Campinas (SP): NIED-UNICAMP, 2002.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).
- PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

- FEENBERG, Andrew. From Information to Communication: the French Experience with Videotex," in M. Lea, ed., *Contexts of Computer-Mediated Communication*, Harvester-Wheatsheaf, 1992, pp. 168-187.
- FEENBERG, Andrew, *Critical Theory of Technology* (New York: Oxford University Press, 1991).
- LANDIM, C. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: [S.E.], 1997. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/eduead.htm>>.
- LITWIN, E. (Org.) **Educação a distância, temas para o debate de uma nova agenda educativa**. São Paulo: Artmed, 2001.
- SILVA, M. (org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.
- SOMMER, L. H. Educação a distância e formação de professores: problemas, perspectivas e possibilidades. **Em Aberto**, v. 23, p. 79-97, 2010. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2022.

Código	Nome: Geografia dos riscos e desastres	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36

Ementa

Conceito e definição de desastres. Definição de perigo, risco, vulnerabilidade, resiliência. Classificação nacional e internacional de tipologias de desastres. Distribuição espacial dos desastres em escala global, regional e local. Bancos de dados de desastres. Gestão de risco e desastres: condicionantes ambientais, medidas de prevenção e mitigação. O papel da educação na prevenção de desastres. O profissional geógrafo e os desastres. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

- DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- GOERL, R. F.; KOBİYAMA, M. Redução dos desastres naturais: desafio dos geógrafos. **Ambiência**, v. 9, n. 1, p. 145-172, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1935>>. Acesso em: 01 jul. 2022.
- KOBİYAMA, M et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério de Integração Nacional. **Noções básicas em proteção e defesa civil e em**

gestão de riscos. Brasília: MI, 2017. *E-Book*. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Material%20Did%C3%A1tico/M%C3%B3dulos%20SEDEC/M%C3%B3dulo%20IV%20-%20RECONSTRU%C3%87%C3%83O%20-%20Livro%20Base.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CEPED/UFSC. **Atlas brasileiro de desastres naturais:** 1991 a 2012. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. UFSC, 2013.

DULAC, V. F.; KOBIYAMA, M. Interfaces entre políticas relacionadas a estratégias para redução de riscos de desastres: recursos hídricos, proteção e defesa civil e saneamento. **Rega:** revista de gestión del agua de America Latina. Vol. 14 (jan./dez. 2017), e10,[20 p.], 2017. Repositório UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184461>. Acesso em: 01. jul 2021.

MONTEIRO, C. A. F. **Clima e excepcionalismo:** conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

NASCIMENTO JR, L; SANT'ANNA NETO, J. L. Modelos conceituais da vulnerabilidade e dos riscos naturais: uma aproximação ao debate. **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica.** Goiania – GO, 2016, p. 571 – 581. Disponível em: [http://www.abclima.ggf.br/sbcg2016/anais/arquivos/eixo_2/trabalho%20\(25\).pdf](http://www.abclima.ggf.br/sbcg2016/anais/arquivos/eixo_2/trabalho%20(25).pdf) Acesso em: 01 jul. 2022.

Código	Nome: Cartografia dos riscos	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36

Ementa

Conceitos básicos de riscos ambientais e desastres. Processos cartográficos aplicados ao estudo geográfico dos riscos. Mapas geotécnicos de perigo natural, suscetibilidade ambiental e vulnerabilidade social. Técnicas de geoprocessamento e tratamento de informações geográficas para análise cartográfica do risco. Elaboração de projetos de pesquisa e de extensão para estudos de caso. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

JULIAO, R., et al (Orgs.). **Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal.** Lisboa, Portugal: Autoridade Nacional de Protecção Civil, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39562> Acesso em: 04 jul. 2022.

HIGHLAND, L. M.; BOBROWSKY, P. **O Manual de deslizamento:** um guia para a compreensão de deslizamentos. Reston, Virginia: US Geological Survey Circular, v. 1325, 2008. *E-Book*. Disponível em: https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/Deslizamentos_M5DS.pdf Acesso em: 04 jul. 2022.

MARCELINO, E. V. Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos. **Cadernos Didáticos n. 1.** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Santa Maria, 38p, 2008. *E-Book*. Disponível em: <http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2008/07.02.16.22/doc/publicacao.pdf> Acesso em: 04 jul. 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Política nacional de defesa civil.** Ministério da Integração Nacional. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/pn_dc.pdf Acesso em: 04 jul. 2022.

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** v. 93, n. 1, p. 59-70, jun. 2011. Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/rccs/165>> Acesso em: 04 jul. 2022.
 GOERL, R. F.; KOBIYAMA, M. Redução dos desastres naturais: desafio dos geógrafos. **Ambiência**, v. 9, n. 1, p. 145-172, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1935/1934>> Acesso em: 04 jul. 2022.

KOBIYAMA, M., et al (Orgs.). **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

NASCIMENTO JR, L; SANT'ANNA NETO, J. L. Índice de vulnerabilidade social a desastres naturais para áreas urbanas. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 6, n. 2, p. 65-72, 2020. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_revista4663-revista-de-geoci%C3%Aancias-do-nordeste> Acesso em: 04 jul. 2022.

Equivalência:

Código	Nome: População, riscos e políticas da espacialidade	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36

Ementa

Relações sociedade-natureza - população, riscos e políticas da espacialidade. Questões socioambientais, mobilidade humana, processos de vulnerabilização e justiça ambiental. Escalas das políticas públicas para os direitos humanos, à cidade e ao campo. Noções para elaboração de políticas públicas e projetos de intervenção social. Atividades associadas à extensão universitária. Aulas práticas em campo.

Bibliografia Básica

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
 MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.
 MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Nº 30, Rio de Janeiro (2016). Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>> Acesso em: 30 jun. 2022.

Bibliografia Complementar

LENZI, M. H; CAZETTA, V. Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 601-618, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/124339>> Acesso em: 04 jul. 2022.

MONTEIRO, C. A de F. A questão ambiental na geografia do Brasil: a propósito da “validade”, “espacialização” e “pesquisa universitária”. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 5, p. 7-48, 2003. *E-Book*. Disponível em: <<https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-05-A-Quest%C3%A3o-Ambiental-na-Geografia-do-Brasil-.Maio-de-2003.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2022.

NASCIMENTO Jr; L. O clima urbano como risco climático. **Geo Uerj**, n. 34, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/40956>> Acesso em: 04 jul. 2022.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**. Ano XV, nº 2, Ago-Dez. 2001/Ano XVI, nº1 Jan-Jul. 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/281/91>> Acesso em: 04 jul. 2022.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**. Campinas, n. 5, 1988. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095>> Acesso em: 04 jul. 2022.

Equivalência:

Código	Nome: Climatologia urbana	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			28	44
Ementa				
.O estudo do clima urbano: história, conceito, abordagens e escalas; O Sistema Clima Urbano: subsistemas, canais de percepção e efeitos paralelos. Alterações climáticas, implicações ecológicas e impactos na qualidade ambiental; Planejamento urbano, riscos climáticos e saúde humana; Técnicas de análise e procedimentos metodológicos; Representação gráfica e cartográfica; Estudo aplicado; Aulas práticas de campo.				
Bibliografia Básica				
MONTEIRO, C.A.F. Teoria e Clima Urbano . São Paulo: IGEO/USP, 1976. Disponível em: https://www.abclima.ggf.br/arquivos/obrasclimatologia/29/TEORIA%20E%20CLIMA%20URBANO_LD_1975.pdf . Acesso: 17 jul. 2022.				
SANT'ANNA NETO, J. L. O clima urbano como construção social: da vulnerabilidade polissêmica das cidades enfermas ao sofisma utópico das cidades saudáveis. Revista Brasileira de Climatologia , v. 8, 2011, p. 45 – 60. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25794 . Acesso: 17 jul. 2022.				
AMORIM, M. C. C. T. Climatologia e gestão do espaço urbano. Mercator-Revista de Geografia da UFC , v. 9, n. 1, p. 71-90, 2010. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25794 . Acesso: 17 jul. 2022.				
Bibliografia Complementar				
LANDSBERG, H. E. The urban climate . Academic press, 1981. Disponível em: https://www.abclima.ggf.br/arquivos/obrasclimatologia/54/Livro-(International%20Geophysics%2028)%20Helmut%20E.%20Landsberg%20(Eds.)-The%20Urban%20Climate-Elsevier,%20Academic%20Press%20(1981).pdf . Acesso: 17 jul. 2022.				
NASCIMENTO Jr, L. O clima urbano como risco climático. Geo UERJ , n. 34, p. 40956, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geoUERJ/article/view/40956 . Acesso: 17 jul. 2022.				
OKE, T. R. Review of urban climate. WMO Publ., Tech. Note , v. 169, 1979. Disponível em: https://www.abclima.ggf.br/arquivos/obrasclimatologia/50/wmo_539_Oke.pdf . Acesso: 17 jul. 2022.				
MENDONÇA, M. A dinâmica têmporo-espacial do clima subtropical na região conurbada de Florianópolis/SC . Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 343 p., 2002. Disponível em: http://www.labcima.ufsc.br/files/2010/04/Tese_Profa_Magaly_Mendon%C3%A7a.pdf . Acesso: 17 jul. 2022.				
ROCHA, G. S. A ilha de calor urbana entre mares: área conurbada de Florianópolis/SC . Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 339p., 2021. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/74716 . Acesso: 17 jul. 2022.				
Equivalência:				
Código	Nome: Tópicos Especiais em Geografia Física I	Pré-requisito:	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36

Ementa				
Seminário, disciplina ou curso com programa previamente aprovado pelo Colegiado de Curso. Valorização de temas específicos e variados de interesse atual referentes à geografia física. Aulas práticas de campo.				
Equivalência:				
Código	Nome: Tópicos Especiais em Geografia Física II	Pré-requisito:	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			18	18
Ementa				
Seminário, disciplina ou curso com programa previamente aprovado pelo Colegiado de Curso. Valorização de temas específicos e variados de interesse atual referentes à geografia física. Aulas práticas de campo.				
Código	Nome: Tópicos Especiais em Geografia Humana I	Pré-requisito:	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0
Ementa				
Seminário, disciplina ou curso com programa previamente aprovado pelo Colegiado de Curso. Valorização de temas específicos e variados de interesse atual referentes à geografia humana. Aulas práticas de campo.				
Equivalência:				
Código	Nome: Tópicos Especiais em Geografia Humana II	Pré-requisito:	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	0
Ementa				
Seminário, disciplina ou curso com programa previamente aprovado pelo Colegiado de Curso. Valorização de temas específicos e variados de interesse atual referentes à geografia humana. Aulas práticas de campo.				
Equivalência:				
Código GCNXXX	Nome: Recursos Didáticos em Geografia Escolar	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			36	36
Ementa				
Neurociência e Educação Geográfica; Processos pedagógicos e andragógicos de ensino, metodologias ativas, aprendizagem e avaliação; Possibilidades didáticas com recursos didáticos analógicos e digitais; Elaboração de recursos didáticos para educação básica em Geografia.				
Bibliografia Básica				
CASTELLAR, S.; CAVALCANTI, L. de S.; CALLAI, H. C. Didática da geografia: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012. 255 p. CAVALCANTI, L. de S. O ensino de geografia na escola. Campinas: Papyrus, 2013. 208 p. RANSFORD, J. et al (org.). Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola. São Paulo: SENAC, 2007.				

VENTURI, L. A. B. (org) **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório.** São Paulo: Oficina de textos, 2005.

Bibliografia Complementar

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora.** Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p. BRASIL. **Base nacional comum curricular: educação infantil e ensino fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 8 jul. 2022.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação.** Como o cérebro aprende. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2011.

NASCIMENTO, R. da S. Educação geográfica, neurociência e metodologia ativa: Aprendizagens para a cartografia escolar através da construção de recursos didáticos. **Anais 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia - Políticas, Linguagens e Trajetórias.** Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019. 1204 -1218.

<<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpe/article/download/2963/2826/>>
Acesso em: 8 jul. 2022.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação.** 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REINFRIED, S.; SCHLEICHER, Y.; REMPFLER, A. (ed.) **Visões geográficas em educação para o desenvolvimento sustentável.** Procedimentos para o Simpósio Lucerne, Suíça, Julho 29~31 de 2007. **Geographiedidaktische Forschungen,** Volumen 42, p. 243-250, 2007. Disponível em: <<http://www.igu-cge.org/wp-content/uploads/2018/02/portuguese.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2022.

SANTANA FILHO, M. M. de. **A educação geográfica escolar: conteúdos e referências docentes.** USP, São Paulo. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29112010-092800/publico/2010_ManoeIMartinsdeSantanaFilho.pdf> Acesso em: 8 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/1620-curriculo-base-ed-infantil-e-ens-fundamental-de-sc/file>> Acesso em: 8 jul. 2022.

Código MEN5109	Nome: Educação e Mídias	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Educação, cultura digital e práticas sociais midiáticas. As mídias na educação: mediação pedagógica, mídia-educação e formação de professores. Mídias e suas linguagens. Práticas sociais de letramentos e ludoletramento: apreciação, crítica, autoria e produção midiática em contextos educativos.

Bibliografia Básica

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação & Realidade,** v. 35, n. 3, 2010. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077/10270>> Acesso em: 06/08/2020.

FANTIN, M. Mídia - Educação no Ensino e o currículo como prática cultural. **Currículo sem Fronteiras,** v. 12, n. 2, p. 437-452, maio/ago. 2012. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss2articles/fantin.pdf>. Acesso em 06/08/2020.
 RIVOLTELLA, P.; FANTIN, M. Crianças na era digital: desafios da comunicação e da educação. **REU - Revista de Estudos Universitários**, v. 36, n. 1, 23 ago. 2010. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/464/465> Acesso em 06/08/2020
 LEMKE, Jay L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Revista Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 49, n. 2, p. 455-479, jul./dez., 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf> Acesso em 06/08/2020.

Bibliografia Complementar

BELLONI, E.; BÉVORT, M. L. Mídia-Educação: conceito, história e perspectivas. **Educ. Soc. M Campinas**, v. 30, p. 109, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf> Acesso em 06/08/2020.

CRUZ, Dulce Márcia. Letramento midiático na educação a distância. In: Fernando Selmar Rocha Fidalgo; Wagner José Corradi; Reginaldo Naves de Souza Lima; André Favacho; Eucídio Pimenta Arruda. (Org.). **Educação a distância: meios, atores e processos**. Belo Horizonte: CAED UFMG, 2013, v. 1, p. 1362

FANTIN, M. **Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006, p.68-88.

Código EED7149	Nome: Educação Especial na Educação Básica	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Introdução à educação especial: história, abordagens teóricas e terminologia. A política de educação especial. O trabalho pedagógico com os estudantes da educação especial na Educação Básica.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Decreto nº. 6.571*, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, nº. 181. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm . Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 7.611*, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. *Lei n. 13.146*, 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC. SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 4*, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE.CEB, 2009. Disponível em:

- http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 10 abr. 2016.
- CHRISTOFARI, Ana Carolina; BAPTISTA, Claudio Roberto. **Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, p. 383-398, nov. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6533>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- CHRISTOFARI, Ana Carolina, Freitas, FREITAS, Claudia Rodrigues; BAPTISTA, Claudio Roberto. Medicalização dos Modos de Ser e de Aprender. In: **Educação e Realidade**. Dez 2015, vol.40, no.4, p.1079-1102. ISSN 2175-6236.
- FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Documento orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. s/d. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2010_17.44.19.3f30068a0d94e56ab4a18a5a8bb57f68.pdf Acesso em: 10 abr. 2016.
- JANNUZZI, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em: <https://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewFile/235/237> Acesso em: 10 abr. 2016.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.
- MACHADO, Adriana Marcondes. **Avaliação Inclusiva: de quem e quais práticas estamos falando.** In: 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Educação (ANPED) SESSÃO ESPECIAL “Ética, Subjetividade e Formação docente: políticas de inclusão em questão”. Caxambu, MG, 2004.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. CORDE. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada*. Brasília : MEC/CORDE, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/AVELLM10/Downloads/A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20Comentada%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/AVELLM10/Downloads/A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20Comentada%20(3).pdf) Acesso em 10 abr. 2016.
- BRASIL. SDH/PR **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília : SDH/PR, 2014. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.
- BUENO, José Geraldo S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J.G.S. et al. (org.) **Deficiência e escolarização** : novas perspectivas de análise. Araraquara/SP: Junqueira & Marin; Brasília/DF : CAPES, 2008. p. 43-63.
- MICHELS, Maria Helena; CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O caráter conservador da perspectiva inclusiva na educação especial: as salas multimeios na rede municipal de Florianópolis. *Revista Cocar*. Belém, vol 6, n.11, p. 17-28, jan-jul 2012. <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/viewFile/210/180> Acesso em: 10 abr. 2016.
- SCHREIBER. D. V. A. Organização do trabalho docente na rede regular de ensino com alunos da modalidade educação especial. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia/GO. *Anais...* Goiânia/GO : ANPED, 2013. p. 1 - 15. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_2581_texto.pdf Acesso em: 17 mar. 2014.

Código GCNXXXX	Nome: Astronomia	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			54	0

Ementa

Referencial teórico sobre o Universo desde sua origem e estrutura, os diferentes corpos celestes que o compõem com destaque ao Sistema Solar, o Planeta Terra, a interação Sol – Terra – Lua e suas consequências na Terra, movimentos da terra, sistemas de coordenadas terrestres e celestes.

Bibliografia Básica

CHERMAN, A.; VIEIRA, F. **O tempo que o tempo tem**: por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 142 p.
 KEPLER, S. O.; SCHRODER, M.F.S.. **Astronomia e astrofísica**. Disponível em: <http://astro.if.ufrgs.br/#gsc.tab=0>. Acesso em: 14/08/2020.
 SAGAN, Carl. **Cosmos**. Lisboa, Portugal: Gradiva Publicações, 1986.
 SANTIAGO, Basílio. **Apostila de astronomia geodésica**. UFRGS. Disponível: <http://www.if.ufrgs.br/oei/santiago/fis2005/textos/>. Acesso em: 14/08/2020.

Bibliografia Complementar

SINGH, S. **Big bang**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, 499 p.
 FARIA, R. P. **Fundamentos de astronomia**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1987. 209p.
 FERREIRA, M.; ALMEIDA, G. **Introdução à astronomia e às observações astronômicas**. 5ª ed. Lisboa, Portugal: Plátano Edições Técnicas, 1999, 311 p.
 HAWKING, S. **Uma breve história do tempo**. Lisboa, Portugal: Ed. Gradiva, Lisboa, 1988.-
 HAWKING, Stephen; MLODNOW, Leonard. **Uma nova história do tempo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, 173 p. (1 exemplar em CD-ROM – somente para deficientes visuais)
 LÉPINE, Jacques. **A via láctea, nossa ilha no universo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 288 p.
 MELLO, D. **Vivendo com as estrelas**. São Paulo: Panda Books, 2009, 63 p.
 MOURÃO, Ronaldo Rogerio de Freitas. **Explicando o cosmos**: astronomia ao seu alcance. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [1985?] 109p.

Código GCNXXXX	Nome: Geografia da Alimentação	Pré-requisito: Não há	Créditos	
			Teóricos	Práticos
			72	0

Ementa

Contribuições da análise espacial para o diagnóstico e avaliação das questões alimentares, enfatizando o estudo dos sistemas que condicionam a alimentação nas sociedades e apresentando as relações entre a geografia e a segurança alimentar e nutricional.

Bibliografia Básica

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 4ª ed. cap. 1 e 2, p. 35-56, 1977.
 DESPORTES, F. Os ofícios da alimentação. In: FLANDRINI, JL.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.
 MALUF, R. S. Elementos da agenda brasileira de segurança alimentar e nutricional. In: _____ (org). **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009, pp. 120-157.

Bibliografia Complementar

ABDALA, M. C. "Do tabuleiro aos self-services". In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 13, n. 16, p.97- 118, 2005.
 BRIGHTWELL, M. G. S.; SILVA, C. A. Transformações na provisão alimentar do espaço

rural: um estudo de caso sobre as famílias agricultoras de Praia Grande – SC. In: **Actas del X Coloquio Geocrítica**. Universidad de Barcelona, 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/448.htm>.

CÂMARA CASCUDO, L. da. Preceitos da alimentação brasiliense. In:_____. **História da Alimentação no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Global Ed., 2004, pp. 142-156..

LEVENSTEIN, H. A. Dietética contra gastronomia: tradições culinárias, santidade e saúde nos modelos de vida americanos. In: FLANDRINI, J.-L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.

SCHROEDER, A. Os engenhos de farinha em Florianópolis: apontamentos para uma história plural. In: DENARDIN, Valdir; KOMARCHESKI, Rosilene (orgs.). **Farinheiras do Brasil**. Matinhos, PR: UFPR, 2015, pp. 37-57.

4.7 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A elaboração deste PPC está fundamentada em uma perspectiva teórico-metodológica que compreende que a construção do conhecimento ocorre de forma integrada com a história atual do conhecimento científico e sua evolução, considerando aspectos tecnológicos e empíricos. Conceitos, reflexões, observação e análise da realidade estruturam tanto os rumos do ensino quanto da pesquisa e extensão. Na Geografia é a constante busca da interlocução entre sociedade e natureza que leva a construção de novos conceitos e o aprimoramento metodológico.

Considerando os princípios básicos das atividades de ensino de graduação do curso de Geografia, nas habilitações bacharelado e licenciatura, destaca-se o compromisso com a construção de um conhecimento geográfico e educacional qualificado, crítico, socialmente referenciado e compromissado com a democracia e com a ética nas diferentes manifestações da vida. Vislumbra-se, assim, um direcionamento que reconhece e busca estimular a relação entre a Geografia acadêmica e os conhecimentos geográficos produzidos em ambientes educacionais diversos, sejam eles formais ou informais. Perspectiva, de pensamento e de ação, que fundamenta e direciona a compreensão do papel das universidades na sociedade brasileira e na formação de profissionais da educação.

Pela conexão entre ensino, pesquisa e extensão, é possível construir redes necessárias para que as fronteiras entre universidade e comunidade não sejam muros ou fortalezas, mas sim espaços de diálogo. Ademais, há que se reforçar a pesquisa e a extensão direcionadas ao ensino, como integração que visa uma formação crítica e reflexiva, bem como, que reforça a autonomia do acadêmico em seu processo de aproximação e construção do conhecimento científico.

Considerando a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012, as atividades de extensão têm, com as de ensino e pesquisa, um importante papel social a cumprir. Pela própria característica da extensão, que é de diálogo e intercâmbio direto com a sociedade, ela assume um papel social preponderante e se caracteriza por ser “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 5)

No curso de Geografia Licenciatura, a extensão está curricularizada está organizada com um total de **390 h/a (325 horas)**, com uma disciplina (72 h/a) que apresenta e direciona o estudante para os programas e projetos de extensão, além de já desenvolver atividades

extensionistas. As outras 318 horas/aula (265 horas) poderão ser realizadas pelo estudante em qualquer momento do curso, junto aos Programas de Extensão ofertados pela Geografia, ou por outros cursos, desde que aprovados pela Coordenação de Curso. Ademais, para o licenciando é obrigatório que, faça pelo menos 50% dessa carga horária em projetos cujas ações tenham relação direta com educação (contextos educacionais formais e informais, órgãos normativos e executivos) as quais estão articuladas aos projetos desenvolvidos nas disciplinas de prática como componente curricular.

O Curso de Graduação em Geografia promove a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir de três eixos principais. O primeiro deles se relaciona aos cursos *stricto sensu* de mestrado, doutorado e pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais (PPGDN). O segundo eixo alicerça-se na inserção de estudantes da graduação e pós-graduação em laboratórios, núcleos e grupos de estudos e de pesquisa liderados por docentes vinculados ao curso.

A inserção de estudantes da graduação em laboratórios, núcleos e grupos de estudos estabelece relações diretas com projetos de pesquisa e extensão também na pós-graduação. Em especial o uso de laboratórios e núcleos, em especial do Núcleo de Estudos em Pesquisa e Ensino de Geografia (NEPEGeo) e o Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar (LABTATe), que desenvolvem atividades voltadas à educação e ao ensino de Geografia. Também ocorre a realização de Estágio de Docência, onde estudantes da pós-graduação participam como estagiários de docência nas disciplinas da graduação e ainda ministrando palestras, cursos e oficinas referentes às suas pesquisas.

As atividades que integram ensino, pesquisa e extensão estão inseridas em projetos nos quais os alunos de graduação participam, através de bolsas ou da ação voluntária, em atividades de iniciação científica, de assessoria, prestação de serviços e demais tipos de atividades de extensão e pesquisa, junto a diversas comunidades nos municípios do Estado de Santa Catarina e em outros estados. Muitos desses projetos são fontes de captação de bolsas especialmente voltadas aos alunos de graduação em Geografia.

De modo geral, as atividades de extensão e pesquisa buscam compartilhar conhecimentos gerados em trabalhos de conclusão de curso, pesquisas desenvolvidas em projetos de pesquisa de docentes e pesquisas de pós-graduação. A transformação da linguagem para a transmissão desses conhecimentos gerados nas UFSC, em especial na Geografia, se faz através de diversos meios (livros, periódicos, anais de eventos, apresentação de trabalhos científicos em eventos, etc.), onde sempre há a participação de graduandos. Salientamos três publicações produzidas pelo Departamento de Geociências, que auxiliam à difusão destes conhecimentos: Revista Geosul, Revista Pesquisar, e os Cadernos Geográficos.

4.8. POLÍTICA DE ESTÁGIOS DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

Os estágios curriculares do Curso de Geografia Licenciatura estão organizados em estágios obrigatórios e não obrigatórios. São regulamentados pela Lei Federal Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008b), e pela Resolução Normativa nº 73/2016/Cun de 7 de junho de 2016 (UFSC, 2016); Resolução de CNE/CP de 01 julho de 2015 (BRASIL, 2015a) e mais recentemente pela Resolução Normativa 61/2019/CGRAD.

O estágio curricular supervisionado obrigatório é componente obrigatório no curso de

Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo o cumprimento de sua carga horária requisito para integralização do curso e obtenção do diploma. Como ato educativo escolar supervisionado articula o exercício de prática docente com as demais atividades curriculares e acadêmicas e será orientado pelos seguintes princípios: relação indissociável entre teoria e prática; articulação crítica e reflexiva sobre os processos de ensino e de aprendizagem; processo articulado e sistemático de orientação e acompanhamento das aprendizagens da docência; relação formativa entre orientador (instituição proponente), supervisor (instituição concedente) e estagiários em contextos educativos.

No curso de Licenciatura, o Estágio Curricular Supervisionado ocorre a partir da 8ª fase (conforme pré-requisitos na matriz curricular), de modo que, o estudante deve realizar **504 h/a (420 horas)** de carga horária distribuídos em duas disciplinas: **Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura I 288 h/a (240 horas)** e **Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura II 216 h/a (180 horas)**.

Do ponto de vista pedagógico é importante que o estudante integralize o estágio de forma sequencial e ininterrupta, conforme prevê a grade curricular do curso, permitindo, dessa forma, a realização de um projeto sequencial e articulado.

No curso de Geografia, o estágio curricular supervisionado da licenciatura tem como objetivo subsidiar o acadêmico no desenvolvimento de práticas de ensino na direção de uma formação docente que constitua a mediação do conhecimento geográfico acadêmico no contexto da geografia escolar para a educação básica e para o Ensino Superior. Estas atividades serão norteadas pelos preceitos indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Ensino Superior, a partir de uma visão humanista da educação, voltada à organização escolar e curricular fundamentada em princípios estéticos, políticos e éticos.

As atividades didático-pedagógicas que compõem o estágio curricular supervisionado no curso de Geografia Licenciatura articulam teoria e prática e seguem os pressupostos de uma educação livre, crítica e qualificada. O planejamento e a realização de práticas de ensino e formação docente em contexto educacional envolvem o conhecimento geográfico se materializando, entre outras, por meio de observação de atividades pedagógicas, preparação e realização de planejamentos didáticos, criação de materiais didáticos, participação em atividades administrativas relacionadas ao contexto educacional, em que se desenvolverá o campo de estágio. Estas e demais atividades serão detalhadas pelo professor nos respectivos planos de ensino destes componentes curriculares.

A indissociabilidade entre teoria e prática presume também a realização de pesquisas em âmbito educacional, levantamento de dados, análises conjunturais e estruturais a respeito do contexto educacional e do ensino de Geografia, reflexões críticas da prática docente, produção de textos argumentativos e demais atividades definidas pelo professor orientador e constantes nos planos de ensino.

O estágio curricular supervisionado no curso de Geografia Licenciatura, pressupõe, frequência, acompanhamento e avaliação, requisitos base para as atividades desenvolvidas no campo de estágio. Os requisitos para a matrícula, o local de realização, a forma de acompanhamento e de avaliação dos componentes curriculares que compõem os estágios curriculares supervisionados no Curso de Geografia Licenciatura observarão o disposto na Resolução Normativa 61/2019/CGRAD, nas normativas federais e serão detalhados nos respectivos planos de ensino.

4.8.1 Regulamento de estágios do curso de geografia licenciatura

Regulamento de Estágios do Curso de Geografia Licenciatura

Capítulo I

Dos princípios

Art. 1º O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura prevê a realização de estágio nas modalidades de Estágio (obrigatório), designado Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia e de Estágio Não Obrigatório, em conformidade com as diretrizes curriculares, Lei Federal nº 11.788/2008; a Resolução Normativa nº 73/2016/Cun, de 7 de junho de 2016; Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019; Resolução Normativa nº 61/2019/CGRAD, de 8 de março de 2019; e a Resolução do MEC, CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º O estágio obrigatório, Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia, conceituado como elemento curricular de caráter formador e como um ato educativo supervisionado previsto para o Curso de Geografia Licenciatura, deve estar em consonância com a definição do perfil do profissional egresso, bem como com os objetivos para a sua formação propostos no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º O estágio não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional pelo estudante e se constitui como atividade complementar à formação acadêmico-profissional, sendo integralizada no currículo como Atividade Acadêmico-Científico-Cultural (AACC).

CAPÍTULO II

Do objetivo

Art. 4º O objetivo das duas modalidades de estágio previstas no Art. 1º é de viabilizar ao estudante o aprimoramento técnico-científico na formação acadêmico-profissional do licenciado em Geografia, mediante a análise e a solução de problemas concretos em condições reais de trabalho, por intermédio de situações relacionadas a natureza e especificidade do curso e da aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas diversas disciplinas previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO III

Dos campos de estágio

Art. 5º Constituem campos de estágio as entidades de direito público e privado, instituições de ensino, profissionais liberais, a comunidade em geral e as unidades internas da UFSC.

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia é desenvolvido em instituições de ensino formal ou informal.

Art. 7º As Concedentes de Estágio, ao ofertar vagas, devem respeitar as normas institucionais e as previstas no presente Regulamento.

CAPÍTULO IV

Da coordenadoria de estágios

Art. 8º A Coordenadoria de Estágios do Curso de Graduação em Geografia será composta por um docente como Coordenador de Estágios com mandato de dois anos. Tendo a seguinte competência:

I. Definir os critérios mínimos exigidos para o aceite de estágios não obrigatórios e os realizados no exterior, em conformidade com o Art. 5º da Resolução Normativa nº 73/2016/Cun;

II. Planejar, controlar e avaliar os estágios não obrigatórios realizados, mantendo o fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto à Coordenação do Curso.

III. Analisar a documentação e a solicitação do estágio frente a natureza do Curso de Geografia Bacharelado às normas emanadas do presente Regulamento.

IV. Compatibilizar as ações previstas no “Plano de Atividades do Estágio”, quando necessário.

V. Convocar reuniões com professores orientadores e estagiários sempre que se fizer necessário, visando a qualidade do acompanhamento e soluções de problemas ou conflitos.

VI. Socializar sistematicamente as normas institucionais e orientações contidas no presente Regulamento junto ao corpo docente e discente.

Art. 9º Especificamente o Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia tem sua coordenação no Departamento de Metodologia de Ensino, junto ao Centro de Ciências da Educação.

CAPÍTULO V

Do acompanhamento, orientação e supervisão

Art.10º Em conformidade com a Resolução Normativa 61/2019/CGRAD/UFSC, o Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia devem ser orientados por docente vinculado ao Departamento de Metodologia de Ensino e supervisionados por profissional da área educacional da Concedente do Estágio.

Art. 11º A orientação de estágio deve ser entendida como orientação dada ao estudante no decorrer de sua prática discente, de forma a proporcionar o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão de licenciado em Geografia.

Art. 12º A orientação do estágio curricular ocorre conforme indicações no Art. 26º da Resolução Normativa nº 73/2016/Cun, que são:

I – acompanhamento direto das atividades desenvolvidas pelo estagiário;

II – entrevistas e reuniões, presenciais ou virtuais;

- III – contatos com o supervisor de estágio;
- IV – avaliação dos relatórios de atividades;
- V- desenvolvimento de disciplina curricular.

Art. 13º. A supervisão do estágio obrigatório será de responsabilidade do profissional da área educacional na instituição de ensino, que deverá acompanhar o estagiário no desenvolvimento do seu plano de atividades.

Art. 14º São atribuições do Orientador:

- a) Verificar e assinar o “Plano de Atividades de Estágio” elaborado pelo estudante e supervisor da Concedente.
- b) Realizar o acompanhamento do estágio mediante encontros periódicos com o estagiário, visando a verificação das atividades desempenhadas por seu orientado e assessoria nos casos de dúvida;
- c) Estabelecer um canal de comunicação sistemática, via correio eletrônico ou outra forma acordada com o estagiário e seu supervisor da Concedente.
- d) Quando de Estágios Obrigatórios, Estágio Supervisionado de Licenciatura em Geografia, o orientador deverá assistir a pelo menos 50% das aulas ministradas por cada estagiário.
- e) As orientações quanto às atribuições do professor orientador de Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia estão discriminadas no Art. 10 da Resolução Normativa 61/2019/CGRAD/UFSC.

Art. 15º São atribuições do Supervisor da Concedente, no caso de estágios não obrigatórios:

- a) Elaborar e assinar o “Plano de Atividades de Estágio” em conjunto com o estagiário.
- b) Acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas.
- c) Verificar a frequência e assiduidade do estagiário.
- d) Proceder a avaliação do desempenho do estagiário, conforme modelo padronizado.

Art. 16º Quanto às atribuições do supervisor de Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia, constam no Art. 11º e 12º da Resolução Normativa 61/2019/CGRAD/UFSC.

Art. 17º São atribuições do estudante nos estágios não obrigatórios:

- a) Elaborar e assinar o “Plano de Atividades de Estágio” em conjunto com o supervisor da Concedente.
- b) Coletar as assinaturas devidas no “Termo de Compromisso de Estágio”.
- c) Frequentar os encontros periódicos estabelecidos pelo docente Orientador para acompanhamento das atividades.
- d) Respeitar as normas internas da Concedente do Estágio e desempenhar suas atividades dentro da ética profissional.
- e) Respeitar as normas de estágio do Curso de Graduação em Geografia.

f) Elaborar relatório de estágio no máximo a cada seis (06) meses ou quando solicitado pelo Orientador ou pelo supervisor da Concedente.

Art. 18º As atribuições do estudante no Estágio Supervisionado de Licenciatura em Geografia, constam no Art. 13º, 14º e 15º da Resolução Normativa 61/2019/CGRAD/UFSC.

Capítulo VI

Do estágio curricular obrigatório

Art. 19º O estudante do Curso de Graduação em Geografia na habilitação Licenciatura deverá realizar estágio curricular obrigatório com carga horária total de 504 horas/aula (400 horas), mediante matrícula nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia I e Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia II, para fins de integralização curricular.

Art. 20º O estudante precisa realizar duas disciplinas como estágio obrigatório, o Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura I, com 16 h/a Semanais, sendo 288 h/a Semestrais; e o Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura II, com 12 h/a Semanais, sendo 216 h/a Semestrais.

Parágrafo Único - Os Estágios Curriculares Supervisionados de Licenciatura em Geografia ocorrerão no período diurno, com excepcionalidade possível somente com indicação e anuência do professor responsável pela disciplina, após, averiguar disponibilidade de vagas.

Art. 21º Para fazer as duas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia deverão atender os pré-requisitos indicados. Não pode haver quebra de pré-requisito para os estágios curriculares.

Parágrafo Único - Casos de excepcionalidade deverão ser analisados pelo NDE e Colegiado de Curso, e pelo Departamento de Metodologia de Ensino, no caso do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 22º Para a realização do estágio curricular obrigatório deverá ser providenciada a documentação exigida pela legislação vigente, ou seja, termo de compromisso e plano de atividades, devidamente assinados pelas partes envolvidas e enviados à Pró-Reitoria de Graduação, por meio do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional.

Parágrafo Único - Para fins de registro no Sistema de Registro de Estágio (SIARE) ou correlato, considerando a natureza do estágio curricular supervisionado, cujas atividades alternam teoria e prática, a jornada de atividades em estágio (obrigatório e não obrigatório) poderá ter carga horária de até 40 (quarenta) horas semanais conforme prevê a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 10º, § 1.

Art. 23º O acompanhamento dos estágios obrigatórios é de responsabilidade do coordenador de Estágios do Departamento de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências da Educação, e do docente responsável pela disciplina de Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia.

Art. 24º Frequência, organização, forma de acompanhamento e de avaliação dos componentes curriculares que compõem os estágios curriculares supervisionados no Curso de Geografia Licenciatura observarão o disposto na Resolução Normativa 61/2019/CGRAD e serão detalhados nos planos de ensino dos respectivos componentes e turmas.

Parágrafo Único - Para aprovação final, o estudante deve ter nota mínima de 6,0, conforme avaliação.

Art. 21º Para fins de validação de frequência na disciplina de Estágio Curricular o estudante deverá comprovar a realização de no mínimo 75% (setenta por cento) da carga horária prevista no plano de atividades.

Parágrafo Único - A reposição de eventuais faltas será permitida em casos indicados por legislação e normativas vigentes.

CAPÍTULO VII

Do estágio não obrigatório

Art. 22º Para autorização de estágio não obrigatório pela Coordenação do Curso de Graduação em Geografia inicialmente estudante deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. Estar matriculado com a carga mínima exigida no semestre.
- II. Parecer do Coordenador de Estágios do Curso.

Art. 23º Para a formalização do estágio não obrigatório, a Concedente deverá ter ciência e aceitar as normas institucionais da UFSC para este fim, bem como proceder à lavratura do respectivo Termo de Compromisso de Estágio.

Parágrafo Único - Os procedimentos e documentação para a formalização do estágio não obrigatório para estudantes do Curso de Graduação em Geografia deverão seguir a ordem abaixo referida:

- a) Apresentação do “Termo de Compromisso de Estágio” e do “Plano de Atividades de Estágio” devidamente preenchidos e assinados pelos responsáveis na Concedente do Estágio.
- b) Histórico escolar atualizado e indicação do professor orientador no “Plano de Atividades de Estágio”.
- c) Entrega da documentação seguindo fluxo do Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios (SIARE), do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional.

Art. 24º A duração do estágio não obrigatório deverá ser de no máximo dois anos, na mesma parte concedente, conforme legislação em vigor.

Art. 25º O acompanhamento do estágio não obrigatório pelo professor orientador da UFSC deverá seguir o contido no Capítulo V do presente Regulamento.

Art. 26º Após o término do estágio não obrigatório, o estudante deverá solicitar o respectivo certificado à Pró-Reitoria de Graduação, por meio do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional, mediante apresentação de relatório e da ficha de avaliação aprovada pelo Curso.

Parágrafo único: É permitida a realização simultânea do Estágio Obrigatório de Licenciatura e Estágio não Obrigatório, desde que não ultrapasse 40 (quarenta) horas semanais (Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 10º, § 1) e não ocorra choque de horário ou outra situação em que inviabilize a efetiva participação do estagiário nos dias e horários designados ao cumprimento das atividades didático pedagógicas no campo de estágio.

CAPÍTULO VIII -

Das disposições gerais

Art. 27º Os estágios realizados pelos estudantes do Curso de Graduação em Geografia, obrigatórios ou não obrigatórios, deverão seguir os procedimentos estabelecidos na normatização interna da UFSC e estar devidamente cadastrados na Pró-Reitoria de Graduação, por meio do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional.

Art. 28º Os casos não previstos no presente Regulamento serão definidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em Geografia.

4.9. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

No Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina a Prática como Componente Curricular é componente obrigatório sendo normatizada pelos seguintes documentos legais: Parecer CNE/CP n.28/2001, Resolução CNE/CP 2, DE 19 de fevereiro de 2002; Parecer CNE/CES n. 15/2005, Pareceres no 09/CNE/CP/2001 e no 15/CNE/CES/2005.

A Prática como Componente Curricular (PCC) é definida como o conjunto de atividades formativas que apresentam ao estudante cenários de aprendizagem contextualizados, por meio de situações que são próprias dos contextos educacionais. Essas situações podem e devem envolver cenários de administração, gestão e docência, funções que, poderão ser exercidas pelo/a futuro professor/a. Estes cenários apresentados em diferentes níveis de complexidade, contribuirão para a formação de um profissional crítico e investigativo, capaz de refletir sobre sua prática profissional e transformá-la, quando necessário, reforçando a concepção do professor como um pesquisador (STENHOUSE, 1975).

Por meio destas atividades pedagógicas, são mobilizados os conhecimentos adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. E, se estabelece uma relação entre o que se está aprendendo no curso de graduação com situações observadas presencialmente em ambientes de ensino aprendizagem, na própria escola ou com auxílio de tecnologias da informação, ou transcendendo essa aproximação, envolvendo articulações com órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino (SOUZA NETO; SILVA, 2014).

No curso de Geografia Licenciatura a Prática como Componente Curricular (PCC) é definida como o conjunto de atividades formativas que apresentam ao estudante cenários de aprendizagem contextualizados, por meio de situações que são próprias dos contextos educacionais.

A Prática como Componente Curricular no curso, objetiva aproximar o licenciando em Geografia, desde o início do curso, e seu encadeamento com as demais atividades de trabalho acadêmico corrobora para a formação da identidade do/a professora como educador/a e para a valorização da docência como um saber formado por várias dimensões do conhecimento. Assim, no curso de Geografia, a Prática como Componente Curricular é uma das estratégias para a reflexão, problematização e a teorização individual e coletiva de questões pertinentes ao campo da educação e à área de ensino de Geografia.

No Curso de Geografia Licenciatura a carga horária da Prática como Componente Curricular é integralizada em disciplinas próprias, bem como integrante de componentes

curriculares específicos. Distribuída ao longo da formação do estudante e desde o primeiro semestre do curso, a Prática como Componente Curricular está vinculada às atividades de extensão previstas pela curricularização da extensão. Do ponto de vista metodológico a Prática como Componente Curricular no curso de Geografia assenta-se em estratégias didáticas que viabilizem a integração entre espaço da universidade e contextos educacionais diversos, tais como:

- Observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e reflexões e resolução de situações-problema;
- Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação e outros recursos;
- Levantamento e análise de materiais e livros didáticos em situações próprias dos contextos educacionais;
- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
- Estudos de compreensão e reflexão sobre questões administrativas da escola, gestão de recursos humanos, recursos financeiros, e gestão pedagógica;
- Levantamento e análise da estrutura física dos ambientes escolares (espaço físico, laboratórios, recursos didáticos) e sua relação com o processo ensino aprendizagem dos conteúdos geográficos;
- Criação ou adaptação de materiais didáticos pedagógicos para Educação Geográfica que possam servir como recurso pedagógico para o/a professor/a e/ou para o estudante da educação básica;
- Criação e ou adaptação de vídeos, filmes, documentários, músicas, desenhos animados, recursos audiovisuais entre outros como estratégia didática para o ensino de determinado conteúdo ou conceito geográfico;
- Criação de metodologias e recursos próprios para o ensino dos conteúdos geográficos;
- Análise de políticas públicas, diretrizes e documentos normativos a partir de situações vivenciadas nos contextos educacionais e ou órgãos de gestão;
- Desenvolvimento de sítios de internet, programas de computador, jogos entre outros como ferramenta pedagógica para o ensino de conteúdos geográficos;
- Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica;
- Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de aprendizagem; conteúdos inovadores; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica, bullying, inclusão de pessoas com deficiência entre outros.

4.10. A EXTENSÃO E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no artigo 207 da Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988) e respeitando os conceitos e princípios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/Cex (UFSC, 2020a), entende-se que as ações de extensão devem estar integradas às atividades de ensino e pesquisa de forma interdisciplinar e promovendo interação entre a universidade e a

comunidade externa, sempre vinculadas à formação dos estudantes dos Cursos de Graduação em Geografia.

A formação em Geografia promovida pela UFSC vai além da sequência de disciplinas em torno de uma área do conhecimento. Os conceitos formativos são trabalhados com enfoques que permitem aos/às estudantes utilizá-los na construção de soluções aos problemas encontrados junto à sociedade (comunidade externa), ou em suas reflexões inerentes ao trabalho acadêmico e a prática profissional. Desta forma, a extensão articula-se ao ensino por meio de ações favoráveis ao processo de formação dos estudantes e à pesquisa, pois o planejamento e a execução dessas ações pressupõem a produção de conhecimentos.

A Política de Extensão do Curso de Geografia deve aumentar a articulação entre as ações de ensino e de pesquisa, organizando-as de forma paralelas e complementares às ações de extensão. Assim, ensino, pesquisa e extensão, unidos, comporão uma série de ações por eixos temáticos associados ao caráter mais abrangente da ciência geográfica e da educação geográfica, sendo particularizados a partir das práticas acadêmicas e profissionais do/a bacharel e do/a licenciado/a em geografia.

A política também garante e amplia um espaço formativo diferenciado, altamente qualificado e colaborativo dentro e fora da UFSC, devido tanto ao direcionamento das ações para formação inicial e continuada de estudantes e egressos. São consideradas atividades de extensão as ações que envolvam diretamente as comunidades externas com as instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/Cex (UFSC, 2020a) da Universidade Federal de Santa Catarina, e conforme critérios estabelecidos nos PPCs do curso de Geografia nas habilitações de bacharelado e licenciatura.

De acordo com a referida resolução, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

4.10.1 Política do Programa de Extensão do Curso de Graduação em Geografia

O Programa de Extensão em Geografia abrange o desenvolvimento de ações articuladas de extensão que visam promover transformações no território de atuação da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial nos municípios catarinenses.

Os eixos centrais do Programa seguem as principais áreas do Curso de Geografia nas habilitações bacharelado e licenciatura: cartografia, geografia humana, geografia física e Ensino de geografia e formação de professores. As ações de extensão são essencialmente interdisciplinares e multidisciplinares, integradas às diretrizes comuns dos laboratórios e núcleos de pesquisa do Departamento de Geociências. Contudo, há projetos por subáreas, que envolvem o trabalho de discentes nas duas modalidades - *disciplina da matriz curricular e/ou como atividade de extensão na forma de unidade curricular* - do Regulamento de Extensão do Curso de Graduação em Geografia: sistemas de informação geográfica e geoprocessamento; cartografia tátil e escolar; geografia urbana e rural; planejamento regional e urbano; biogeografia e geoecologia; geologia; climatologia geográfica; educação geográfica; formação de professores, currículo e ensino de geografia, metodologias e recursos didáticos para

educação geográfica, análise ambiental, desenvolvimento econômico e social, geografia da população, ensino e divulgação de astronomia e ciências afins, entre outras.

As atividades de extensão serão preferencialmente desenvolvidas em quaisquer áreas de competência do Bacharel e do Licenciado em Geografia, regulamentadas pelo Decreto nº 85.138, de 15 de setembro de 1980 (BRASIL, 1980) e normatizadas pela Lei Nº 6.664 de 26 de junho de 1979 (BRASIL, 1979).

As práticas profissionais estão relacionadas à aquisição de conhecimentos para o exercício profissional do Bacharel e do Licenciado adquirindo em sua formação habilidades e conhecimentos que lhe garantam o exercício de atividades de gestão, supervisão, coordenação e orientação técnica, coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, dimensionamento e especificações de estudos de viabilidade técnico-econômica, social e ambiental. Prestam assistência, assessoria e consultoria; são habilitados para vistorias, perícias, inspeção, avaliação, monitoramento, emissão de laudos e pareceres técnicos. Produção técnica e especializada capaz de conduzir trabalhos em equipes multidisciplinares nas áreas de geotecnologias, planejamento e gestão territorial e socioeconômica; analisar impactos socioeconômicos e ambientais, mapeamentos, estudos técnicos, consultorias, dentre outras, nas áreas de gestão e ordenamento territorial, urbano, regional e ambiental; as atividades de extensão buscam estabelecer diálogos e intercâmbios entre as práticas do conhecimento acadêmico e as comunidades e grupos sociais.

Os licenciados em Geografia atuam em contextos educacionais formais e informais, em várias modalidades e etapas da educação básica e do Ensino Superior. Atuam também em órgãos normativos e executivos vinculados aos sistemas e redes de ensino, bem como em consultorias educacionais e produção de materiais e livros didáticos diversos. Nesse contexto, as ações extensionistas aproximam o acadêmico e a sociedade, o futuro profissional de seu ambiente de trabalho. E, na Geografia as ações de extensão articulam as dimensões teórica e prática do conhecimento contribuindo para ampliação, qualificação, construção e reconstrução desses conhecimentos.

Integram-se as ações de extensão curricular, o subprojeto de Geografia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que reforça os objetivos de desenvolver com o acadêmico o entendimento da/sobre a Escola e as práticas de ensino refletindo em práticas transformadoras e significativas de análise da realidade do estudante.

São objetivos do Programa de Extensão:

- Incentivar a prática da extensão universitária para estudantes de Geografia;
- Ampliar o diálogo e a participação dos estudantes nas ações de extensão universitária oferecidas pelos laboratórios e núcleos do Departamento de Geociências;
- Possibilitar o conhecimento e participação dos estudantes na equipe executora dos projetos, cursos e ações de extensão, envolvendo a comunidade externa, como participantes e/ou organizadores, com o intuito de cumprir a carga horária mínima dedicada à extensão universitária cumprindo o papel formativo estabelecido no PPC do Curso de Geografia;
- Ampliar e aprofundar a relação entre comunidade externa à Universidade e comunidade universitária em atividades de extensão ligadas a este Programa de Extensão.

4.10.1.1 Metodologia do Programa de Extensão

Para atingir os objetivos deste Programa de Extensão, propõe-se a seguinte metodologia:

1. Participação na disciplina obrigatória de Extensão em Geografia e, eventualmente, de disciplinas optativas de Extensão em Geografia;
2. Realização de reuniões periódicas com a coordenação de extensão do Curso de Geografia e docente(s) responsável(is) pela(s) disciplina(s) de Extensão;
3. Engajamento de docentes, discente e TAES nos projetos, cursos e ações de extensão do Curso de Geografia;
4. Planejamento de oferta regular de ações, cursos, minicursos e oficinas de extensão para os estudantes e/ou organizados pelos estudantes.

Os indicadores de avaliação constam no Regulamento de Extensão do Curso de Graduação em Geografia Habilitação Bacharelado e Licenciatura.

No Departamento de Geociências, que atende ao curso de Geografia, existem 17 laboratórios, 05 núcleos de estudos e pesquisas, o Planetário e o Espaço Memória da Geografia Brasileira Contemporânea. Os laboratórios didáticos especializados do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC são devidamente equipados para realização de atividades de extensão e auxiliam os acadêmicos durante toda sua formação também nas atividades de ensino e pesquisa.

4.10.1.2 Regulamento de Extensão dos Cursos de Graduação em Geografia

Regulamento de Extensão dos Cursos de Graduação em Geografia

Capítulo I

Da implementação

Art. 1º Considera o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no artigo 207 da Constituição da República de 1988 e respeitando os conceitos e princípios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX.

Art. 2º São consideradas atividades de extensão as ações que envolvam diretamente as comunidades externas com as instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX da Universidade Federal de Santa Catarina, e conforme critérios estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia na habilitação Bacharelado.

Art. 3º São objetivos da Política de Extensão dos cursos de Graduação Geografia Licenciatura e Graduação Geografia Bacharelado:

I. Intensificar as relações de ensino e pesquisa a partir de ações de extensão dos cursos de Graduação Geografia Licenciatura e Graduação Geografia Bacharelado do Departamento de Geociências;

II. Contribuir com a formação inicial e continuada dos/as estudantes da graduação a partir de ações paralelas de ensino e pesquisa complementares às ações de extensão;

III. Estimular a participação de estudantes de graduação em ações de ensino, pesquisa e extensão que enriqueçam sua formação acadêmica, qualificando um perfil profissional crítico, cidadão, diversificado e diferenciado;

IV. Aproximar os/as estudantes da graduação às atividades práticas e das competências profissionais de geógrafos, no âmbito das habilitações em bacharelado e licenciatura;

V. Possibilitar a retroalimentação da produção do conhecimento científico entre universidade e comunidade externa a partir do intercâmbio, disseminação, difusão e renovação de saberes acadêmicos, práticos e sociais

VI. Fomentar cooperação técnica-científica, pedagógica, cultural e profissional entre a universidade e as instituições da sociedade (governamentais, não governamentais, movimentos sociais, associações profissionais, etc).

Art. 4º Como principais metas da política, elencam-se:

I. Aumentar a atuação do curso de Geografia junto à comunidade externa por meio de programas, projetos, cursos e eventos de extensão;

II. Ampliar o grau de qualidade, diversidade e interdisciplinaridade na formação dos estudantes dos cursos de graduação em Geografia;

III. Oferecer espaços formativos diferenciados para egressos dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura, de acordo com as práticas profissionais e os diversos estágios das carreiras profissionais;

IV. Incorporar possibilidades de ações de extensão nos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado que ofereçam à comunidade externa à UFSC busca de resposta a questões e problemas da sociedade contemporânea.

Capítulo II

Da estratégia de inserção curricular

Art. 5º De acordo com as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira foram definidas 308 horas/aula (257 horas) de extensão para o curso de Bacharelado, e 318 horas/aula (265 horas) de extensão para o curso de Licenciatura.

Art. 6º A inserção curricular da extensão nos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado se dará com a composição pelos itens a seguir:

a) Modalidade I - como *disciplina da matriz curricular*, que dedica toda ou parte da carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão previstas em um ou mais programas de extensão;

b) Modalidade II - como *atividade de extensão na forma de unidade curricular*, constituída de ações de extensão em programas, projetos, cursos, oficinas e eventos, conforme definição do Art. 3º da Resolução nº 88/CUn/2016 e Artº 8 da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 7º A distribuição da carga horária das atividades de extensão dos discentes dos cursos de Geografia será:

a) Disciplina Obrigatória: 72 h/a

b) Outras ações de extensão do Bacharel: 236 h/a (197 horas)

c) Outras ações de extensão da Licenciatura: 318 h/a (265 horas)

Parágrafo único. A carga horária mínima de extensão a ser cumprida na Modalidade I, disciplina da matriz curricular, será de 72h/a (60 horas). O restante da carga horária ficará a critério do estudante, devendo a mesma estar inserida na modalidade II.

Art. 8º As atividades de extensão realizadas pelos discentes devem estar relacionadas preferencialmente ao contexto formativo do curso de Geografia da UFSC, contribuindo na formação do futuro egresso do Bacharelado e da Licenciatura.

Art. 9º As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais programas de extensão registrados no sistema de registro de ações de extensão da UFSC.

Parágrafo único. No curso de Geografia Licenciatura a carga horária destinada à prática como componente curricular, será vinculada às atividades de extensão na forma de unidade curricular - modalidade II, sendo obrigatória sua conclusão para a matrícula nas disciplinas de estágio supervisionado em Geografia I e Estágio Supervisionado em Geografia II.

Art. 10º O plano e o programa de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente.

Art. 11º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas no Sistema de Registro de Ações de Extensão da UFSC (SigPex), e será considerada a carga horária total do estudante no semestre incluída no sistema pelo coordenador da ação de extensão

Capítulo III

Da implementação

Art. 12º Para a implementação efetiva dos programas e ações de extensão serão utilizadas, dentro do possível, a infraestrutura do Departamento de Geociências, por meio dos seus espaços físicos e equipamentos dos Laboratórios.

Art. 13º O cumprimento dos 10% de carga horária do curso relativa às atividades de extensão, por parte dos discentes, será feito com base nos pressupostos estabelecidos no Capítulo II. Os estudantes participarão do Programa de Extensão em Geografia, que visa apresentar e intercambiar o conhecimento geográfico com a sociedade, reunindo disciplinas, ações e projetos extensionistas, levando a uma aproximação do curso de Geografia com a sociedade catarinense, contemplando diferentes campos de atuação da Geografia.

Art. 14º A disciplina *Extensão em Geografia I*, vinculada ao Programa de Extensão em Geografia, será obrigatória para as habilitações de bacharelado e licenciatura e terá 72h/a de carga horária de extensão.

Parágrafo único - Essa disciplina será ministrada preferencialmente pelo(a) coordenador de extensão do Curso de Graduação em Geografia.

Art. 15º Serão também criadas disciplinas optativas de “Atividades de Extensão em Geografia Bacharelado I”, “Atividades de Extensão em Geografia Bacharelado II” e “Atividades de Extensão em Geografia Licenciatura I” e “Atividades de Extensão em Geografia Licenciatura II”, as quais terão carga horária de extensão de 72h/a. Essas disciplinas poderão ser ministradas por qualquer docente do Departamento de Geociências ou do Curso de Graduação em Geografia.

Art. 16º A participação de estudantes em programas, projetos, eventos, cursos e prestação de serviços de extensão, conforme, Art. 3, da Resolução Normativa N° 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016, e será reconhecida para fins de integralização curricular e registrada nas unidades curriculares abaixo elencadas:

I. Programas de extensão - Constitui um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, tais como cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino, tendo caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, e sendo executado a médio e longo prazo. O estudante deve escolher a qual(is) programa(s) de extensão quer se vincular de acordo com seus interesses e em concordância com o coordenador do projeto, que o registrará no SIGPEX e determinará as horas semanais a cumprir.

II. Projetos de extensão - Constitui um conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser isolado ou vinculado a um programa de extensão. O estudante deve escolher a qual(is) projeto(s) de extensão quer se vincular de acordo com seus interesses e em concordância com o coordenador do(s) projeto(s), que o registrará no SIGPEX e determinará as horas semanais a cumprir.

III. Cursos de extensão - Constitui uma ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com participação de forma presencial, semipresencial ou a distância, com planejamento, organização e critérios de avaliação definidos. O estudante que ministrar curso/oficina para a comunidade e/ou em eventos acadêmicos será registrado no SIGPEX pelo docente supervisor da ação, que lhe atribuiu as horas de atividade.

IV. Eventos de extensão - Consiste em ação que implica na apresentação, disseminação e/ou exibição pública, livre ou com público específico do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Ao estudante que participar da comissão organizadora de eventos, cursos, projetos e programas de extensão, registrados no SIGPEX pelo coordenador, e desenvolvidos pelo Departamento de Geociências, Centro Acadêmico ou de qualquer atividade associada ao Curso de Geografia, lhe será atribuído as horas de atividade.

Art. 17º Os estudantes dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, nos moldes do Art. 12 da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, poderão participar de atividades de extensão ligadas a outros cursos e departamentos da UFSC e de outras instituições desde que, haja anuência da coordenação de extensão dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado.

Art. 18º O reconhecimento e a avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos pela coordenação de extensão dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado e só serão aceitas se as ações desenvolvidas pelo estudante estiverem registradas e aprovadas no Sistema de Registro de Ações de Extensão da UFSC (SIGPEX).

Parágrafo único - Discordâncias serão resolvidas pelo Colegiado dos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado.

CAPÍTULO IV

Do coordenador de extensão do curso

Art. 19º Além das atribuições elencadas nas normativas da UFSC, caberá ao Coordenador de Extensão dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura:

I – Coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do Curso de Geografia nos termos da curricularização da extensão;

II – Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante;

III – Aprovar a participação dos estudantes nas ações de extensão registradas no SIGPEX;

IV – Ministrar, preferencialmente, a disciplina obrigatória de extensão.

Art. 20º A coordenação de extensão dos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado será definida pelos Colegiados dos mesmos, com portaria de até 10 horas e validade de 2 anos. A portaria com carga horária será emitida por órgão competente, observando as decisões dos Colegiados dos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado.

CAPÍTULO V

Do diagnóstico e avaliação

Art. 21º Para o acompanhamento e análise das ações de extensão desenvolvidas pelo Departamento de Geociências e a garantia da oferta de formação de qualidade aos estudantes dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, bem como da oferta extensão à comunidade externa, serão utilizados indicadores para avaliar o impacto das atividades desenvolvidas a partir da implementação da extensão obrigatória no currículo, são esses:

a) Indicador Discente: serão comparados os atuais índices com índices futuros de retenção e evasão escolar para verificar, a longo prazo, o impacto da participação em ações de extensão na motivação pela permanência no curso e na qualidade do discente formado (medido pelo índice de desempenho acadêmico e nota do curso no ENADE). Também será realizado um diagnóstico buscando analisar o perfil das atividades de extensão realizadas pelos discentes. Além disso, o aumento do número de candidato/vagas, inclusão no mercado de trabalho, entre outras métricas, poderão ser analisadas.

b) Indicador Demográfico: serão analisadas a abrangência geográfica das atividades de extensão, onde as mesmas são realizadas, qual o público contemplado, repetitividade do local, perfil do público contemplado, buscando analisar qual público tem sido atendido pelas atividades bem como sugerir adaptações as ações de extensão.

c) Indicador de Demanda: Permitirá analisar a médio e longo prazo qual o perfil das ações de extensão, quais recursos foram utilizadas ou faltaram para a efetiva realização da atividade, quais ações foram ou são mais demandadas pela sociedade.

d) Indicador de efetividade e impacto: será verificada durante e após a execução dos projetos o impacto da ação de extensão no público contemplado, por meio de questionários, formulários eletrônicos ou outros meios de pesquisa.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Art. 22º O Regulamento de Extensão do Curso de Geografia entrará em vigor após a sua aprovação nas instâncias universitárias pertinentes.

Art. 23º Os casos omissos deverão ser avaliados pela Coordenação de Extensão do Curso e pelo Colegiado do Curso de Graduação em Geografia.

4.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nos cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) compreende um conjunto de atividades e princípios para o trabalho profissional no âmbito da Geografia. Trata-se de um trabalho acadêmico individual, orientado por um docente que atua no Curso de Geografia, cuja natureza consiste em atividades investigativas teóricas e/ou práticas, relatadas sob a forma de um trabalho acadêmico, em qualquer área do conhecimento geográfico e ou da educação geográfica.

As finalidades do TCC contemplam o aprofundamento teórico-metodológico integrado ao domínio técnico e instrumental apreendidos ao longo do curso e nas atividades acadêmicas associadas, culminando na produção textual escrita e apresentação oral. Portanto, o TCC é importante avaliação do estudante, que garante seu direito de obter o diploma de conclusão de curso e exercer a profissão de bacharel e ou licenciado em Geografia enquanto egresso.

Para desenvolver o TCC, os cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura oferecem pelo menos três modalidades de apresentação. A monografia é uma delas e contempla um trabalho acadêmico clássico, escrito no formato de dissertação, sendo resultado de uma pesquisa científica e que apresenta de forma consistente e coerente explicações, interpretações e respostas para, pelo menos, uma questão.

O Artigo científico também é considerado um TCC, desde que seja elaborado como texto científico derivado de estudos e conhecimentos relevantes ou inovadores, que seja apresentado segundo as normas e diretrizes de periódico cadastrado na plataforma Qualis Capes, classificado com status A4 ou equivalente, sendo o estudante o autor principal da publicação.

Além dessas modalidades, oferece-se também TCCs na modalidade de produtos em desenvolvimento para tecnologias sociais, educacionais, ou ambientais. Produtos, estes, que envolvem a atuação do campo profissional do geógrafo bacharel ou do geógrafo licenciado e a

resolução de problemas concretos e vinculados às suas realidades profissionais. Em geral, essa modalidade pode apresentar as seguintes características:

I. Analítico-científico: associado ao desenvolvimento de indicadores, índices, algoritmos, instrumentos, equipamentos, hardwares e softwares que auxiliem na tomada de decisão política, ou tratamento da informação geográfica, destinada a diversos fins, incluindo fins educacionais;

II. Político-legislativos: pertinente à proposta que possa subsidiar a aplicação ou elaboração de políticas públicas. No curso de Geografia Bacharelado, como por exemplo, citam-se: indicação de zoneamentos e/ou regionalizações, intervenção urbana, rural ou territorial, projetos de recuperação de áreas degradadas e planos de proteção ambiental ou de defesa civil, etc). Já, no curso de Licenciatura, tem-se a elaboração de políticas públicas voltadas à educação e ao ensino de Geografia, projetos político pedagógicos, diretrizes educacionais, para as diversas modalidades em âmbito institucional, municipal, estadual e federal, etc;

III. Audiovisual: relativo ao desenvolvimento de documentários (curta ou longa metragens) com temas e questões que possam ser utilizados para sensibilização, comunicação, disseminação e divulgação do conhecimento geográfico e da educação geográfica.

O TCC será apresentado pelo estudante perante banca examinadora composta pelo orientador e por, pelo menos, dois membros, que avaliarão o trabalho escrito e a apresentação oral na defesa pública, de acordo com a contribuição do tema na área de formação e atuação profissional futura, coerência, objetivos, teorias, conceitos, procedimentos, resultados e conclusões, no escopo de um trabalho científico; clareza, objetividade e segurança na argumentação durante a defesa pública; qualidade da discussão e domínio da linguagem formal, técnica, acadêmica e científica; e adequações às normas e padrões ABNT admitidas pela universidade.

4.11.1 Política de Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (BACHARELADO E LICENCIATURA)

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso, componente curricular indispensável para a integralização do currículo dos Cursos de Graduação em Geografia Bacharelado e Geografia Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Art. 2º O TCC compreende trabalho acadêmico individual, orientado por um docente que atua no Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

§ 1º Docentes de outros Departamentos e Instituições podem orientar os Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, desde que solicitados e justificados à Coordenação de TCC.

§ 2º O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos docentes à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da UFSC, para que conste no Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes (PAAD).

CAPÍTULO II

Da natureza do trabalho de conclusão de curso

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em atividades investigativas teóricas e/ou práticas, individual e orientada, relatada sob a forma de um trabalho acadêmico, em qualquer área do conhecimento geográfico e ou educacional.

§ 1º O TCC será desenvolvido no conjunto de atividades da disciplina indicada no Projeto Pedagógico dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura.

§ 2º A matrícula deverá respeitar as exigências estabelecidas pelos currículos dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura, bem como o calendário acadêmico estabelecido pela UFSC.

CAPÍTULO III

Dos objetivos, carga horária e competência

Art. 4º Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são:

§ 1º Proporcionar o desenvolvimento de atividades investigativas e práticas que sejam importantes e fundamentais na atuação profissional futura.

§ 2º Possibilitar o aprofundamento teórico-metodológico integrando o domínio conceitual e instrumental apreendidos ao longo do curso e nas atividades acadêmicas associadas.

§ 3º Propiciar experiências de produção textual escrita e oral de pesquisas e trabalhos científicos.

§ 4º Abrir possibilidades para continuação do estudo geográfico em outros níveis de formação (pós-graduação) e demais dimensões profissionais.

Art. 5º A Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso é eleita na forma do Regimento do Departamento de Geociências, dentre os docentes que atuam no Curso de Graduação em Geografia.

Parágrafo único - A carga horária atribuída à Coordenação é de até 6 horas semanais.

Art. 6º À Coordenação compete:

I – elaborar e divulgar, em meio digital e físico, e junto à Coordenadoria do curso, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma com o período de defesas, prazos de envio de versões para avaliação à banca, datas para submissão da versão final no Repositório Institucional da Biblioteca Universitária.

II – atender aos estudantes matriculados na disciplina atinente ao TCC;

III – convocar, sempre que necessário, reuniões com os orientadores e estudantes matriculados na disciplina de TCC;

IV – manter, na Coordenadoria, arquivo atualizado com os projetos em desenvolvimento;

V – homologar as bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

VI – assegurar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;

VII – providenciar que os estudantes façam o encaminhamento ao *Repositório da UFSC* (conforme normativa vigente) das monografias aprovadas, após as defesas e devidas correções;

Parágrafo único - A conferência no Repositório UFSC é feita pela Coordenação de Curso, conforme Resolução da UFSC.

CAPÍTULO IV

Da estrutura do trabalho de conclusão de curso e orientação

Art. 7º Cabe ao estudante a decisão e a escolha do docente orientador de seu projeto de pesquisa devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração os prazos estabelecidos para a entrega do projeto de monografia.

§ 1º Ao assinar o projeto de monografia o docente está aceitando a orientação.

Art. 8º Cada docente pode orientar, no máximo, 6 (seis) estudantes por semestre.

Parágrafo único - A carga horária semanal, por estudante, destinada à orientação do TCC, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Atividades do Departamento, obedece às normas específicas em vigor na UFSC.

Art. 9º A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do docente substituído.

Parágrafo único - É da competência da Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso a solução de casos especiais, podendo, se entender necessário, encaminhá-los para análise pelos Colegiados dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura.

Art. 10º O docente orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

§ 1º Orientar o estudante no seu processo de elaboração do trabalho de pesquisa no escopo da ciência geográfica.

§ 2º Estabelecer junto ao orientando um plano semestral de trabalho e um cronograma de reuniões.

§ 3º Informar semestralmente à Coordenação a situação dos estudantes em relação ao desempenho, rendimento e êxito das atividades acadêmicas.

§ 4º Encaminhar, um mês antes do prazo final destinado à defesa do TCC, a composição da banca examinadora, a data, o horário e o local de realização.

§ 5º Indicar que a versão final do trabalho deve ser submetida ao Sistema de Bibliotecas da UFSC, após a defesa e eventual correção.

Art. 11º A responsabilidade pela elaboração da monografia é integralmente do estudante, o que não exime o docente orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 12º Considera-se estudante em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, aquele regularmente matriculado na disciplina respectiva, pertencente ao currículo do Curso de Graduação em Geografia Bacharelado ou do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura.

Art. 13º O estudante em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

§ 1º Respeitar os prazos e as normas para inscrição de suas propostas de investigação junto à Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

§ 2º Contatar formalmente um docente para indicação de orientação.

§ 3º Elaborar um projeto com aval do orientador.

§ 4º Entregar uma versão assinada pelo orientador do projeto à Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso no início do período letivo da disciplina.

§ 5º Frequentar as reuniões e encontros estabelecidos por seu orientador conforme cronograma e plano de trabalho.

§ 6º Cumprir o cronograma divulgado pela Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

§ 7º Assistir pelo menos duas (2) defesas públicas de trabalhos acadêmicos antes de marcar a sua própria apresentação.

§ 8º Elaborar a versão final do TCC de acordo com o presente Regulamento e instruções de seu orientador.

§ 9º Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender seu trabalho.

§ 10º Preparar, após a defesa e correções, o documento final para o Repositório Institucional.

Parágrafo único - A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos conforme legislação vigente na UFSC e, quando pertinente, estabelecidos nas normas da ABNT.

Art. 14º O Trabalho de Conclusão de Curso deve conter no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 3º deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área da Geografia e ou da educação.

CAPÍTULO V

Da apresentação, bancas, entrega e notas

Art. 15º O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser apresentado pelo estudante perante banca examinadora composta pelo orientador, que a preside, e por, pelo menos, dois membros com as seguintes qualificações: docentes do curso de Geografia (efetivos, substitutos, aposentados), estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, professores de outros Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação em áreas afins da UFSC ou profissionais de nível superior que exerçam atividades ligadas ao tema.

Art. 16º Os participantes das bancas receberão portaria expedida pela Coordenação dos Cursos de Geografia Licenciatura ou Bacharelado.

§ 1º Poderá, em situações excepcionais, haver a transmissão da defesa e participação da banca à distância (sistema de áudio e vídeo em tempo real).

§ 2º Ficará a cargo do estudante em conjunto com a Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso providenciar a infraestrutura necessária para a realização da defesa a distância.

§ 3º Em caso de problemas técnicos que impossibilitem a realização da defesa a distância deverá ser remarcada em novo dia e horário, sem prejuízo ao estudante.

Art. 17º As sessões de defesa das monografias são públicas.

§ 1º Quando a monografia for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo orientador, Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e pela Coordenação de Curso.

§ 2º Comprovada a existência de motivo justificado e a anuência do orientador, pode ser atribuído, a requerimento do estudante, a Menção I, ficando, nesse caso, a defesa adiada para o semestre seguinte, conforme previsão do cronograma de defesas.

§ 3º Não será admitido um segundo atraso ou a manutenção da Menção I, por período superior a um semestre, situações nas quais será atribuída nota "0" (zero) na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 18º Na defesa, o estudante tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora, até 20 (vinte) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o estudante de 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 19º A avaliação por parte da banca examinadora deverá contemplar o trabalho escrito e a apresentação oral na defesa pública, de acordo com os seguintes itens:

- I - contribuição do tema na área de formação e atuação profissional futura;
- II – coerência entre questões, objetivos, teorias, conceitos, procedimentos, resultados e conclusões;
- III - clareza, objetividade e segurança na argumentação durante a defesa pública;
- IV – qualidade da discussão e domínio da linguagem formal, técnica, acadêmica e científica;
- V – adequações às normas e padrões ABNT admitidas pela universidade;

Art. 20º A nota final do estudante é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. Para aprovação, o estudante deve obter nota igual ou superior a 6 (seis) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora e receber nota igual ou superior a 6 (seis) dos 2 (dois) membros dessa banca que não tiverem participado de sua orientação.

Art. 21º A banca examinadora, após a apresentação, pode sugerir ao estudante que reformule aspectos de seu trabalho, inclusive o título.

Art. 22º O estudante que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso finalizado, ou que não se apresentar para a sua defesa sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão do Curso.

Art. 23º A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora e pela Coordenação dos Cursos de Geografia Licenciatura ou Bacharelado, deve ser registrada em *Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso*, ao final da sessão de defesa.

Parágrafo único - Compete ao Colegiado dos Cursos de Geografia Licenciatura ou Bacharelado, analisar os recursos das avaliações.

Art. 24º Não há recuperação da nota atribuída ao Trabalho de Conclusão do Curso, sendo a reprovação na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º Se reprovado, fica a critério do estudante continuar ou não com o mesmo tema de TCC e com o mesmo orientador.

Art. 25º Ao estudante matriculado na disciplina atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso, cujo trabalho haja sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo trabalho no semestre da reprovação, qualquer que seja a alegação.

Art. 26º Para conclusão da disciplina, o estudante deve atender às recomendações apresentadas na Ata de Defesa, compondo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso, que deve ser revista pelo orientador e então ser entregue à Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, até dois dias antes da publicação das notas finais, de acordo com o Calendário Escolar da UFSC.

Art. 27º As defesas acontecerão como atividades semestrais, programadas pela coordenação de curso. Nessa atividade os estudantes do curso são convidados a assistir as defesas, ficando a Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso responsável por fazer as listas de presença.

Art. 28º Os custos para elaboração do trabalho ficarão a cargo do estudante.

Art. 29º A versão definitiva deve atender a Resolução Normativa nº 126/2019/Cun, de 28 de maio de 2019, com entrega do formato digital (PDF/A), via depósito no Repositório Institucional da UFSC (RI/UFSC), sob responsabilidade das Coordenações dos Cursos de Graduação.

Art. 30º Os casos omissos serão apreciados pela Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, e pela Coordenação dos Curso de Geografia Licenciatura ou Bacharelado e demais instâncias.

Art. 31º Este Regulamento entra em vigor a partir da aprovação nas instâncias da UFSC, revogando-se todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito dos Cursos de Graduação em Geografia.

4.12 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

A formação socioespacial brasileira exige uma interpretação mediada pelo Estado, demandas da população na sua diversidade social, étnico-racial e regional. O Curso de Geografia assume parte desse processo garantindo o debate dos posicionamentos, recomendações, ordenamentos e determinações a partir da educação das relações étnico-raciais - EREER em educação geográfica antirracista.

Neste caso, assume-se inicialmente a relevância jurídica e institucional requerida pelas Leis Federais 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008a) que introduziram as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Interpreta-se que as demandas das leis federais no Curso de Geografia seguem também o conjunto de orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE), sobretudo a partir do Parecer 03/2004, de 10 de março (BRASIL, 2004a) e a Resolução do 01/2004 de 01 de junho (BRASIL, 2004b), que versam sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, e o Plano nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, publicada em 2004 (BRASIL, 2004c), mas só homologada em 2009.

Neste sentido, entende-se que a educação geográfica antirracista é um processo educativo crítico, orientado e posicionado que combina propósitos firmes da Educação das Relações Étnico-Raciais e de abordagens educacionais críticas e cidadã racialmente referenciadas. A finalidade pode ser definida pela transformação social com mudanças nas práticas espaciais, das relações entre pessoas e seus lugares, já que em sua particularidade é evidenciada pela valorização da diferença e do direito na promoção de promover processos de combate ao racismo e a discriminação racial.

Neste sentido, ao passo que a geografia indica caminhos que promovem conexões com outras disciplinas, saberes, práticas, e interage com educacionais, uma educação geográfica antirracista deve manter-se sob um conhecimento próprio e específico, mas que pode ser organizado e reposicionado a partir das ordens espaciais da racialização e práticas espaciais racializadas.

De forma transversal, as disciplinas que abordam esses conhecimentos contemplam: Geografia da População, Geografia do Desenvolvimento Histórico, Cartografia Escolar, e População, Risco e Políticas da Espacialidade (optativa). Essas dão ênfase ao debate sobre indicadores da desigualdade étnico-racial na sociedade brasileira, o combate ao racismo com pauta das questões políticas contemporâneas e conhecimentos etnográficos na representação do mundo.

4.13 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM DIREITOS HUMANOS

A Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (BRASIL, 2012c) estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. De acordo com o Artigo 2 desta Resolução, os Direitos Humanos são internacionalmente reconhecidos como um “conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais”, individuais, coletivos, transindividuais ou difusos e referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. A educação em Direitos Humanos, por sua vez, tem como objetivo promover a educação para a mudança e a transformação social, é componente curricular obrigatório e deve orientar a formação de todos os profissionais em educação.

Ainda de acordo com o referido artigo, “aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais”, considerando os seguintes princípios:

I - Dignidade humana;

II - Igualdade de direitos;

- III - Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - Laicidade do Estado;
- V - Democracia na educação;
- VI - Transversalidade, vivência e globalidade;
- VII - Sustentabilidade socioambiental.

De forma transversal, as seguintes disciplinas abordam conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos no curso de Geografia: Geografia da População, Geografia do Desenvolvimento Histórico, Planejamento Urbano, Cidades e Políticas Públicas (optativa), População, Risco e Políticas da Espacialidade (optativa).

Por meio desse conjunto de disciplinas, o curso de Geografia busca dar ênfase à dimensão espacial dos Direitos Humanos, bem como à interpretação destes partindo de conflitos socioespaciais, socioambientais e ou territoriais nas diversas escalas, uma vez que esta dimensão tem sido historicamente utilizada para retirar direitos ou impedir o acesso a estes, sobretudo para grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Trata-se, portanto, de uma estratégia pedagógica para a qual o reconhecimento crítico e avaliativo dos processos espaciais torna-se um dos componentes centrais para identificar suas implicações em espaços urbanos e rurais, sejam estes oriundos dos sistemas de opressão (pobreza, exclusão, machismo, racismo, capacitismo, xenofobia, LGBTBfobia etc.) ou interpretadas a partir da desigualdade, segregação, marginalização, periferização, favelização e vulnerabilidade.

A UFSC, através do Programa de Formação Continuada (PROFOR) promove curso preparatório para o ingresso de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e portadoras de visto humanitário na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Podem participar servidores(as) docentes e técnicos(as)-administrativos da instituição. E em 2022, a Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) promoveu processo seletivo especial para o ingresso de pessoas refugiadas em cursos de graduação da UFSC, foram oferecidas e preenchidas dez vagas, com aprovação de cinco venezuelanos, quatro haitianos e um candidato da Guiné-Bissau.

4.14 EDUCAÇÃO ACADÊMICA GEOGRÁFICA PARA TODOS

A educação para todos com deficiência ou não foi um processo histórico de conquistas sociais e políticas, visando garantir os direitos igualitários de acesso a metodologias de ensino inclusivas, aprendizagens efetivas e ambientes acessíveis. No caso específico das pessoas com deficiência ou com qualquer outra lesão, os primeiros documentos que começavam a elucidar a necessidade de uma inclusão educacional surge com o professor português Manuel de Andrade Figueiredo, na sua obra “Nova escola para aprender a ler, escrever e contar” de 1722. Esta referência faz uma observação quanto às especificidades de cada estudante no ritmo de aprendizagem, principalmente os com deficiência intelectual (FIGUEIREDO, 2021). Esta referência influenciou os professores da época, principalmente os jesuítas na catequização e educação do Brasil.

Bem mais tarde, em 1961, surge a Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro (BRASIL, 1961), que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional; em 1973, o Decreto nº 72.425,

que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), este Decreto foi revogado pelo Decreto s/nº, de 25.04.1991 (BRASIL, 1991), e finalmente em 1988 a Constituição Federal (BRASIL, 1988), desta os artigos 205, 206 e 208 que define o acesso e permanência dos estudantes com deficiência na educação brasileira. Dando concretude a evolução da educação brasileira, tem-se também a:

- a) Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b), a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001d), que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; e os Decretos nº 5.296, de 2 de dezembro 2004 (BRASIL, 2004d); nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009c); e nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011a);
- b) Decreto nº7612, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011b) que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite;
- c) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de (BRASIL, 2014b);
- d) Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b), conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão, que trata das diretrizes garantindo a inclusão de todas as pessoas com deficiência no ambiente educacional, promovendo as mesmas condições no exercício da sua cidadania, inclusão social e, destacando a educação como balizador para esse propósito. O art. 27 da referida lei, assegura o acesso e aprendizado das pessoas com deficiência a todos os níveis educacionais, para toda a vida, com garantias de desenvolvimento das suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, conforme suas características, interesses e necessidades cognitivas e de aprendizagem.

A “Declaração de Salamanca”, editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1994 (BRASIL, 2004b), com o slogan “Escola para todos”, reforça a inclusão das pessoas com deficiência em todas as unidades e níveis educacionais, até a sua formação.

Também a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2008), no qual o Brasil é signatário e incorpora como emenda constitucional no Art. 5º, § 3º da Constituição Brasileira, trazendo em seu texto a necessidade da eliminação de barreiras para plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. A CDPD tem o propósito de assegurar a todas as pessoas com deficiência proteção e dignidade humana de forma equitativa (MELLO, 2018; MARQUES, 2019).

A UFSC no seu contexto histórico para acessibilidade estudantil, contabiliza a entrada de estudantes que se autodeclararam com deficiência desde 2014, conforme os dados da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) (UFSC, 2022j), vinculada a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) (UFSC, 2022k) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em 2011 o Curso de Graduação em Geografia recebeu a primeira estudante com deficiência visual. E como propósito do curso é garantir a educação e promover o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes para atuação como profissional da ciência geográfica, houve uma busca por orientação pedagógica, psicológica, acompanhamento, construção e adaptação dos recursos didáticos e avaliativos do desempenho da aprendizagem da estudante. A primeira ação foi a definição de uma tutoria, para acompanhar o processo de

formação da estudante durante quatro a cinco anos até a formação. Em seguida, a tutoria entrou em contato com os profissionais da CAE, que orientam e destinam bolsistas assistentes para acompanhar e auxiliar a aluna DV em todas as aulas e atividades. Buscou-se também o Ambiente de Acessibilidade Informacional - AAI (UFSC, 2022I), que disponibiliza as informações em formatos acessíveis, onde foram enviados os textos dos professores para serem digitalizados e transformados em áudio. E para a confecção dos outros recursos didáticos geográficos como esquemas, gráficos, desenhos específicos, mapas e maquetes geográficas táteis e modelagem em 3D de imagens geográficas, ficou a cargo do Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar (LabTATE).

O LabTATE desde 2001 procura atender às demandas pedagógicas da cartografia escolar e tátil no âmbito da Ciência Geográfica, possuindo equipamentos e instrumental para pesquisa e desenvolvimento de recursos didáticos tradicionais e táteis. Em todo processo de produção dos recursos didáticos permitiu a elaboração e implementação da “Metodologia LabTATE” que tem por objetivo desenvolver recursos didáticos visuais e táteis para educação geográfica e cartográfica (LOCH, 2008, NASCIMENTO; HOFFMANN; MARCOLINO, 2016, NASCIMENTO, 2019).

O movimento de inclusão educacional é um processo contínuo que visa permitir a aprendizagem efetiva de todos os estudantes sem e com deficiência, no qual o currículo não pode negligenciar esta realidade. Diante esta demanda, será necessário um “Protocolo”, com um conjunto de regras a serem seguidas através de um ato oficial, com base no Modelo Social de Deficiência conforme preconiza Colin Barnes (DINIZ, 2013), afirmando que as pessoas que possuem lesões ou ausência de um órgão, tem apenas impedimentos; e não necessariamente possui deficiências. A deficiência é algo imposto pelo ambiente ou por uma sociedade insensível.

A educação deve focar em dar eficiência às metodologias de ensino inclusivas, ambientes acessíveis e um corpo docente consciente e preparado. Nesse sentido o protocolo inicia de forma administrativa e gerencial, organizando imediatamente a acessibilidade do ambiente acadêmico, acolhimento afetivo e tutoria, metodologias teórico-práticas inclusivas, formação continuada para os professores, orientação dos colegas estudantes, acompanhamento e apoio pedagógico para garantir a aprendizagem, elaboração de recursos didáticos adaptados ao tipo de deficiência, análise e acompanhamento dos processos avaliativos.

Essas ações poderão garantir aos estudantes com deficiência acesso ao ambiente acadêmico e conclusão do curso superior, como destaca o capítulo IV “Do Direito à Educação” da Lei nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015b), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

PARTE III – ENSINO E APRENDIZAGEM

5. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

5.1 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Os cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, adotam diferentes metodologias ao longo do processo formativo, notadamente buscando a reflexão crítica na construção de conhecimento, seja pelos debates teóricos, seja pela experimentação em atividades de laboratório e em aulas práticas de campo. Além disso, muitas das disciplinas obrigatórias do curso realizam práticas de observação, delimitação, descrição, análise e críticas sobre a realidade que só são possíveis em campo (VENTURI, 2011).

Essas experiências ocorrem nos mais diversos ambientes educacionais e em diferentes territórios, a fim de constituir nos estudantes experimentos sobre a diversidade do espaço geográfico bem como a compreensão da complexidade dos espaços educacionais.

Importante destacar que não há uma metodologia única para todas as disciplinas, visto que há diferenças fundamentais nas áreas de conhecimento que estruturam a ciência e a educação geográfica. As metodologias de ensino utilizadas pelos docentes caracterizam-se pela liberdade de pensamento e aprimoramento teórico e técnico dos discentes. Essa diversidade metodológica tem elos básicos e conceituais que são comuns a ciência e a educação geográfica. Assim, os docentes têm utilizado propostas metodológicas baseadas em problemas, apresentação de seminários, escrita de artigos científicos, roteiros didáticos, construção de materiais pedagógicos para o ensino de geografia e provas dissertativas.

Ao mesmo tempo, o curso tem buscado formar profissionais bacharéis e licenciados em Geografia com conhecimento científico e técnico na busca de referenciais na própria natureza, como espaço primordial de interações e alterações da sociedade.

No curso de Geografia Licenciatura, além de práticas em laboratórios de pesquisa, as práticas pedagógicas envolvem a confecção de materiais e recursos didático pedagógicos, planejamentos de ensino e sequências didáticas.

Essas atividades são consideradas fundamentais nos processos de aprendizagem da Geografia, em qualquer nível de ensino, e está organizada teoricamente em todo o histórico de desenvolvimento da disciplina (SERPA, 2006; KAYSER, 2006, LACOSTE, 2006).

Apesar das diferentes formações dos docentes, as metodologias de ensino mais utilizadas têm sido aulas expositivas teóricas e dialogadas com apresentação de conceitos e metodologias, discussões em grupo, seminários, estudos dirigidos, estudos de caso, aulas práticas de campo, práticas em laboratórios etc.

Os cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado preveem que os componentes curriculares sejam divididos entre atividades teóricas e práticas, como apresentadas nesse PPC. As atividades práticas são executadas através de: aulas práticas de campo, incluindo viagens de estudo, com posterior tratamento de dados coletados e aprendidos na atividade; análise de dados, informações e amostras em atividades práticas de laboratório; realização de levantamentos em base de dados primários e secundários descritos por técnicas escolhidos pelos docentes, de forma a permitir aos discentes capacidades de aprendizagem integrada dos fenômenos geográficos.

O NDE e a Coordenação de Curso de Graduação em Geografia não impõem em nenhum momento qualquer tipo de obrigação da utilização de uma determinada metodologia de ensino

e aprendizagem, pelo contrário, reafirma a necessidade dos docentes em tratar de métodos e técnicas de ensino dentro do contexto de suas disciplinas e buscando a melhor forma para o ensino do conhecimento geográfico.

5.2 AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Como instituição pública, a Universidade é submetida a avaliação, de curso e de desempenho dos estudantes e atende a Lei Federal 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (BRASIL, 2004e), enquanto que na UFSC há a Comissão Própria de Avaliação (CPA) (UFSC, 2020m), que realiza avaliações periódicas com a participação de toda a comunidade acadêmica através da aplicação de Instrumentos de Avaliação de Curso e Avaliação Institucional.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior determina que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de condução dos processos internos de avaliação e de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Inep/MEC.

A CPA (UFSC) foi então instituída pela portaria n.º 453/GR/2004, de 02 de julho de 2004. Após a concepção e aprovação do seu regimento interno pelo Conselho Universitário por meio da Resolução nº 013/CUn, de 07 de junho de 2005 (UFSC, 2005), a Comissão inaugurou suas atividades com a elaboração do Programa de Autoavaliação Institucional (PAAI), obedecendo às orientações e aos princípios do SINAES.

O Plano de Avaliação da UFSC contempla a avaliação como um processo contínuo e dinâmico, com a participação dos diversos segmentos da Universidade, estudantes de graduação e de pós-graduação, servidores técnico-administrativos, professores e gestores, e representantes da sociedade civil organizada. Esse Plano tem como objetivo geral planejar os processos de avaliação interna: a autoavaliação institucional, com base nos princípios do SINAES e a avaliação de curso. Mais especificamente, o Plano busca:

- Promover ações de sensibilização para a efetiva participação de toda a comunidade no processo de autoavaliação;
- Identificar as potencialidades e as fragilidades da Instituição;
- Socializar as informações para subsidiar a tomada de decisão nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Propor ações visando à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Desenvolver um processo contínuo de autoavaliação na UFSC, com periodicidade determinada, contando com o envolvimento do corpo discente por diversos meios, inclusive a internet;
- Estabelecer mecanismos para que os resultados dos processos avaliativos se convertam em ações concretas com base nas questões detectadas nas avaliações;
- Utilizar as autoavaliações e as avaliações externas como base nos processos de aperfeiçoamento das políticas e diretrizes institucionais;

- Instituir Núcleos de Apoio à Avaliação nos campi;
- Criar mecanismos de retroalimentação e revisão constante do processo avaliativo;
- Integrar os resultados da avaliação do EaD – UAB, respeitadas as suas especificidades;
- Envolver no processo de avaliação as múltiplas unidades institucionais (Reitoria, Direção de Centros, Coordenadorias de Cursos, Departamentos de Ensino e Departamentos Acadêmicos) na operacionalização da avaliação, sobretudo, na sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da avaliação;
- Aprimorar os mecanismos de coleta de dados e tratamento das informações institucionais.

A Comissão Própria de Avaliação (UFSC, 2020m) zelará pelo cumprimento das ações previstas no Plano de Avaliação, bem como assegurará que:

- Seja realizada a avaliação periódica, objetivando a melhoria permanente no processo avaliativo e criando uma cultura avaliativa;
- A avaliação ocorra em todos os níveis institucionais, tanto na sede quanto nos campi;
- Sejam transparentes o processo avaliativo e a divulgação de seus resultados, possibilitando a todos os interessados o acesso aos relatórios produzidos pela CPA;
- Sejam criados mecanismos de retroalimentação e revisão constante do processo avaliativo, tanto na esfera acadêmica, quanto administrativa, para que a autoavaliação não tenha um fim em si mesma, sendo utilizada como mecanismo de análise de desempenho e de construção de ações efetivas de aprimoramento, correção e revisão de práticas instituídas;
- Seja elaborado um planejamento anual sobre as ações de avaliação a serem desenvolvidas.

A CPA, enquanto coordenadora dos processos de avaliação interna (institucional e de curso), pode e deve contribuir efetivamente para a excelência da UFSC, visando à melhoria contínua das dimensões do ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é constituído por três vertentes: avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), avaliação de cursos e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes (ENADE); as quais são realizadas por meio da coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e da operacionalização das atividades pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Essas vertentes representam as avaliações externas e possuem como finalidade a busca pelo aperfeiçoamento da qualidade do ensino superior, a expansão da sua oferta, o aumento da eficácia institucional assim como da efetividade acadêmica e a promoção cada vez maior das responsabilidades sociais das IES.

Por outro lado, as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) são responsáveis pelas avaliações internas – a autoavaliação institucional primordialmente e, no caso da UFSC, a avaliação de curso – também pautadas pelas orientações do SINAES, porém devem considerar o perfil de cada instituição quando colocadas em prática.

Tanto as avaliações externas quanto as internas somente atingem seus objetivos quando concebidas como ferramentas de gestão e de aperfeiçoamento institucional e precisam estar vinculadas a um planejamento capaz de trazer os elementos essenciais para a realização dos processos avaliativos.

Por essas razões, o Plano de Avaliação Institucional de 2021 da UFSC, traz as seguintes etapas para o desenvolvimento dos processos avaliativos: sensibilização da comunidade universitária, concepção dos instrumentos de avaliação, coleta e sistematização de dados, análise e diagnóstico da realidade institucional, divulgação dos resultados, demanda na proposição de ações, além da meta-avaliação.

Além de conter essas fases especificadas individualmente, o Plano ainda apresenta o cronograma de atividades. Com o planejamento definido, a CPA deve executar e interferir quando necessário para cada vez mais aprimorar os processos avaliativos na instituição, importantes ferramentas para a gestão da Universidade.

Além das avaliações institucionais, cabe à Coordenação de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante desenvolver e estabelecer avaliações regulares anuais do currículo do curso de Geografia, bem como desenvolver pesquisa com egressos.

5.3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Nos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado os processos de avaliação ocorrem conforme ementas e objetivos estruturados nos programas das disciplinas, o que exige, diferentes instrumentos de avaliação. Ao mesmo tempo, todas as disciplinas atuam em ter características formativas de acompanhamento e auxiliadora, como previsto na Resolução 017/Cun/97/UFSC (UFSC, 2017).

No curso de Geografia Licenciatura, a avaliação é entendida como um processo contínuo e dinâmico ocorrendo com base nos princípios presentes no plano de avaliação institucional. A avaliação é importante processo pedagógico para validar as atividades didáticas, em especial na verificação do processo de aprendizagem. O docente compreende o desenvolvimento do estudante, em sua evolução formativa, a partir do conhecimento articulado. Ao mesmo tempo, a avaliação é diagnóstica também ao docente, que reavalia suas práticas pedagógicas. Assim, a avaliação analisa a relação entre os objetivos e os resultados alcançados, tornando possível tomar as devidas providências para os ajustes entre as estratégias utilizadas e os objetivos propostos.

Os professores são responsáveis pelos objetivos em cada disciplina, portanto também pelo alcance dos estudantes a esses objetivos durante o período letivo, por meio dos instrumentos de avaliação o docente acompanha a compreensão do estudante dos exercícios, relatórios, atividades avaliativas, provas, seminários, *papers*, trabalhos monográficos etc.

A avaliação está especificada em todos os programas das disciplinas, em conformidade com as indicações do NDE de Geografia e da aprovação do Colegiado do Curso de Geografia, em especial de acordo com as normas do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC, que está na Resolução 017/Cun/97/UFSC (UFSC, 1997), em especial no Art. 69, § 6º “O aproveitamento nos estudos será verificado, em cada disciplina, pelo desempenho do aluno,

frente aos objetivos propostos no plano de ensino”. Também o Art.70 indica “A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no plano de ensino”, especificando no 2º parágrafo que “

O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco) terá direito a uma nova avaliação no final do semestre, exceto nas disciplinas que envolvam Estágio Curricular, Prática de Ensino e Trabalho de Conclusão do Curso ou equivalente, ou disciplinas de caráter prático que envolvam atividades de laboratório ou clínica definidas pelo Departamento e homologados pelo Colegiado de Curso, para as quais a possibilidade de nova avaliação ficará a critério do respectivo Colegiado do Curso.

Cabe ao NDE de Geografia a responsabilidade de avaliar semestralmente os programas das disciplinas, com as indicações claras dos planos de ensino e seus processos avaliativos. Assim como, cabe ao NDE indicar à coordenação de curso a necessidade de esclarecimentos e formação continuada aos docentes sobre formas e processos avaliativos, quando necessários.

5.4 ATENDIMENTO E APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

A Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP) (UFSC, 2022n) da Pró-Reitoria de Graduação, considera que os processos de ensino-aprendizagem são fundamentalmente processos de formação humana, implicando em relações multidimensionais complexas que envolvem os sujeitos sociais, promove ações de ensino-aprendizagem, tendo como eixo o acompanhamento pedagógico de discentes e o assessoramento de docentes, neste último caso, por meio do Programa de Formação Continuada – PROFOR (UFSC, 2022o)

O Programa de Monitoria e o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes – PIAPE (UFSC, 2022p) são oferecidos a todos os estudantes da graduação, de forma universal, a partir do seu ingresso na UFSC, visando contribuir com a permanência e a igualdade de condições de aprendizagem. Têm como principais objetivos:

- Desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a qualidade dos processos de formação dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC, proporcionando-lhes condições pedagógicas que atendam às suas necessidades de aprendizagem;
- Proporcionar acompanhamento, em grupo ou individualizado, aos estudantes que necessitam de apoio na aprendizagem dos conteúdos vinculados tanto às disciplinas teóricas quanto práticas, contribuindo para que obtenham um melhor desempenho acadêmico;
- Promover ações de acompanhamento e de orientação aos estudantes com relação ao seu percurso acadêmico, em especial no que se refere à permanência ou à reopção do curso de graduação;
- Contribuir para redução dos índices de reprovação e evasão nos diversos cursos da Graduação;

- Desenvolver ações específicas de acolhimento aos estudantes ingressantes, proporcionando-lhes espaços de formação sobre organização dos estudos e sobre os recursos disponíveis na
- Universidade, visando ao bom desenvolvimento do seu processo de formação.

O Programa de Formação Continuada (PROFOR) tem por objetivo:

- Identificar continuamente as necessidades de formação continuada dos(as) docentes da UFSC;
- Possibilitar a ambientação e a integração dos Docentes Ingressantes na Universidade Federal de Santa Catarina;
- Promover a formação didático-pedagógica por meio de atividades diversas;
- Capacitar os(as) docentes em atividades de gestão universitária;
- Desenvolver, em articulação com o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, atividades de assessoramento e capacitação didático-pedagógica a partir das demandas discentes;
- Fomentar o debate sobre culturas e perspectivas epistemológicas, incidindo na compreensão de currículo e de práticas de ensinar e aprender;
- Refletir sobre processos avaliativos e o conceito de qualidade da educação superior e de nível básico, bem como currículos escolares e universitários e práticas de ensinar e aprender que deveriam implementar;
- Estabelecer-se como referência para o acompanhamento, atualização e reflexão sobre as legislações educacionais;
- Fomentar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade do processo de ensino e consequente aprimoramento do mesmo;
- Contribuir para a ampliação e fortalecimento de ações de transformação, democratização e inclusão no campo do ensino básico e superior;
- Colaborar no processo de reflexão sobre evasão e reprovação escolar e universitária;

Os atendimentos de orientação pedagógica no PIAPE têm como objetivos auxiliar o estudante a organizar sua vida acadêmica e a desenvolver rotinas e métodos de estudos, visando apoio para a aprendizagem. Os encontros individualizados são semanais ou quinzenais, com duração de 1 (uma) hora, e são efetuados por tutor da área de Pedagogia ou Psicologia. O público-alvo são estudantes da graduação da UFSC.

PARTE IV– ESTRUTURA E CORPO DOCENTE

6. ORGANIZAÇÃO DO CURSO E CORPO DOCENTE

6.1. COORDENAÇÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Graduação em Geografia atende às duas habilitações, Bacharelado e a Licenciatura. Conforme a Resolução Normativa N° 018/Cun/2004, de 30 de novembro de 2004 (UFSC, 2004) deve ser conduzida por dois docentes, o Coordenador e o Subcoordenador do Curso, que são eleitos, na forma estabelecida pelo Regimento da UFSC.

Poderão se candidatar às funções de Coordenador e Subcoordenador de Curso os professores integrantes da carreira do magistério superior que ministram aulas no mesmo, desde que:

I - tenham mais de três anos de efetivo exercício na Universidade;

II – estejam lotados em Departamentos da(s) Unidade(s) Universitária(a) à qual(ias) o Curso está vinculado e que sejam responsáveis por carga horária igual ou superior a 10% (dez por cento) do total necessário à integralização curricular.

A atual coordenação de curso foi nomeada pela Portaria n° 1.487 de 12 de setembro de 2021 (UFSC, 2021c), para um mandato de dois anos.

Segundo a Resolução Normativa N° 17/CUn/97, de 30 de setembro de 1997 (UFSC, 1997) e a Resolução Normativa N° 018/CUn/2004, de 30 de novembro de 2004 (UFSC, 2004), compete ao Coordenador de Curso, as seguintes atribuições:

- I Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II Representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- III Executar as deliberações do Colegiado;
- IV Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- V Decidir, ad referendum, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;
- VI Elaborar os horários de aula, ouvidos os Departamentos envolvidos;
- VII Orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do Curso;
- VIII Indicar ao DAE, ouvidos os Departamentos envolvidos, as disciplinas que serão oferecidas à matrícula em cada período letivo;
- IX Analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno;
- X Decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência;
- XI Decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares;
- XII Validar disciplinas cursadas em outras instituições, obedecida a legislação pertinente;
- XIII Verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes;

- XIV Decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade; XV. Promover a integração com os Departamentos;
- XV Instaurar processo disciplinar em razão de denúncias que envolvam integrante do corpo discente, observado o disposto neste Regulamento;
- XVI Coordenar as atividades teórico-metodológicas do projeto pedagógico do curso, em todas as suas modalidades;
- XVII Coordenar os processos de reestruturação e avaliação do currículo do curso;
- XVIII Propor as políticas de capacitação pedagógica e coordenar as suas ações;
- XIX atuar como interlocutor do Curso;
- XX Coordenar o levantamento bi-anual da inserção dos egressos do Curso no mercado de trabalho;
- XXI Promover a articulação com o Escritório de Assuntos Internacionais e a Central de Carreiras da PROGRAD, objetivando a participação de alunos em atividades afetas as respectivas áreas de competência;
- XXII Zelar pelo cumprimento e divulgação deste Regulamento junto aos alunos e professores do Curso;
- XXIII Delegar competência para execução de tarefas específicas;
- XXIV Superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso;
- XXV Exercer outras atribuições previstas em lei, neste Regulamento ou no Regimento do Curso.

6.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante é o responsável pela formulação, implementação, avaliação e pelo desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia, nas habilitações Bacharelado e Licenciatura, sendo de caráter consultivo, propositivo e executivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- i. elaborar o projeto pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- ii. estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- iii. avaliar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- iv. conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- v. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- vi. analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas e sua articulação com o projeto pedagógico do curso;
- vii. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.

A atuação do NDE, bem como a sua composição segue o estabelecido na Resolução nº1 do CONAES de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010b) e discriminado em regulamento próprio através da Portaria PROGRAD n.º 233, de 25 de agosto de 2010 (UFSC, 2010) que institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade e estabelece as normas de seu funcionamento.

6.3. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso de Geografia atende às duas habilitações, Bacharelado e Licenciatura. Está regulamentado pela Resolução N° 017/CUn/97, de 30/09/1997, a qual estabelece no art. 4º a constituição do Colegiado: (I) Presidente; (II) representantes dos Departamentos de Ensino, na proporção de 1 (um) para cada participação de Departamento igual a 10% (dez por cento) da carga horária total necessária à integralização do curso; (III) um representante docente indicado pela Unidade de Ensino, cujos Departamentos ofereçam disciplinas obrigatórias para o currículo do curso, mas que não atinjam a participação de 10% da carga horária total; (IV) representantes do corpo discente, na proporção igual à parte inteira do resultado obtido na divisão de número de não discentes por cinco; (V) - um ou mais representantes de associações, conselhos ou órgãos de classe regionais ou nacionais, que não tenham vinculação com a UFSC, mas relacionados com a atividade profissional do Curso, a critério do Colegiado, para um mandato de 2 (dois) anos;

O art. 3º desta resolução, apresenta o que compete ao colegiado do curso: (I) estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso; (II) elaborar o seu regimento interno; (III) elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações; (IV) analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias; (V) fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica; (VI) fixar o turno de funcionamento do curso; (VII) fixar normas quanto à matrícula e integralização do curso, respeitando o estabelecido pela Câmara de Ensino de Graduação; (VIII) - deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso; (IX) emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; (X) deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso; (XI) exercer as demais atribuições conferidas por lei, neste Regulamento ou Regimento do Curso

A composição do Colegiado de Curso tem validade de dois anos. Constitui-se de sete docentes do curso de Geografia (contando com o coordenador do curso); 1 (um) docente representando o Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED/CED), 1 (um) docente representando o Departamento de Metodologia de Ensino (MEN/CED) – ambos do Centro de Ciências da Educação. E 1 (um) Representante da Associação Catarinense de Geógrafos (ACG).

O colegiado efetua no mínimo duas reuniões ordinárias ao longo do semestre letivo, podendo efetuar reuniões extraordinárias quando convocadas pelo presidente do colegiado.

6.4. CORPO DE SERVIDORES DOCENTES

O corpo de servidores docentes do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura é formado por professores doutores com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão de acordo com a legislação, todos com Dedicação Exclusiva 40 horas. Para atender as disciplinas o corpo docente é composto por docentes dos seguintes departamentos de ensino da UFSC:

- Departamento de Geociências (GCN);
- Departamento de Informática e Estatística (INE);
- Departamento de Metodologia de Ensino (MEN);
- Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED);
- Departamento de Psicologia (PSI);
- Departamento de Libras (LSB).

As disciplinas específicas do curso de Geografia são ofertadas pelo Departamento de Geociências. A carga horária média, na graduação, é de 8 (oito) h/a. Os docentes possuem carga horária administrativa e atuam na chefia, coordenadorias, supervisões de laboratórios de ensino e de pesquisa, representações em órgãos colegiados do departamento ou do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH.

Na Tabela 8 estão listados os docentes dos Departamentos que atuam no Curso de Graduação em Geografia Licenciatura.

Tabela 8 - Docentes dos Departamentos que atuam na Licenciatura

Titulação	Docente	Departamento de Ensino
Doutor	Alaim Souza Neto	EED
Doutor	Aloysio Marthins de Araujo Junior	MEN
Doutor	Alberto Elvino Franke	GCN
Doutor	Carlos José Espindola	GCN
Doutor	Clécio Azevedo da Silva	GCN
Doutor	Daniel Galvão Veronez Parizoto	GCN
Doutor	Danilo Piccoli Neto	GCN
Doutor	Elson Manoel Pereira	GCN
Doutor	Erico Porto Filho	GCN
Doutor	Everton da Silva	GCN
Doutora	Fernanda de Araujo Machado	LSB

Doutor	Fernando Campos Mesquita	GNC
Doutor	Harrysson Luiz da Silva	GCN
Doutora	Janete Josina de Abreu	GCN
Doutor	Jose Messias Bastos	GCN
Doutora	Kalina Salaib Springer	MEN
Doutora	Leila Procópio Do Nascimento	MEN
Doutor	Lindberg Nascimento Junior	GCN
Doutor	Marcelo Accioly Teixeira de Oliveira	GCN
Doutor	Márcio Rogério Silveira	GCN
Doutor	Marcos Aurélio da Silva	GCN
Doutora	Maria Helena Lenzi	GCN
Doutora	Michele Monguilhott	GCN
Doutor	Nazareno José de Campos	GCN
Doutora	Neiva de Assis	PSI
Doutor	Orlando Ednei Ferretti	GCN
Doutor	Roberto Fabris Goerl	GCN
Doutora	Rosemy da Silva Nascimento	GCN
Doutor	Silvio Domingos Mendes Da Silva	MEN
Doutora	Thaise Dias Alves	EED

O processo para ingresso de docentes na UFSC está regulamentado pela Resolução Normativa nº 34/CUn/2013, de 17 de setembro de 2013 (UFSC, 2013), que estabelece as normas para o ingresso na carreira do magistério superior da Universidade Federal de Santa Catarina.

Formado por professores com ampla experiência na docência do magistério superior, o corpo docente é altamente capacitado, com atuação profissional em projetos com organizações públicas e privadas, o corpo docente é avaliado semestralmente pelos estudantes regularmente matriculados.

6.5. CORPO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (STAE)

Para atender às necessidades de apoio administrativo e acadêmica do curso de Geografia, o Departamento de Geociências tem alocado em secretarias, laboratórios e no planetário ao todo 11 técnico-administrativos em educação, concursados, com regime 40 horas semanais. São esses:

Dilton Mota Rufino - Auxiliar de Laboratório
Everton Pedebos Pittaluga - Técnico de Laboratório/Área Química
Helena Carolina Medeiros Valverde - Assistente em Administração
José Henrique Vilela - Desenhista Técnico Especializado
Maurício Silveira Mota - Assistente em Administração
Marcos Antônio Pires - Assistente em Administração
Marcio Antônio Nogueira Andrade - Engenheiro/Área
Paulo Ricardo Oliveira Goulart - Técnico de Laboratório/Área
Renata Costa Silvério - Assistente em Administração
Ricardo da Silva Pereira - Assistente em Administração

A Secretaria de Curso de Graduação em Geografia, nas habilitações Bacharelado e Licenciatura, conta com 2 (dois) servidores públicos, técnico-administrativos em educação, concursados com regime 40 horas, que atuam no espaço da secretaria, no regime de atendimento nos horários de funcionamento do(s) curso(s).

A Secretaria do Departamento de Geociências conta com 1 (um) servidor público, técnico-administrativo em educação, concursado com regime 40 horas, que atua no espaço da secretaria, no regime de atendimento no horário comercial.

A Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), conta com 2 (dois) servidores públicos, técnico-administrativos em educação, concursados com regime 40 horas, que atuam no espaço da secretaria, no regime de atendimento nos horários de funcionamento do(s) curso(s) de pós-graduação em Geografia.

A Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais (PPGDN) conta com 1 (um) servidor público, técnico-administrativo em educação, concursado com regime 40 horas, que atua no espaço da secretaria, no regime de atendimento no horário comercial.

7. INFRAESTRUTURA

7.1 INFRAESTRUTURA DAS INSTALAÇÕES

A Coordenação de Curso de Geografia e a Secretaria de Curso, nas habilitações Bacharelado e Licenciatura, está localizada no Prédio E/F do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 3º (terceiro) andar do Bloco E. Possui 2 (duas) salas, com 2 (dois) computadores (PCs), 3 (três) mesas para computadores, 1 (uma) mesa em L, 4 (quatro) cadeiras, 1 balcão de atendimento.

A Chefia do Departamento de Geociências e a Secretaria do Departamento, está localizada no Prédio E/F do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 3º (terceiro) andar do

Bloco E. Possui 2 (duas) salas, com 3 (três) computadores (PCs), 3 (três) mesas para computadores, 1 (uma) mesa em L, 4 (quatro) cadeiras, 1 balcão de atendimento.

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e a Secretaria do PPGG, está localizada no Prédio E/F do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 3º (terceiro) andar do Bloco E. Possui 2 (duas) salas, com 3 (três) computadores (PCs), 3 (três) mesas para computadores, 2 (duas) mesas em L, 5 (cinco) cadeiras, 1 balcão de atendimento.

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais (PPGDN) e a Secretaria do PPGDN, está localizada no Prédio E/F do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 3º (terceiro) andar do Bloco E. conta com uma sala que possui 2 (dois) computadores (PCs), 2 (mesas) mesas para computadores e 3 (três) cadeiras.

As salas de aula (Quadro 9) e auditórios (Quadro 10) disponíveis no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH/UFSC/Campus Florianópolis atendem às necessidades do Curso de Geografia, apresentando condições e recursos (Quadro 11) para comunicações adequadas às atividades a serem desenvolvidas, desta forma permitindo diferentes situações de ensino-aprendizagem.

Quadro 9 – Identificação do bloco de edifício e salas de aulas.

Identificação	Numeração	Quantitativo (unidade)
Salas de aulas ⁵ (Prédio B)	B301; B302;B303; B306;B307;B308;B309;B310;B311. B312;313;B314;B315;B316;B317;B318; B320;B321;B322;B323. B325;B326;B329;B330;B331;B332; B333;B334;B335.	29

Quadro 10 – Identificação de auditórios.

Identificação	Numeração	Quantitativo
Prédio B	Auditório – 120 lugares	120 lugares
	Miniauditório – 70 lugares	70 lugares
Prédio E/Anexo	Auditório	60 lugares
Prédio E/F	Auditório	60 lugares

Quadro 11 – Identificação dos Equipamentos disponíveis nas salas de aulas.

Identificação	Numeração	Quantitativo (unidade)
----------------------	------------------	-------------------------------

⁵ O Bloco B de salas de aulas atende a todos os cursos do CFH e dessas 11 salas estão atendendo o Curso de Geografia Licenciatura e possuem em cada uma os equipamentos/móveis citados na descrição

Salas de aulas (Prédio B)	Notebooks	29
	Salas com pranchetas	14
	Multimídia e quadro branco	29
	Mesas, carteiras e mesa de professor	29
	Ar-condicionado	29

7.2 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS GERAIS

As atividades práticas de laboratórios atendem grande parte da carga horária dos componentes curriculares da área de Cartografia e Geografia Física. As aulas são realizadas nos laboratórios de informática e na sala de cartografia digital. Neste sentido são ofertados por laboratórios em torno de 20 computadores, portanto, para as disciplinas que utilizam os laboratórios o número de vagas das turmas está vinculado à disponibilidade de infraestrutura, ofertadas, geralmente dividindo em duas turmas por semestre.

Além dos computadores, softwares e demais equipamentos da área de cartografia, os alunos são capacitados na leitura e medições em cartas e mapas analógicos, utilizando compassos, transferidores, escalímetros e estereoscópios disponíveis no Laboratório de Ensino de Cartografia e Fotointerpretação.

Quadro 12 – Identificação do laboratório e equipamentos disponíveis para uso didático geral.

Identificação	Laboratório de Informática – Sala 327 ⁶ (Prédio B)
Postos disponíveis	20 postos
Equipamentos disponíveis:	21 Computadores 01 Quadro branco 01 Projetor Multimídia Bancadas para computadores 31 Cadeiras 02 Aparelhos de ar-condicionado

⁶ A sala 327, do Bloco B do CFH, atende as necessidades institucionais em relação a disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio, e possui hardware e software atualizados para as disciplinas da área de Cartografia, Geografia Física e Geografia Humana

Quadro 13 – Identificação do laboratório e equipamentos disponíveis para uso de disciplinas do Curso de Geografia.

Identificação	Sala de Cartografia Digital – Sala 318 ⁷ (Prédio B)
Postos disponíveis	16 postos
Equipamentos disponíveis:	16 Computadores 01 Quadro branco 01 Quadro verde 01 Projetor Multimídia Bancadas para computadores Mesa do Professor 24 Cadeiras 02 Aparelhos de ar-condicionado

7.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Os laboratórios didáticos especializados do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC estão implantados com respectivas normas de funcionamento.

O Departamento de Geociências possui Laboratórios para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Graduação de Geografia, possui laboratórios devidamente equipados para realização de aulas práticas e auxílio aos acadêmicos durante toda sua formação acadêmica.

As disciplinas utilizam diferentes laboratórios ao longo de um semestre, considerando as componentes curriculares trabalhadas.

Quadro 14 – Identificação do laboratório e equipamentos disponíveis para uso de disciplinas do Curso de Geografia.

Laboratórios de Ensino	Local
Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar (LABTATE)	Prédio E/F Bloco E – Térreo
Laboratório de Ensino de Cartografia e Fotointerpretação	Prédio E/F Bloco E – Térreo
Laboratório de Ensino de Geologia	Prédio B – Térreo
Laboratório de Geomorfologia	Prédio E/F, Bloco F – 4º andar

⁷ A sala de Cartografia Digital atende as necessidades institucionais em relação a disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio, e possui hardware e software para atender as disciplinas da área de Cartografia, Geografia Física e Geografia Humana

Laboratório Geoprocessamento	Prédio C – 2º andar
Laboratório de Oceanografia Física e Geológica	Prédio E/F, Bloco E – Térreo
Laboratório de Oceanografia Química e Biológica	Prédio E/F, Bloco E – Térreo
Laboratório de Pedologia	Prédio E/F, Bloco F – 3º andar
Laboratório de Sedimentologia	Prédio E/F, Bloco F – 2º andar
Laboratório do Estudo do Espaço Rural	Prédio C – 2º andar
Laboratórios de Pesquisa e Extensão	Local
Laboratório de Análise Ambiental	Prédio E/F, Bloco F – 6º andar
Laboratório de Climatologia Aplicada	Prédio C – 2º andar
Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transporte e Logística	Prédio C – 2º andar
Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais	Prédio C – 2º andar
Laboratório Geoprocessamento e Sala de Cartografia Digital	Prédio C – 2º andar Prédio B – 2º andar
Laboratório de Geodinâmica Superficial	Prédio D – 2º andar
Laboratório de Planejamento Urbano Cidades e Sociedade	Prédio C – 2º andar
Laboratório de Processos Geológicos e Geomorfológicos/Núcleo de Desastres Naturais	Prédio C – 2º andar
Núcleo de Estudos Asiáticos	Prédio D – 2º andar
Núcleo de Estudos e Pesquisas de Ensino de Geografia	Prédio C – 2º andar
Nino Gramsci - Núcleo de Estudos e Pesquisas do Materialismo Histórico e Geográfico	Prédio C – 2º andar
Núcleo Interdisciplinar em Gestão Ambiental	Prédio C – 2º andar
Espaço Geomemória	Prédio A – 3º andar

7.4 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

A UFSC possui desde 2008 o portal de Periódicos UFSC, criado pelo Departamento de Ciência da Informação (CIN/CED). Passou a ser coordenado pela Biblioteca Universitária (BU) em 2009, funcionando juntamente com o Serviço de Periódicos. Permite aos docentes e discentes acesso ao acervo digital. Além disso as Unidades contam com Bibliotecas Setoriais, Sala de Leitura José Saramago (SLJS). A Biblioteca Universitária da UFSC é um órgão suplementar vinculado à Reitoria, e coordena o sistema de Bibliotecas composto pela Biblioteca

Central, 10 Bibliotecas Setoriais e 2 Salas de Leitura com uma centralização administrativa e técnica.

A Biblioteca da UFSC disponibiliza os seguintes serviços:

- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Acessibilidade informacional;
- Acesso Wireless;
- Comutação bibliográfica;
- Conferência Web;
- Entrega de Teses e Dissertações;
- Mecanismos online para referências (MORE);
- Normalização;
- Programa de Capacitação;
- Catalogação na fonte;
- Orientação para pesquisa em bases de dados;
- Rede Geodésica Brasileira;
- Repositório Institucional da UFSC;
- Visita Orientada;
- WEB TV;
- Entre outros serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. (e-MEC)** Ministério da Educação. 2022. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução do MEC, CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019.** Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. 2019b. Disponível em:

<<https://dip.paginas.ufsc.br/files/2019/12/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-213-2019.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 9.810, de 30 de maio de 2019.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. 2019c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm> Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Ministério da Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dá outras providências. 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017.** Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017>> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Ministério da Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>> Acesso: 8 set. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). 2014b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014%20&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&Itemid=30192> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera partes da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. 2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>> Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução MEC/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. 2012c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. 2011b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Política Nacional Resíduos Sólidos (PNRS). 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010.** Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). 2010b. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e dá outras providências. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNM). 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 0.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre estágios de estudantes. 2008b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm> Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Presidencial 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Câmara de Educação Superior. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Parecer 03/2004, de 10 de março de 2004.** Trata de análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução do 01/2004 de 01 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. 2004b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Ministério da Educação. Brasília, DF, outubro de 2004. 2004c. *E-Book*. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** 2004d. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). 2004e. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm> Acesso em: 6 jul 2004.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Estatuto da Cidade. 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 28/2001, de 2 de outubro de 2001.** Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. 2001c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acesso em: 5 jul 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Política Nacional do Idoso. Conselho Nacional do Idoso. 1994a. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8842&ano=1994&ato=253oXRE50dJpWT4d4>> Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. 2004b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto S/N (b) de 25 de abril de 1991.** Mantém reconhecimento de cursos e autorizações nos casos que menciona e dá outras providências. 1991. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=25/04-4&ano=1991&ato=cb9gXRq1UMFpWT8c4>> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 5 jul 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 85.138, de 15 de setembro de 1980.** Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D85138.htm> Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.664, de 26 de junho de 1979.** Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências. 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6664.htm> Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.** Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm#:~:text=LEI%20No%204.759%2C%20DE,Art.> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fiz as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960.** Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3849.htm>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 46.266 de 26 de junho de 1959.** Concede reconhecimento aos cursos que indica. 1959. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-46266-26-junho-1959-385440-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal 36.658, de 24 de dezembro de 1954.** Autoriza o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas da Faculdade Catarinense de Filosofia em Santa Catarina. 1954. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36658-24-dezembro-1954-327846-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5 jul. 2022.

DINIZ, D. Deficiência e políticas sociais – entrevista com Colin Barnes. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13043> Acesso em: 6 jul. 2022.

FIGUEIREDO, M. de A. **Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar.** 156 p. Disponível em: <<https://purl.pt/107>> Acesso em: 05 maio 2021.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: s.l., 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>.

FUNDO BRASIL. **Fundo Brasil de Direitos Humanos.** Fundação independente, sem fins lucrativos, comprometida com a construção de mecanismos sustentáveis para canalizar recursos para defensores de direitos humanos. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/en/>> Acesso em: 4 jul. 2022.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, 2006. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/730>> Acesso em: 6 jul. 2022.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, 2006. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/729>> Acesso em: 6 jul. 2022.

LOCH, R. E. N. Cartografia tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal da Cartografia**. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/1362>. Acesso em: 05 de maio 2021.

MARQUES, K. A. de M. **Cartografia tátil e ensino de geografia no centro de habilitação e reabilitação do Piauí (Charce)**. 2019. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

MELLO, H. B. P. de. **Produção e validação da caixa tátil-sonora como ferramenta educacional de tecnologia assistiva para alunos deficientes visuais**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional), Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7404672. Acesso em: 05 maio 2021.

NASCIMENTO, R. da S. Protocolo para inclusão educacional do deficiente visual na educação superior – uma proposta. **Anais Cintedes 2019**. Colóquio Internacional de Educação Especial e inclusão escolar: re-imaginando a escola inclusiva: Políticas, práticas e inovações. UFSC, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/cintedes-2019/papers/protocolo-para-inclusao-educacional-do-deficiente-visual-na-educacao-superior>> Acesso em: 05 maio 2021.

NASCIMENTO, R. da S.; HOFFMANN, G. P. e MARCOLINO, D.. Metodologia LabTATE – recurso didático no ensino superior de geografia para apoio a alunos com deficiência visual (DV). In: NOGUEIRA, R. E. **Geografia e inclusão escolar: teorias e práticas**. Florianópolis: Ed. Bosque, UFSC 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167474/Geografia%20e%20inclus%3a%20escolar.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 maio de 2021.

ONU. **Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência e protocolo facultativo**. Organização das Nações Unidas. 2008. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/convencao_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf> Acesso em: 6 jul. 2022.

RUF. **Ranking universitário Folha**. 2019. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/lista-uni-versidades-instituicoes/universidade-federal-de-santa-catarina-585.shtml>> Acesso em: 5 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **Indicadores educacionais**. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina. 2022. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/informacoes-educacionais/30945-educacao-na-palma-da-mao>> Acesso em: 5 jul. 2022.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, 2006. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/725>> Acesso em: 6 jul. 2022.

SOUZA NETO, Samuel de; SILVA, Vandei Pinto da. Prática como componente curricular: questões e reflexões. *Revista Diálogo Educacional*, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189132834013.pdf> Acesso em: 10 set 2022.

SUSCA, E. Il concetto di uomo in quanto tale e il difficile cammino dell'universale. In: AZZARÀ, S. G.; ERCOLANI, P. E.; SUSCA, E. (orgs.) **Domenico Losurdo: tra filosofia, storia e politica**. Napoli (It.): La scuola di Pitagora, 2020.

THE. **Impact Rankings**. Times Higher Education. 2022. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/rankings/impact/2022/industry-innovation-and-infrastructure#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022a. Disponível em: <<https://pdi.ufsc.br/pdi-2020-2024/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Pró-Reitoria de Graduação**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022b. Disponível em: <<https://prograd.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Pró-Reitoria de Pesquisa**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022c. Disponível em: <<https://propesq.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Pró-Reitoria de Extensão**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022d. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Curso de Graduação em Geografia**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022e. Disponível em: <<https://geografia.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022f. Disponível em: <<https://ppggeo.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022g. Disponível em: <<https://ppgdn.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão - SIGPEX**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022h. Disponível em: <<https://sigpex.sistemas.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Secretaria de Relações Internacionais**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2022i. Disponível em: <<https://sinter.ufsc.br/>> Acesso em: 5 jul 2022.

UFSC. **Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE)**. 2022j. Disponível em: <<https://cae.ufsc.br/>> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD)**. 2022k. Disponível em: <<https://saad.ufsc.br/>> Acesso em: 6 de jul. 2022.

UFSC. **Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI)**. 2022l. Disponível em: <<https://testesite.paginas.ufsc.br/ambiente-de-acessibilidade-informacional-aa/>> Acesso em: 6 de jul. 2022.

UFSC. **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**. 2022m. Disponível em: <<https://cpa.ufsc.br/>> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP)**. 2022n. Disponível em: <<http://caap.prograd.ufsc.br/>> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Programa de Formação Continuada (PROFOR)**. 2022o. Disponível em: <<http://profor.prograd.ufsc.br/>> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE)**. 2022p. Disponível em: <<http://piape.prograd.ufsc.br/>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. Portaria nº 144/2021/CFH, de 19 de novembro de 2021. In: **Boletim nº 135/221, 01 de dezembro de 2021**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2021a. Disponível em: <<https://boletimoficial.ufsc.br/2021/12/01/boletim-no-1352021-01122021/>> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. UFSC é a quarta melhor universidade federal do país segundo índice do MEC. **Notícias da UFSC, 23 de abril de 2021**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2021/04/ufsc-e-a-quarta-melhor-universidade-federal-do-pais-segundo-indice-do-mec/>> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. Portaria nº 1.487 de 12 de setembro de 2021. In: **Boletim Oficial nº 108/221, de 29 de setembro de 2021**. 2021c. Disponível em: <https://boletimoficial.paginas.ufsc.br/files/2021/09/BO-UFSC_29.09.2021.pdf> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX, de 03 de março de 2020. In: **Boletim Oficial nº 37/2020, de 24 de março de 2020**. Dispõe sobre a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. 2020a. Disponível em: <<https://boletimoficial.ufsc.br/2020/03/24/bo-ufsc-no-372020-2032020/>> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. **Ofício Circular N° 2/2020/DEN/PROGRAD, de 13 de março de 2020**. Assunto: Curricularização da Extensão encaminhamento dos Processos. Universidade Federal de Santa Catarina. 2020b. Disponível em: <https://curricularizacaodaextensao.ufsc.br/files/2020/03/Of-circ-002-Curriculariza%C3%A7%C3%A3o-da-Extens%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. **Resolução Normativa nº135/2020/CUn, de 10 de março de 2020**. Atualiza o Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina. 2020c. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208847/RN_135_CUN_03162020_021732.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 7 jul. 2022.

UFSC. **Resolução Normativa nº 73/2016/CUn, de 7 de junho de 2016**. Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. Disponível em: <http://portal.estagios.ufsc.br/files/2016/06/RN-73_Cun_2016.pdf> Acesso em: 04 jul. 2022.

UFSC. **Resolução Normativa nº 34/CUn/2013, de 17 de setembro de 2013.** Estabelece as normas para o ingresso na carreira do magistério superior da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <https://prograd.ufsc.br/files/2014/11/RES_NORMATIVA-034_Cun_13-Atual.pdf> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Portaria PROGRAD n.º 233, de 25 de agosto de 2010.** Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade e estabelece as normas de seu funcionamento. Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Disponível em: <https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/files/2018/09/NDE_Portaria233_25deagosto2010.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. **Resolução nº 013/CUn, de 07 de junho de 2005.** Aprova o regimento interno da comissão própria de avaliação da UFSC (CPA). 2005. Disponível em: <<https://cpa.ufsc.br/files/2014/09/REGIMENTO-2005.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Resolução nº 18/CUn, de 30 de novembro de 2004.** Altera os artigos 10 e 11 da resolução nº 17/cun/97, que trata do regulamento dos cursos de graduação. 2004. Disponível em: https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/files/2018/09/Res-18-Cun-2004_Coordenadores.pdf> Acesso em: 6 jul. 2022.

UFSC. **Resolução n.º 007/CUn/99, de 30 de março de 1999.** Universidade Federal de Santa Catarina. 1999. Disponível em: <<https://sinter.ufsc.br/outgoing/resolucao-n%C2%BA-007-cun99/>> Acesso em: 5 jul. 2022.

UFSC. **Resolução nº 17/CUn/97, de 30 de setembro de 1997.** Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em: <<http://www.mtm.ufsc.br/ensino/Resolucao17.html>> Acesso em: 5 jul. 2022.

VENTURI, L. A. B. **Geografia:** práticas de campo, laboratórios e sala de aula. São Paulo: Sarandi, 2011.

